

**UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL - MESTRADO**

FERNANDO ALVACIR RODRIGUES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÁREA RURAL:
UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DO CAMPO EM GUAÍRA – PR**

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
2017**

FERNANDO ALVACIR RODRIGUES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS RESÍDUOS SÓLIDOS EM ÁREA RURAL: UM
ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DO CAMPO EM GUAÍRA – PR**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste –, *campus* Marechal Cândido Rondon/PR, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marli Renate von Borstel Roesler

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

R696 Rodrigues, Fernando Alvacir
Educação ambiental e os resíduos sólidos em área rural: um estudo de caso de uma escola do campo em Guaira – PR / Fernando Alvacir Rodrigues. – Marechal Cândido Rondon, 2017.
125 f

Orientador: Drª. Marli Renate von Borstel Roesler

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017.

1. Educação ambiental. 2. Escolas rurais. 3. Educação rural. 4. Sustentabilidade. I. Roesler, Marli Renate von Borstel. II. Título.

CDD 22.ed. 370.19346
304.2
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL – MESTRADO E DOUTORADO

FERNANDO ALVACIR RODRIGUES

"EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS RESÍDUOS EM ÁREA RURAL: UM ESTUDO DE
CASO DE ESCOLA DE CAMPO EM GUAÍRA-PR"

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovado** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 27 de abril de 2017.



Prof. Dra. Marli Renate von Borstel Roesler
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Presidente(a) / Orientadora



Prof. Dra. Rosiley Berton Pacheco
Universidade Paranaense
Membro



Prof. Dr. Alvdri Ahlert
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Membro

Dedico esta Dissertação de Mestrado à minha esposa Débora, à minha filha Esther Fernanda, mulheres que estiveram ao meu lado a todo instante, principalmente à minha esposa que nas noites de leitura e escrita me apoiou, me incentivou e auxiliou incansavelmente, seja com sua companhia, com um suco, ou com um café.

Quero também dedicar este trabalho à minha mãe, Aparecida de Fátima (*in memoriam*), pessoa na qual sinto muita falta e saudade, e que com toda certeza estaria presente em todos os instantes do meu trabalho, porém, antes mesmo que eu ingressasse no programa ela partiu, mas a sua força de vontade, coragem e garra esteve junto a mim em todos os dias

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida, por ser minha força em todos os momentos, e principalmente durante esses dois anos de mestrado, por ter me guardado e protegido nessas estradas, para que eu pudesse estar indo de Guaíra – Paraná até Marechal Cândido Rondon – Paraná.

Agradeço à minha família, por todo carinho, toda dedicação, todas as palavras de incentivo e orações.

À minha esposa Débora, que esteve ao meu lado nos momentos mais difíceis, me incentivando diariamente.

À toda equipe docente do Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável, que contribuíram consideravelmente para o meu crescimento profissional.

Aos colegas de turma, pelo convívio e troca de experiências.

A todos os envolvidos na secretaria e direção do Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável.

A todos os sujeitos participantes dessa pesquisa, dos quais disponibilizaram parte do seu tempo, bem como pelas contribuições de vida e incentivos.

À minha orientadora, professora Dr^a. Marli Renate von Borstel Roesler, pela extrema paciência durante as nossas orientações, agradeço pela confiabilidade, tendo em vista que próximo da qualificação meu trabalho foi totalmente perdido, mais em tempo hábil consegui escrever novamente.

A prefeitura municipal de Guaíra que gentilmente forneceu dados, materiais, e dispôs de seu tempo para responder o questionário que compõe a aludida pesquisa.

A aos participantes da banca examinadora, por participarem de um momento tão importante em minha vida.

Por fim, agradeço todas as pessoas que de alguma forma contribuíram para minha pesquisa.

A todos os envolvidos

MUITO OBRIGADO!

Terra, Nosso Lar.

A humanidade é parte de um vasto universo em evolução. A Terra, nosso lar, está viva com uma comunidade de vida única. As forças da natureza fazem da existência uma aventura exigente e incerta, mas a Terra providenciou as condições essenciais para a evolução da vida. A capacidade de recuperação da comunidade da vida e o bem-estar da humanidade dependem da preservação de uma biosfera saudável com todos seus sistemas ecológicos, uma rica variedade de plantas e animais, solos férteis, águas puras e ar limpo. O meio ambiente global com seus recursos finitos é uma preocupação comum de todas as pessoas. A proteção da vitalidade, diversidade e beleza da Terra é um dever sagrado.

Carta da Terra, 2000.

RODRIGUES, Fernando Alvacir, M.Sc. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, março 2017. **Educação ambiental e resíduos sólidos em área rural:** um estudo de caso de uma escola do campo em Guaíra – PR. Orientadora: Dr^a. Marli Renate von Borstel Roesler.

RESUMO

É sabido que os resíduos descartados de forma equivocada causam impactos negativos, sendo de extrema importância possuir hábitos conscientes de cuidados e proteção no que tange ao meio ambiente. Por isso nossa pesquisa teve como objetivo investigar as práticas de EA e o impacto da ausência da coleta dos resíduos sólidos na área rural da comunidade escolar do ensino médio, localizada no Distrito de Dr. Oliveira Castro, situado no município de Guaíra – Paraná. Desse modo, buscou-se identificar junto à comunidade iniciativas e percepções sobre gestão ambiental de resíduos sólidos, fundamentados em práticas sustentáveis pautadas por um meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado como direito à vida. A gestão ambiental de resíduos sólidos possui como eixos norteadores a política nacional de meio ambiente (1981), a política nacional de resíduos sólidos (2010) e as diretrizes curriculares da educação ambiental (2012). A pesquisa configura-se como um estudo de caso qualitativo e descritivo, com aplicação de um questionário semiestruturado, à 30 (trinta) alunos do ensino médio, 3 (três) professores, 10 (dez) moradores da área rural e os gestores da Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura, Estadual Do Campo Vereador Samuel Benck, sobre a aplicação da resolução nº. 2, de 15 de junho de 2012, na qual estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental, sobre a disseminação dos assuntos ambientais na comunidade escolar através de palestras, oficinas, e produção de materiais recicláveis dos resíduos sólidos pode ocasionar, este trabalho vem com a proposta de alertar e sensibilizar a comunidade da extrema relevância da educação ambiental, objetivando assim a saudável vivência do ser humano em nosso planeta. Conclui-se que a referida pesquisa levantou dados sobre as ações e práticas vivenciadas pelo público-alvo, sobre o projeto político pedagógico da escola, destacando a importância de se trabalhar com a Educação Ambiental (EA) e com a correta destinação dos resíduos sólidos.

Palavras-chave: Escola do campo. Vivências de educação ambiental. Práticas sustentáveis.

RODRIGUES, Fernando Alvacir, M.Sc. State University of Western Paraná - Unioeste, March 2017. **Environmental education and solid waste in rural area: a case study of a field school in Guaíra - PR.** Advisor: Dr^a. Marli Renate von Borstel Roesler.

ABSTRACT

It is known that waste discarded in a wrong way causes negative impacts, and it is extremely important to have conscious habits of care and protection with regard to the environment. There fore our research had the objective of investigating EA practices and the impact of the absence of solid waste collection in the rural area of the high school community located in the District of Dr. Oliveira Castro, located in the municipality of Guaíra - Paraná. In this way, we sought to identify with the community initiatives and perceptions about the environmental management of solid waste, based on sustainable practices guided by an ecologically healthy environment and balanced as a right to life. Environmental management of solid waste has as its guiding principles the national environmental policy (1981), the national solid waste policy (2010) and the curricular guidelines of environmental education (2012). The research is configured as a qualitative and descriptive case study, with the application of a semi-structured questionnaire, to 30 (thirty) high school students, 3 (three) teachers, 10 (ten) rural residents and the managers of the Secretary Municipal Environment and Agriculture, State of the Alderman Camp Samuel Benck, on the application of resolution no. 2, of June 15, 2012, which establishes the national curricular guidelines for environmental education, on the dissemination of environmental issues in the school community through lectures, workshops, and production of recyclables of solid waste can cause, this work comes With the proposal to alert and sensitize the community of the extreme relevance of environmental education, aiming at the healthy living of the human being on our planet. It is concluded that this research raised data on the actions and practices experienced by the target audience, about the school's political pedagogical project, highlighting the importance of working with Environmental Education (EA) and the correct allocation of solid waste.

Keywords: School of the field. Experiences of environmental education. Sustainable practices.

RODRIGUES, Fernando Alvacir, M.Sc. Universidad del Estado de Paraná Occidental - Unioeste, marzo de 2017. **Educación ambiental y residuos sólidos en zona rural**: estudio caso de la escuela en campo Guaira - PR. Prof. Asesor: Dr^a. Marli Renate von Borstel Roesler.

RESUMEN

Es sabido que los residuos descartados de forma equivocada causan impactos negativos, siendo de extrema importancia poseer hábitos conscientes de cuidados y protección en lo que se refiere al medio ambiente. Por eso nuestra investigación tuvo como objetivo investigar las prácticas de EA y el impacto de la ausencia de la recolección de los residuos sólidos en el área rural de la comunidad escolar de la enseñanza media, ubicada en el Distrito de Dr. Oliveira Castro, situado en el municipio de Guaíra - Paraná. De este modo, se buscó identificar junto a la comunidad iniciativas y percepciones sobre gestión ambiental de residuos sólidos, fundamentados en prácticas sustentables pautadas por uno al medio ambiente ecológicamente sano y equilibrado como derecho a la vida. La gestión ambiental de residuos sólidos tiene como eje directivo la política nacional de medio ambiente (1981), la política nacional de residuos sólidos (2010) y las directrices curriculares de la educación ambiental (2012). La investigación se configura como un estudio de caso cualitativo y descriptivo, con aplicación de un cuestionario semiestructurado, a 30 (treinta) alumnos de la secundaria, 3 (tres) profesores, 10 (diez) habitantes del área rural y los gestores de la Secretaria De la Secretaría de Medio Ambiente y Agricultura, Estatal del Campo de Gobierno de la Cámara de Representantes, Samuel Benck, sobre la aplicación de la resolución nº. De 15 de junio de 2012, en la que establece las directrices curriculares nacionales para la educación ambiental, sobre la diseminación de los asuntos ambientales en la comunidad escolar a través de conferencias, talleres, y producción de materiales reciclables de los residuos sólidos puede ocasionar, este trabajo viene Con la propuesta de alertar y sensibilizar a la comunidad de la extrema relevancia de la educación ambiental, objetivando así la saludable vivencia del ser humano en nuestro planeta. Se concluye que dicha investigación ha levantado datos sobre las acciones y prácticas vivenciadas por el público objetivo, sobre el proyecto político pedagógico de la escuela, destacando la importancia de trabajar con la Educación Ambiental (EA) y con la correcta asignación de los residuos sólidos.

Palabras-clave: Escuela del campo. Vivencias de educación ambiental. Prácticas sostenibles.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distrito de Oliveira Castro	53
Figura 2 – Instalação do Ecoponto Distrito Oliveira Castro	65
Figura 3 – Contêiner para coleta seletiva	65
Figura 4 – Contêiner para coleta seletiva	66
Figura 5 – Ornamentação com pneus	84
Figura 6 - Brinquedo confeccionado a partir de Garrafa pet.....	85
Figura 7 - Brinquedo confeccionado a partir de restos de madeira	85
Figura 8 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”	86
Figura 9 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”	87
Figura 10 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”	87
Figura 11 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”	88
Figura 12 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”	88
Figura 13 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”	89
Figura 14 - Coletor de materiais recicláveis	90
Figura 15 - Palestra “Água Fonte de Vida”	91
Figura 16 - Painel confeccionado a partir de lixo simbolizando uma nascente	91
Figura 17 - Painel Informativo “Água é fonte de Vida”	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa etária dos moradores entrevistados.....	68
Gráfico 2 - Tempo de Moradia no Distrito de Dr. Oliveira Castro	68
Gráfico 3 – Alunos entrevistados por sexo.....	78
Gráfico 4 – Descarte apropriado do lixo	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - População Censitária Urbana/Rural do Município de Guaíra – Paraná ..50

Quadro 2 – Agropecuária e Produção Agrícola do Município de Guaíra – Paraná ...54

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

EA	Educação Ambiental
FAEP	Fundação de Amparo ao Ensino e Pesquisa
FEA	Formação de Educadores Ambientais
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econmico e Social
PAP	Pesquisa-ação-participante
PNEA	Política Nacional Educação Ambiental
PNRH	Política Nacional Recursos Hídricos
PNRS	Política Nacional Resíduo Sólido
PPGDRS	Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Rural Sustentável
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PR	Paraná
PTD	Plano de trabalho docente
SAMA	Secretária Agricultura e Meio Ambiente
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1	EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	18
2.1.1	Dimensão Ética da Educação Ambiental.....	24
2.1.2	Sustentabilidade Ambiental e Qualidade de Vida.....	27
2.2	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS AMBIENTAIS NO ESTADO DO PARANÁ.....	33
2.2.1	A Educação Ambiental como Cidadania Planetária e Tema Gerador nos Projetos Políticos Pedagógicos do Ensino Médio (PPP)	38
3	METODOLOGIA.....	47
3.1	OBJETIVOS	47
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO	48
4.1	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: A DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA ÁREA RURAL DO DISTRITO DE DR. OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA, PARANÁ.....	48
4.1.1	O Município de Guaíra – PR e o Distrito de Dr. Oliveira Castro.....	50
4.1.2	A Política Municipal de Meio Ambiente, Educação Ambiental ante aos Resíduos Sólidos.....	54
4.1.3	O Passivo Ambiental Urbano – Rural e o Desenvolvimento Rural Sustentável	59
4.1.4	Os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Ações Educativas	63
4.2	PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DOS MORADORES DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR.....	67
4.3	PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO D. DE DR. OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR SOBRE EA E DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	69
4.4	PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DOS PROFESSORES DA ESCOLA DO CAMPO DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR.....	73
4.5	PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DA ESCOLA	73
4.6	PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR.....	74

4.7	PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PROFESSORES DA ESCOLA DO CAMPO DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR.....	75
4.8	PERCEPÇÕES DOS GESTORES AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA – PR SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO.....	76
4.9	PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DOS ESTUDANTES DA ESCOLA DO CAMPO DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR.....	77
4.10	PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA ESCOLA DO CAMPO DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR, SOBRE O DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	78
4.11	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INSERÇÃO NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO VEREADOR SAMUEL BENCK.....	82
4.12	PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA DO CAMPO	84
5	CONCLUSÃO.....	93
	REFERÊNCIAS.....	98
	APÊNDICES.....	103
	APÊNDICE A – Questionário De Entrevista: Moradores	104
	APÊNDICE B – Questionário De Entrevista: Professores.....	107
	APÊNDICE C – Questionário de Entrevista: Secretário de Meio Ambiente e Agricultura, Diretor de Meio Ambiente	112
	APÊNDICE D – Questionário de Entrevista: Alunos do Ensino Médio	115
	ANEXOS	119
	ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - Professor.....	120
	ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - Secretário de Meio Ambiente e Diretor de Meio Ambiente	121
	ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Aluno	122
	ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - Filho	123
	ANEXO E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - Morador	125

1 INTRODUÇÃO

Os resíduos sólidos são na maioria das vezes destinados ao lixo convencional, ocupando um vasto volume dos aterros sanitários, quando coletados. Já nos casos em que não são coletados, infelizmente, eles contaminaram o solo e as águas, provocando inúmeros danos ambientais.

É sabido que os resíduos descartados de forma equivocada causam impactos negativos. Por isso é de suma e extrema importância possuir hábitos conscientes de cuidados e de proteção ao meio ambiente. É evidente que os excessos causados pela sociedade estão ocasionando inúmeros danos na natureza e é exatamente tal fato que me motivou para com o estudo em questão, uma vez que os impactos ambientais são extremos, desse modo é consideravelmente importante tratar sobre o assunto, identificando fatores em uma comunidade pequena que necessitam de melhorias e, do amparo e do desenvolvimento da Educação Ambiental (EA).

Nesse contexto, nosso trabalho possui como objetivo geral analisar as práticas de educação ambiental e o impacto da ausência da coleta de Resíduos Sólidos da comunidade escolar do ensino médio localizada no Distrito Dr. Oliveira Castro, sito ao município de Guaíra – Paraná. Vale salientar ainda que a metodologia utilizada para compor a presente pesquisa foram os métodos de pesquisa de campo e o método bibliográfico, dos quais contribuíram imensamente para obtenção do resultado final. Desse modo, convém ressaltar que a revisão bibliográfica traz como eixos norteadores: a Política Nacional de Meio Ambiente (1981), a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental (2012) e demais bibliografias pertinentes ao desenvolvimento deste.

Os problemas causados pelos resíduos sólidos depositados na natureza são inúmeros, porém esquecemo-nos, ou deixamos de fazer nossa parte na contribuição para que tenhamos um meio ambiente sustentável? Sabemos que através de uma educação ambiental, seja ela formal ou informal, e através da utilização das estratégias de desenvolvimento sustentável, é possível contribuir positivamente para o progresso relacionado ao comportamento e aos valores sociais de cada indivíduo, favorecendo assim a alteração do paradigma, na qual implica positivamente na conscientização ambiental conexas ao lixo.

Desse modo, a dinâmica desta pesquisa está pautada na agenda 21 (ONU, 1995), tendo em vista que, a mesma possui como principal escopo a identificação de diferentes formas de descarte dos resíduos sólidos realizados pelos moradores da área rural, viabilizando ainda a análise de como a Escola do Campo tem trabalhado com a Educação Ambiental (EA).

Na visão de autores como Leff (2003), sustentabilidade é um fato atual, no qual implica na interrogação das origens de sua presença no território atual e a projeção para um futuro sustentável possível. Como pensar a intervenção sobre esta marca no setor que permita a construção de uma racionalidade alternativa, fora do campo da metafísica, do logocentrismo e da cientificidade da modernidade que produziu um mundo insustentável? Para ele a educação ambiental é um processo no qual todos nós somos aprendizes e professores.

Ante a tal vertente, importante se torna a apreciar:

As tecnologias ambientalmente saudáveis protegem o meio ambiente, são menos poluentes, usam todos os recursos de forma sustentável, reciclam mais seus resíduos e produtos e tratam os dejetos residuais de uma maneira mais aceitável do que as tecnologias que vieram substituir. (ONU, 1995).

Portanto, é possível compreender o importante apoio do âmbito tecnológico para a atual objeção ambiental. Assim, considerando o disposto no Projeto Político Pedagógico (PPP) e na mediação interdisciplinar nessa escola, é exequível os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais /Meio Ambiente e Saúde que:

O trabalho de Educação Ambiental deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construir uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com os valores referentes à sua proteção e melhoria. Para isso é importante que possam atribuir significado àquilo que aprendem sobre a questão ambiental. E esse significado é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que aprende e a sua realidade cotidiana, da possibilidade de estabelecer ligações entre o que aprende e o que já conhece, e também da possibilidade de utilizar o conhecimento em outras situações. (BRASIL, 1997, p. 35).

Assim, estabelecer conexões de educação ambiental entre as diferentes áreas no âmbito escolar é de extrema importância, pois os educandos devem conhecer dentro de suas disciplinas, com clareza, fatores que dizem respeito sobre essa temática a fim de trocar experiências, discutir e debater sobre elas. Os efeitos de não trabalhar multidisciplinarmente a EA gera a falta do diálogo ambiental e

acaba fragmentando a construção do pensamento dos sujeitos, não se pode deixar o mundo globalizado tomar conta dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP'S) escolares, no entanto, é necessário regulamentar e efetivar o trabalho dessa área dentro e fora das comunidades escolares.

Para Ahlert (2003) a crise da modernidade é também a crise da educação, pois forma sujeitos fragmentados e transmite conteúdos prontos e acabados sem uma interação dos sujeitos com alterações de vida, em sua realidade. Não permite, pois, aos sujeitos a construção de rupturas capazes da emancipação e liberdades coletivas. O sujeito, em sua subjetividade individual, fica sem comunidade e dessa forma depende do sistema capitalista. Sua vida é regulamentada pelo mercado e controlada pela moral do Estado.

Já para Guimarães (2007), os problemas socioambientais locais e globais se inter-relacionam, não são aspectos isolados de cada realidade, pois refletem um determinado modelo de sociedade e sua forma de estabelecer relações com o meio gerador da crise socioambiental que vivemos na atualidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A grave crise ambiental vem despertando a necessidade de estudos mais aprofundados para amenizar os danos ambientais causados pelo ser humano. Partindo dessa premissa, vale considerar os ensinamentos de Falkembach:

As circunstâncias nas quais vivemos e das quais fazemos parte constituem nossa realidade. Esse complexo de elementos – lugares, objetos, ações, relações, palavras, significados, intencionalidades, movimentos, tempos... que também somos nós – conforma nossa realidade. (FALKEMBACH, 2005, p. 133).

Assim como nos mostrou Falkembach (2005), devemos nos atentar para com o ambiente no qual vivenciamos, bem como para com as situações que fazem parte desta realidade. Nesse contexto, devemos estar voltados para o clamor do ecossistema, fornecendo a devida atenção que o meio ambiente necessita.

Todavia, uma boa maneira de cooperar para a considerável diminuição dos danos ambientais é trabalhar o desenvolvimento da EA, ou seja, devemos trabalhar os possíveis problemas com as futuras gerações, desde as séries iniciais, tendo em vista que segundo a Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012 na qual estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, alude em seu artigo de 2º que:

Art. 2º A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental. (BRASIL, 2012)

Assim, de acordo com o artigo anteriormente citado, a EA não deve ser vista dentro da escola com uma área a ser trabalhada somente dentro dos conteúdos de Ciências ou de Biologia, muito menos, ser trabalhada como um projeto, ou simplesmente em forma de trabalho de pesquisa, sendo de suma importância que ela seja trabalhada em todas as esferas, ou seja, todas as disciplinas constantes no currículo da escola.

Já no artigo 3º da referida resolução destaca-se a construção dos conhecimentos, habilidades, valores e ética que os sujeitos possuem em relação ao cuidado com o meio ambiente, reforçando assim a necessidade de incluir a EA como uma disciplina.

Neste sentido, Boff (2013, p. 16) menciona que: “[...] sustentabilidade é um modo de ser e de viver que exige alinhar as práticas humanas às potencialidades limitadas de cada bioma e às necessidades das presentes e das futuras gerações”, portanto, confirmando o posicionamento de que a EA deve ser inserida como disciplina nas escolas, dada a sua extrema importância, assim, é perfeitamente possível compreender que as futuras gerações muito tem para contribuir com a resolução dos problemas apresentados pelo meio ambiente.

Seguindo tal vertente, Lisboa (2012, p. 100) acredita que:

Somos um com o todo. O ambiente também somos nós. Somos um padrão, ou melhor, uma sucessão de padrões temporariamente existentes nesse incessante fluxo de matéria e energia, de pensamentos e ideias. Disso depende nossa existência como seres vivos. Matéria e energia continuamente passam por nós: o corpo físico que temos hoje já não é o mesmo (em termos de constituinte material) que tínhamos há um ano. O ambiente, portanto, também somos nós: ele continua (é contínuo) em cada um de nós.

Ou seja, não apenas extraímos o necessário para a nossa sobrevivência como também estamos inteiramente ligados ao meio ambiente, assim, o sábio doutrinador fez questão de exemplificar, demonstrando a evolução da nossa existência relacionada ao meio ambiente.

Em vista disso, essa relação é muito mais remota do que imaginamos, e pelo simples fato de sermos absolutamente dependente dos recursos ofertados pelo meio ambiente é que devemos a ele pleno respeito, devemos ainda passar esse sentimento aos nossos sucessores, pois as gerações futuras saberão como zelar da natureza, e através dos ensinamentos transmitidos pela escola este dever não será esquecido.

Assim de acordo com Silva et al. (2012, p. 50):

Estimular a percepção de como se dá o contato humano com os demais seres desse meio e com as riquezas naturais das quais desfruta e depende para a sobrevivência é um desafio transdisciplinar. Assim, muitas áreas da educação têm contribuído nesse desafio. Nesse sentido, a escola tem o papel muito importante na formação de pessoas que consigam perceber, refletir e atuar de maneira consciente em seu meio. Essa questão, aliás, perpassa todas as fases de formação do sujeito. Sua discussão não se

esgota em alguma idade, pelo contrário: constantemente, deparamos com os nosso ser e estar no mundo. Poderíamos dizer, então, que a abordagem ambiental faz parte de um currículo espiralado que vai e que volta de acordo com nosso amadurecimento, com nossas experiências e como nossa postura em determinado momento da vida.

Então a educação ambiental no domínio escolar é uma prática formativa, pois a escola é o espaço institucional onde esta formação transcorre de forma planejada e intencional na sociedade moderna, cujo ideal é a educação como um direito universal. Porém, a educação ambiental é antes de tudo uma forma de nos aproximar do nosso contexto global, é repensar em atitudes ora tomadas, e refletir e resgatar a própria educação, portanto, trabalhar com práticas sustentáveis é extremamente pertinente, tendo em vista que contribuí para a boa formação do aluno como sujeito em sociedade.

Um importante ponto que engloba o estudo do meio ambiente é a sábia e consciente prática da sustentabilidade, e neste sentido, temos em mente como conceito de sustentabilidade que, ser sustentável é algo que se sustenta por si só, sem causar danos através de sua extração, ou seja, é a maneira mais saudável da utilização dos recursos necessários para a nossa sobrevivência, e diante deste saber notório, ainda com relação a um breve conceito de sustentabilidade, convém destacar o relevante saber de Boff, vejamos:

A sustentabilidade se mede pela capacidade de conservar o capital natural, permitir que se recupere, refaça e, ainda, por meio da inteligência humana, possa ser melhorado para entregarmos às gerações futuras não uma Terra depauperada, mas enriquecida e ainda aberta a coevoluir, já que vem evoluindo há milhões e milhões de anos. (BOFF, 2013, p. 109)

No entanto, a escola possui inúmeras relações institucionais, locais, éticas, culturais, pedagógicas e políticas proporcionando um espaço social muito significativo e integrativo, desse modo, a escola desempenha um papel importante na formação do sujeito ecológico, haja vista que as trocas de experiências formam um elo muito importante desse ambiente-mundo em que vivemos, portanto, trabalhar com a sustentabilidade nada mais é que extrair do meio ambiente apenas o necessário a nossa manutenção, respeitando os limites da natureza.

Dessa forma o “desenvolvimento sustentável” é proposto ou como um ideal a ser atingido ou então como um qualificativo de um processo de produção ou de um produto, feito pretensamente dentro de critérios de sustentabilidade, o que, na maioria dos casos, não corresponde à verdade (BOFF, 2013, p. 36-37).

Partindo do pressuposto de que o homem é ao mesmo tempo herdeiro e criador de cultura, que pelo trabalho se autoproduz, numa relação dialética de desenvolvimento e aprendizagem, pode-se dizer que ele não é sempre o mesmo, ocorrendo palavras, com o passar do tempo, pela experiência e pela ação do trabalho, o homem modifica sua identidade, carregando marcas de suas atividades e ocupações (BRAGAGNOLLO, 2010, p. 22). Dessa forma, diante de tais alterações é que o meio ambiente sofre com os impactos destas mudanças, pois o ser humano, na sua necessidade de evolução, acaba não obedecendo os limites impostos pelo meio ambiente, prejudicando assim o ecossistema.

Assim, no que se refere as alterações de identidade do ser humano em sociedade, Resende (2005, p. 70) entende que:

A hegemonia domina pela persuasão, pelo consenso e configura-se na direção da sociedade. O poder de uma classe sobre a outra opera-se pela hegemonia e não pela força, pela coerção. Os dirigidos, ou seja, a classe subalterna, reconhecem na classe dirigente o seu direito de dirigir a sociedade em seu conjunto não pela força, mas pelo consenso. A dominação é percebida como algo que corresponde aos interesses gerais. As classes dominadas legitimam a dominação.

Com base em tal afirmativa, é importante considerarmos que sempre haverá essa inquietação por parte do ser humano a fim de continuar evoluindo, no entanto, o mesmo deve estar focado em evoluir de maneira sustentável, ou seja, o mesmo deve dominar as classes que carecem de dominação, viabilizando a conservação do ambiente existente ao seu redor.

Nos dizeres de Sorrentino e Trajber (2007, p. 14) a EA assume parte no enfrentamento dessa crise radicalizando seu compromisso com mudanças de valores, comportamentos, sentimentos e atitudes, que deve se realizar junto à totalidade dos habitantes de cada base territorial, de forma permanente, continuada e para todos. Essa educação possibilita o respeito à diversidade biológica, cultural, étnica, juntamente com o fortalecimento da resistência da sociedade. Desse modo, como sugere Sorrentino e Trajber (2007), as mudanças são necessárias para a evolução da sociedade, no entanto, espera-se que como consequência dessas mudanças, o ser humano utilize essa inquietação de maneira benéfica, trazendo para o meio ambiente parte dessa evolução, utilizando a seu favor.

Com tais parâmetros, é possível compreender a preocupação existente em moldar o pensamento da sociedade para com as práticas sustentáveis, aclarando

ainda mais a necessidade de utilizar-se da educação como meio para atingir tal objetivo. Portanto, a lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, exprime em seu artigo 2º, inciso X que: “Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981), de tal modo, a legislação vigente, demonstra em seu supradito artigo, a imensa primordialidade que o patamar da educação ambiental atingiu, viabilizando assim, a salvaguarda do nosso ecossistema.

Dessarte, de acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, inciso VI propõe que devemos: “Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”, partindo da legislação maior vigente no ordenamento jurídico de nosso país, é possível constatar o apoio jurídico fornecido à saldável manutenção de nosso ecossistema, respeitando assim a necessidade de promoção da educação ambiental, tendo em vista que, a educação ambiental promovida em todos os níveis educacionais assegura e reforça o papel das gerações futuras de zelar pelo ambiente que garante nossa subsistência.

É importante salientar que o objetivo foi assegurar que a educação ambiental esteja articulada entre as disciplinas nos currículos das escolas, obviamente de acordo com cada esfera (Fundamenta I e II, Ensino Médio e/ou profissional e Ensino Superior), pois ante a Lei nº 9.795, de 27 de Abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, é válido considerar um breve conceito de educação ambiental:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Assim depreendemos que o objetivo principal foi dar ênfase aos princípios ambientais e o incentivo das práticas voltadas para a preservação do nosso ecossistema. Logo, ainda neste sentido, o legislador fez questão de ressaltar que:

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999).

Todavia, tal dispositivo reforça a importância da inserção da educação ambiental em todos os níveis educacionais, uma vez que as gerações futuras são as principais responsáveis pela defesa do nosso meio ambiente. Desse modo, ainda com base na referida legislação, convém observar:

Art. 3º Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental, incumbindo: I - ao Poder Público, nos termos dos arts. 205 e 225 da Constituição Federal, definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; II - às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem; III - aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - Sisnama, promover ações de educação ambiental integradas aos programas de conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; IV - aos meios de comunicação de massa, colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações e práticas educativas sobre meio ambiente e incorporar a dimensão ambiental em sua programação; V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente; VI - à sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais. (BRASIL, 1999).

Com base no supradito artigo foi possível a percepção da divisão de tarefas entre os órgãos competentes em nosso sistema, todos viabilizando a defesa e a cooperação com a sustentabilidade.

Indo de encontro com o posicionamento do aludido artigo, considerando a óptica de Loureiro:

Entendemos que não há leis atemporais, verdades absolutas, conceitos sem história, educação fora da sociedade, mas relações em movimento no tempo-espaço e características peculiares a cada formação social, que devem ser permanentemente questionadas e superadas para que se construa uma sociedade vista como sustentável. (LOUREIRO, 2007, p. 66).

Portanto vale sustentar a tese do sábio doutrinador anteriormente destacado, tendo em vista que a preocupação em defender a sustentabilidade se deu através da ocorrência de irreparáveis danos ambientais, e após vários estudos foi possível identificar que estamos em dívida com o meio ambiente, pretendendo assim correr atrás dos prejuízos, e mudar esse cenário, tornando cada vez mais benéfico para ambos.

Assim sendo, Guimarães nos mostra como deve ser os ensinamentos das práticas ambientais, e da educação ambiental em sua totalidade:

[...] contrária à educação tradicional, essa é uma educação voltada para a ação-reflexiva, coletiva, para a relação interativa em que seu conteúdo está para além dos livros, está na realidade socioambiental ultrapassando os muros das escolas. É uma educação política voltada para a intervenção social entendida como um ambiente educativo e que contribui para a transformação da sociedade em suas relações [...]. (GUIMARÃES, 2007 p. 90).

Por fim, enxergamos que a educação ambiental deve estar presente multidisciplinarmente dentro do espaço escolar, devendo levar os educandos a refletir sobre os problemas socioambientais, formar pessoas que tenham habilidades e atitudes voltadas para a conservação do meio ambiente e que reflitam sobre a situação que nos encontramos, trabalhando na formação de sujeitos que possam lutar por um mundo mais sustentável, de maneira que as futuras gerações possam estar asseguradas de um meio ambiente equilibrado e com os danos mais suaves possíveis.

2.1.1 Dimensão Ética da Educação Ambiental

A educação ambiental no contexto educativo emerge de forma que assegure os valores éticos, promulgando o direito à natureza e também estabelecendo a ética da sustentabilidade.

Diante disso, Ahlert (2003, p. 161) adverte que:

As sociedades humanas vivem na virada deste milênio, tanto em nível global como em nível local, uma profunda assimetria (desigualdade social). Além das questões sociais, o mundo sofre uma multiplicidade de riscos ecológicos, trazidos pelas armas atômicas e químicas, pela engenharia genética desenvolvida por grupos econômicos, privados, etc.

Dessa maneira, é importante salientar que a ética ambiental, em sua forma de cidadania, quando voltada às políticas públicas deve ser entendida como um conjunto de normas e procedimentos, sejam formais ou informais, que correlacionam a resolução de conflitos de diversos sistemas.

Kindel (2012, p. 25) propõe que educar ambientalmente significa, além da apropriação de conceitos e processos que digam respeito ao ambiente, a aquisição de visões do mundo que possibilitem o respeito à todas as formas de vida, e o

entendimento de que a vida só se dá pelas complexas teias tecidas através do entendimento natural e sociocultural, dos quais se entrelaçam, portanto, a educação ambiental é um processo que ultrapassa simples conceitos que podem ser transmitidos através da didática de um docente, a educação ambiental deve ser vivenciada diariamente, com o intuito de conquistar a cada dia práticas corriqueiras que contribuam para o saudável desenvolvimento do meio ambiente.

Desse modo, Caldart (2004 p. 101) se posiciona no seguinte sentido:

Nossa escola pode ajudar a perceber a historicidade do cultivo da terra e da sociedade, o manuseio cuidadoso da terra – natureza – para garantir mais vida, a educação ambiental, o aprendizado da paciência de semear e colher no tempo certo, o exercício da persistência diante dos entraves das intempéries e dos que julgam senhores do tempo. Mas não fará isso apenas como discursos; terá que se desafiar a envolver os educandos e as educadoras em atividades diretamente ligadas à terra.

Confirma-se, assim, o importante papel da escola na educação ambiental, ressaltando o fato de que a escola deve esgotar seus esforços para formar pessoas que se preocupem com a sustentabilidade e, para tanto, nada melhor do que incentivar a relação entre o aluno e o meio ambiente o que pode se efetivar através de aulas práticas e muitos outros métodos que aproximem o aluno do meio ambiente.

Todavia, é importante considerar que:

Uma educação com fins éticos constrói conhecimento preocupado com a humanização e a realidade da vida; elimina o individualismo e o egoísmo da moral liberal e estimula a cooperação e solidariedade das novas gerações; busca no passado os momentos de ruptura com as morais de dominação e se alimenta da força ética com que povos lutaram pela manutenção e o melhoramento de vida. Seu esforço é a coordenação dos vários órgãos que compõem as sociedades humanas dentro de uma perspectiva global. (AHLERT, 2003, p. 171-172).

Dessa forma, a ética na EA tem uma significativa importância na mudança dos valores pessoais de cada indivíduo, por isso é tão importante trabalhar a EA desde cedo, a fim de construir uma percepção benéfica de cada indivíduo com relação ao assunto.

Ainda neste sentido, Santos (2006, p. 65) propõe que:

[...] a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor.

Portanto, uma grande parte das alterações no nosso ecossistema se dá em decorrência do atual desrespeito do ser humano pela natureza, bem como pela sua necessidade de dominar o espaço no qual habita, desmatando cada vez mais para construção dos seus ideais. Mas uma educação ambiental pautada em princípios éticos pode contribuir para o enfrentamento dessas questões nas futuras gerações.

Ahlert (2003, p. 178) considera que:

Uma educação ética busca uma capacitação discursiva dos educandos para que possam participar de uma discussão pública de todas as questões que atingem direta e indiretamente a sua vida e a dos outros. Essa eticidade da educação desenvolve-se dentro de um processo aberto de contínua construção e reconstrução de valores que projetam a vida de todos os concernidos diante das necessidades que marcam a facticidade humana.

Conforme ensina o autor citado acima, a ética na EA está inteiramente ligada a formação de princípios do indivíduo, portanto deve ser repassada de maneira integral, para que não surta efeitos indesejados.

Uma coisa é falar de um produto (objeto), quando se trata de algo material, palpável, produzido, inanimado. Outra, é falar de um objeto de trabalho vivo, consubstanciado em sua individualidade, com suas emoções, virtudes e defeitos – o aluno. (BRAGAGNOLLO, 2010, p. 46).

De acordo com os ensinamentos de Veiga (2005, p. 18) é possível compreender que a gestão democrática deve levar o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização que propiciar a prática da participação coletiva, que minimiza o individualismo, elimina a exploração da solidariedade, e elaboram políticas educacionais das quais a escola executa.

Bussmann (2005, p. 48) salienta que:

A educação é compromisso ético dos brasileiros para com os outros brasileiros. Compromisso ético e não econômico. A produção deve crescer sim, mas com objetivos sociais. É certo que a educação do povo traz também benefícios econômicos, mas o objetivo é a dignidade.

Importante posicionamento, uma vez que ressalta que a produção e o crescimento não devem ser deixados de lado, até porque precisamos deles, no entanto ressalta a importância de olhar os danos que esse crescimento pode causar ao meio ambiente, pois infelizmente, nos dias atuais, a sensação que temos é que até então a sociedade foi crescendo sem ao menos considerar os danos que esse crescimento poderia causar, e hoje, estamos tendo que encarar as consequências

de tal fato. Mas ainda está em tempo de ajudar o meio ambiente a se recuperar, sem que fiquemos em dívida com o mesmo, e por isso as práticas ambientais devem ser ensinadas o mais urgente possível.

No entanto, é de ser relevado que:

[...] se a educação ambiental crítica não comporta separações entre cultura-natureza, fazendo a crítica ao padrão de sociedade vigente, ao modus operandis de educação formal, à ciência e a filosofia dominante, ela deve ser efetivamente autocrítica. Crítica sem autocrítica é problematizar o movimento da vida querendo ficar de fora, sem 'colocar a mão na massa, algo inaceitável para uma perspectiva na qual não pode haver oposição entre teoria e prática'. (LOUREIRO, 2007, p. 67).

Todavia, ante a aludida lição, depreendemos que ambas devem estar em perfeita harmonia, tendo em vista uma complementar a outra. Assim sendo, as bases de uma educação ética estão na Ética do Discurso. Ela se associa ao esforço de uma educação construtivista na exigência radical de inclusão de todos os seres humanos, respeitando nas suas diferenças múltiplas, através da intersubjetividade e dos inter-relacionamentos numa comunidade universal, numa comunidade de comunidades (AHLERT, 2003).

Porém, segundo Zakrzewski (2007, p. 202) averiguamos que a EA nas escolas do campo, devem atender as necessidades vivenciadas pela comunidade das quais estão integrados, contribuindo assim para a formação de sujeitos responsáveis, capazes de refletir e agir sobre sua realidade, capazes de identificar, analisar, compreender e resolver problemas. Para complementar Guimarães (2007, p. 89), ressalta que nesse processo eles se transformam, se educam, se conscientizam dessa forma atuando no processo de transformações sociais.

Contudo, a EA deve ser trabalhada da maneira mais íntegra e honesta possível, respeitando os princípios e limites impostos pela natureza, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade e da formação individual de cada aluno que representa o futuro desta.

2.1.2 Sustentabilidade Ambiental e Qualidade de Vida

A humanidade vem enfrentando inúmeros problemas nessas últimas décadas, dentre eles estão os problemas sociais, econômicos, políticos, culturais, religiosos, climáticos e ambientais. Frente a tais situações os problemas ambientais vêm

gritando por socorro. Não há mais tempo para pensar no que fazer, ou que estratégias poderão usar. É hora de despertar e entrar com ações efetivas e poderosas.

Seguindo tal premissa, Boff (2013, p. 14) nos mostra que:

[...] Mais vale o princípio de precaução e conservação do que a indiferença, o cinismo e a despreocupação irresponsável. Se dermos centralidade à aliança de cuidado, seguramente chegaremos a um estágio de sustentabilidade geral quem nos propiciará desafogo, alegria de viver e esperança de mais história a construir rumo a um futuro mais promissor.

Ao ensejo da conclusão desse item percebe-se a tamanha importância dos princípios sustentáveis, pois eles demonstram como devemos nos portar para ter um ambiente mais sadio.

É preciso insistir também no fato de que:

Se olharmos à nossa volta, damos conta do desequilíbrio que tomou conta do sistema terra e do sistema sociedade. Há um mal-estar cultural generalizado com a sensação de que imponderáveis catástrofes poderão acontecer a qualquer momento. Elenquemos alguns pontos nevrálgicos da insustentabilidade generalizada, sem a pretensão de sermos complexos. Basta-nos captar as tendências e os pontos críticos. (BOFF, 2013, p. 17)

Dessa forma, como a sociedade moderna está acostumada com os inúmeros recursos tecnológicos, acaba não se lembrando de que a Mãe Terra não suportará mais tantas agressões, os excessos da poluição emitida a todo instante, as queimadas indevidas, a poluição das águas, os gastos sem limites dos recursos não renováveis, o descarte de lixo e tantos outros fatores nos leva a uma pergunta. O que podemos fazer para amenizar esses problemas?

Não é de hoje que as preocupações com as questões relacionadas ao meio ambiente surgiram, visto que a influência do ser humano sobre ele poderia causar muitos danos, tais situações que podemos contemplar diariamente. Acreditava-se que os recursos da natureza não se esgotariam ou que talvez não trouxesse problemas se houvesse falta.

No olhar sistêmico de Boff (2013, p. 40):

Não é possível um impacto zero, pois toda geração de energia cobra algum custo ambiental. De maneira a mais, é irrealizável, em termos absolutos, dada a finitude da realidade e os efeitos da entropia, que significa o lento e irrefreável desgaste de energia. Mas pelo menos o esforço deve orientar-se no sentido de proteger a natureza, de agir em sinergia com os ritmos e não apenas lhe fazer mal; importante é restaurar sua vitalidade, dar-lhe descanso e devolver mais do que dela temos tirado, para que as gerações

futuras possam ver garantidas as reservas naturais e culturais para o seu bem-viver.

De maneira sensata, o sábio doutrinador fez questão de mencionar que não é possível um impacto zero, pois como vamos extrair recursos da natureza para nossa subsistência é fato que algum dano vai ser ocasionado, mas o objetivo é diminuir esses danos ao máximo, e que quando for possível compensar a natureza de alguma forma, para diminuir nossa dívida com ela.

Acerca do comportamento do ser humano ante ao assunto, convém observar que:

O ser humano não consegue viver em uma redoma, isolado do resto do mundo. Ele está inserido nesta vida maior, de amplitude interdependente. O ser humano é uma totalidade, isto é, corpo e espírito. Algo inseparável. Por isso não basta ao ser humano respirar para viver. (AHLERT, 2003, p. 163-164).

Não basta buscar respostas, pois na verdade todos nós já sabemos o que fazer, basta que façamos nossa parte. Se cada pessoa fizesse sua parte poderíamos somar e conseqüentemente obter bons resultados. Assim, os debates ecológicos, a pesquisa e a prática de meios sustentáveis vem mudando a forma de pensar e agir da sociedade.

Os estudiosos, bem como todas as organizações governamentais e não governamentais vem lutando, buscando meios, alternativas e soluções para os problemas ambientais. As políticas públicas que possam contribuir na melhoria do meio ambiente é de extrema importância, pois através delas a nação pode traçar e cunhar um objetivo só.

O planejamento moderno vem trazendo preocupações com o desenvolvimento sustentável, é importante salientar que esse termo sustentável deve estar ligado à reutilização, ao reprocessamento equilibrado, e a utilização sensata dos recursos. Porém os impactos dos excessos de lixo depositado diariamente na natureza são altos, a fauna, a flora e a biodiversidade como um todo vive essa ameaça a todo instante, pois muitos desses materiais levam anos para se decompor, gerando danos irreparáveis, e tal fato tem nos preocupado diariamente, pois a saúde do nosso meio ambiente tem se comprometido cada dia mais.

A urbanização, e o crescente desenvolvimento tecnológico deixam rastros que não se pode calcular, são iminentes seus prejuízos e suas consequências, resquícios de uma civilização moderna altamente consumista.

Neste sentido, convém observar que:

Cada momento histórico tem seus processos dominantes que vão se construindo como se fosse a enxurrada de seu tempo, sintetizando, em sentido, intencionalidades e suas objetivações: estilo de vida, objetos construídos, formas de organização etc. Esses processos marcam todas as esferas do social; desde a produção, passando pela esfera política, marcando a vida cotidiana e interferindo também no desenvolvimento das ciências e das artes. Sua presença pode ser evidenciada em todos os âmbitos do social: no local, no regional e no âmbito da sociedade. Mas eles não eliminam a heterogeneidade do social. Podem, sim, gerar novos arranjos em suas esferas heterogêneas. (FALKEMBACH, 2005, p. 134-135).

Não se sabe estimar o início exato dos danos ambientais, mas é de conhecimento notório que a incansável busca pelo desenvolvimento vem denegrindo o nosso meio ambiente, e diminuindo a qualidade de vida, no entanto, já identificamos que essa séria situação carece de extrema atenção para que somente então conseguimos reverter essa situação.

Santos (2006, p. 334) relata que

A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente desordem, não apenas porque produz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo – o mercado global – é uma auto referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global. Nesse sentido a globalização, em seu estágio atual, é uma globalização perversa para a maioria da Humanidade.

Assim, não restam dúvidas de que quase todos os danos ambientais estão relacionados à desgovernada sede de globalização, mas é plenamente possível evoluir sem degradar, ou degradar o mínimo possível, basta que esgotemos os esforços para tanto “[...] A qualidade de vida e o exercício da cidadania são determinados pelo estágio de desenvolvimento social, econômico e político do país, pelo poder aquisitivo e pelo nível educacional e cultural dos grupos sociais” (BUSSMANN, 2005, p. 48).

Entretanto, a qualidade de vida, depende do potencial aquisitivo de cada um, mas a sadia qualidade de vida no meio em que vivemos depende que todos façam sua parte.

Ahlert (2013, p. 164), ressalta que:

Para que a vida seja vida é necessário ao ser humano um espaço físico (moradia, pátio, áreas comuns de lazer, áreas verdes; vestimenta e casa compatíveis como o clima quente ou frio; alimentação constituída de vitaminas, proteínas e calorias e livres de agrotóxicos; ter pessoas ao redor (família, vizinhos, amigos, colegas de trabalho e lazer); espaço/lugar para amar, sorrir, brincar e chorar, para externar tudo aquilo que está relacionado coma vida; viver em liberdade, produzir cultura, consumir cultura, produzir arte; ter direito de escolher o lugar de morar e os direitos de trabalhar, estudar, aprender, formar, informar-se e ter garantias de saúde e proteção. Para que tudo isso seja concreto é preciso emprego, cuja remuneração possibilite este desenvolvimento de vida.

Com base no referido posicionamento é perfeitamente possível visualizar o quanto dependemos de inúmeros aspectos para viver, e com relação ao ambiente do qual habitamos, as vezes não nos damos conta do quanto extraímos dele para nossa sobrevivência, e na maioria das vezes nem nos importamos em cuidar dos nossos recursos, e por esse simples motivo é que a sustentabilidade deve ser trabalhada em todos os âmbitos possíveis, visando assim a reeducação da nossa sociedade para com as práticas ambientais.

Para Boff (2013, p. 19-20) “a sustentabilidade de uma sociedade se mede por sua capacidade de incluir a todos e garantir-lhes os meios de uma vida suficiente e decente [...]”, dessa maneira é que devemos promover a EA, conscientizando a população de que com hábitos simples podemos contribuir muito para o meio ambiente, e conseqüentemente melhorar a nossa qualidade de vida.

Segundo Zakrzewski (2007) é possível compreender que a EA deve estar integrada em todos os meios possíveis, pois assim ela fará parte da nossa cultura, e fazendo parte da nossa cultura as práticas sustentáveis serão cada vez mais naturais e espontâneas, devendo a mesma estar acoplada as causas, englobando a cultura daqueles que residem em ambientes rurais, devendo os ensinamentos ambientais serem transmitidos com respaldo nos princípios da igualdade, da diversidade e da solidariedade.

No entanto, a EA é capaz de criar uma nova perspectiva para a saúde do meio ambiente, assim, ante a tal premissa é importante considerar que:

O novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura; e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai recuperar a parte do seu ser que parecida perdida. (SANTOS, 2006, p. 329).

Tal comparativo possui o intuito de mostrar como o meio ambiente é capaz de se revigorar através das nossas mudanças de comportamento, pois assim como os aspectos negativos são ocasionados em decorrência das nossas praticas, os aspectos positivos também.

Mouser (2004) nos ensina que através da aquisição dos conhecimentos é que nos tornamos seres críticos, adotando assim tal postura, entretanto, devemos manter o foco da nossa postura sendo responsáveis, desse modo todo conhecimento é válido, ainda que transmitidos através de outras pessoas, salvo quando vai contra nossos princípios, mas é importante considerar todo tipo de conhecimento, principalmente os culturais, transmitidos através de gerações, em decorrência da sua importante valoração social.

As culturas indígenas se pautam material e simbolicamente no meio ambiente em que se constituíram – daí sempre se extraiu a matéria-prima para a produção da cultura material (casas, artefatos de uso cotidiano e ritualístico etc.) e para a subsistência (caça, pesca, coleta de frutos e raízes, roça etc.). É nesse contexto que as tradições, os costumes, a língua, a religião e a estrutura social foram construídos e transmitidos de geração em geração. Essa integração ser humano-meio se dá no dia-a-dia, nas tarefas domésticas ou de subsistência, nas relações interpessoais, na maneira como cada indivíduo interpreta a realidade a fim de apreendê-la. É através dessa mediação cultural que comunidades indígenas exercitam uma educação profundamente comprometida com seu meio socioambiental. Nesse aspecto, não são apenas os conhecimentos tradicionais que podem acrescentar muito à educação ambiental – a relevância e as formas de transmissão comunitária dessa mediação cultural devem ser consideradas (MIRANDA, 2007, p.190).

A democracia socioecológica parte do pressuposto de que existe a comunidade de vida da qual nós somos parte e sem a qual não viveríamos. Uma cidade não vive apenas de cidadãos e de instituições, mas também de paisagens, animais, plantas, rios, lagos, montanhas, ar, chuvas e todos os seres da natureza. Eles são portadores, como a Mãe Terra, de direitos, porque possuem valores intrínsecos e gozam de certa subjetividade. Em razão disso, devem ser incluídos em nosso conceito de democracia ampliada. Esta integração, se vivida realmente, trará equilíbrio e sustentabilidade à sociedade. (BOFF, 2013, p. 127).

Nada obstante, é necessário que a sociedade pense nos impactos que as insustentabilidades causam na natureza e seus inúmeros danos e prejuízos. Não podemos deixar de refletir sobre tantos problemas ambientais ocorridos diariamente

no mundo, é importante que tenhamos a preocupação constante em estar não só contribuindo para uma qualidade de vida melhor, mas devemos ter o bom senso de que as futuras gerações necessitarão da natureza e de seus recursos.

2.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS AMBIENTAIS NO ESTADO DO PARANÁ

Sabemos do perigo que os resíduos sólidos representam para o meio ambiente, bem como o vasto lapso temporal de decomposição que algumas matérias possuem, e em decorrência do seu descarte indevido agridem profundamente o meio ambiente dia após dia. No entanto, é importante salientar como o estado do Paraná administra o descarte desses resíduos ante as imposições das legislações vigentes.

Diehl e Gonçalves (2012) acreditam que inúmeras vezes nossa legislação e as políticas que regem a legislação ambiental em sua totalidade não são capazes de atingirem o resultado almejado, em decorrência da ausência dos ensinamentos da EA, bem como dos processos educativos, sendo os principais responsáveis pela aquisição de conhecimentos básicos na formação do indivíduo.

Após a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio ambiente, depreende-se que ante a redação do artigo 2º o principal foco:

[...] tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...]. (BRASIL, 1981).

Incluem-se ainda, nesse mesmo artigo alguns princípios que visam a manutenção do equilíbrio ecológico, devendo também ser assegurado por ações governamentais, garantindo as futuras gerações um meio ambiente equilibrado em todas suas esferas.

A PNMA em seu artigo 4º preceitua que:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico; II - à definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade e ao equilíbrio ecológico, atendendo aos interesses da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. (BRASIL, 1981).

Logo, é iminente que as políticas públicas devam ser criadas com o fito de propiciar melhorias na nação, nos estados e nos municípios. Quando objetivadas buscam tratar melhor tais segmentos, no contexto ambiental elas vêm com o intuito de preservar, cuidar, proteger e aplicar correções caso necessário, pois não podemos deixar nosso ecossistema sem uma atenção mais precisa, nesse caso as leis ambientais emergem a suprir tais ações.

Boff (2013) elenca alguns pressupostos a fim de assegurar a garantia da vitalidade do Planeta Terra com seus ecossistemas (comunidades de vida), bem como assegurar as condições de persistência da espécie humana e de sua civilização, mantendo assim o equilíbrio da natureza, devendo tomar a sério os danos causados pelo ser humano à Terra e a todos os biomas, se dando conta dos limites do crescimento, e controlando de forma não coercitiva o crescimento da população. Vale reconhecer a urgência da mudança de paradigmas civilizacional e perceber a capacidade inspiradora da nova cosmologia de transformação, para que haja efetivamente sustentabilidade, entendemos que é possível ter um ambiente totalmente equilibrado e seguro para as gerações futuras.

Como os pensamento ambientais e as atitudes ambientais vão de encontro a todos os habitantes do Planeta Terra, é de extrema necessidade que além de uma Política Nacional de Meio Ambiente, é necessário tanger a ela uma Política Nacional de Educação Ambiental, tendo em vista que, na verdade, todos somos aprendizes de assuntos referentes aos assuntos ambientais, é importante que essa vertente esteja multidisciplinaridade em nossas escolas, sendo importante preparar nossa juventude, desde cedo, para que esses jovens possam eventualmente agir como agentes críticos sobre os assuntos ambientais.

Antes a esta vertente, a Política Nacional de Educação Ambiental dada pela lei de nº 9.795 de Abril de 1999 institui em seu artigo 4º os princípios básicos da educação ambiental, notemos:

Art. 4º São princípios básicos da educação ambiental: I – o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo; II – a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade; III – o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade; IV – a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais; V – a garantia de continuidade e permanência do processo educativo; VI – a permanente avaliação crítica do processo educativo; VII – a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais; VIII – o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural. (BRASIL, 1999).

Assim, a importância do trabalho de EA no âmbito escolar deve estar vinculado aos planos de trabalho docentes, abordando e articulando assuntos ambientais, e vinculados no contexto de ética e cidadania garantindo a disseminação desta a todas as esferas da comunidade escolar, respeitando tais princípios, dos quais visam de maneira direta e indireta contribuir para uma boa formação da educação ambiental em nossa sociedade, bem como para a saúde do nosso meio ambiente.

Ainda com relação a Política Nacional de Educação Ambiental (1999), o legislador fez questão de mencionar no artigo 5º os objetivados conceitos fundamentais da educação ambiental que pautam as múltiplas e complexas relações que envolvem os aspectos ecológicos, a garantia de democratização de assuntos ambientais, fortalece a construção da cidadania planetária em prol de um futuro melhor para a sociedade.

Já em seu artigo 7º a Política Nacional de Educação Ambiental (1999) envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não governamentais com atuação em educação ambiental.

No estado do Paraná observa-se ainda a deliberação Estadual Nº 04/13 aprovada em 12/11/13, processo Nº 1780/07 protocolo Nº 5.673.595-0 de Educação Ambiental (PARANÁ. CEE, 2013) no qual institui em seu parágrafo único que:

A Educação Ambiental tem por objetivo o desenvolvimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído. (PARANÁ. CEE, 2013).

Entretanto, a EA a ser desenvolvida no Sistema Estadual de Ensino do Paraná para a educação básica e superior traz em seu art. 2º a fundamentação nos seguintes princípios e procedimentos:

[...] II – Política Estadual de Educação Ambiental, de acordo com a Lei Estadual nº 17.505/2013, no que tange à integração da Educação Ambiental no âmbito formal e não formal; III – integração das políticas públicas das áreas de educação, meio ambiente, saúde, agricultura, saneamento ambiental, turismo, cultura, desenvolvimento urbano, assistência social, segurança pública entre outras. (PARANÁ. CEE, 2013).

Assim sendo, as aplicações dessas políticas devem ser claramente descritas dos PPP escolares, e disseminadas em todas as disciplinas do currículo, já a construção de práticas pedagógicas e educativas voltadas a EA devem atender o desenvolvimento local, regional, estadual, nacional e global.

Como se há de verificar o artigo 4º da (PARANÁ. CEE, 2013) no primeiro inciso, ressalta que os objetivos da educação ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná: “I – constituir um Grupo Gestor SEED/SETI de Educação Ambiental do Sistema Estadual de Ensino, visando articular e integrar o conjunto de ações de Educação Ambiental no âmbito da Educação Básica e Ensino Superior”, ressaltando assim a importância da promoção e da formação continuada aos educadores pautados no posicionamento supradito, haja vista que a articulação e a integração dos assuntos ambientais é fundamental.

No entanto, seguindo esse raciocínio, convém observar:

II – desenvolver práticas integradas que contemplem suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos de saúde, históricos, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais, filosóficos, estéticos, tecnológicos, psicológicos, legais e ecológicos, conforme a Lei Estadual nº 17.505/2013, inciso I, Art. 5º. (PARANÁ. CEE, 2013).

Todavia, conforme o disposto na Lei Estadual, o principal foco aqui é identificar junto à comunidade iniciativas e percepções sobre gestão ambiental de resíduos sólidos voltados a práticas sustentáveis e do meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado como direito à vida.

De acordo com o Capítulo III das dimensões da Educação Ambiental em seu Art. 8º (PARANÁ, 2012): “A Educação Ambiental tem como base as três dimensões: o espaço físico, a gestão democrática e a organização curricular, concebidos de acordo com o documento “Escolas Sustentáveis”.

Compreende-se, através de conhecimentos notórios que na comunidade escolar de Dr. Oliveira Castro é plenamente possível identificar quais são as alternativas sustentáveis que estão inseridas, vivenciadas e praticadas por eles, levando em consideração a organização curricular e o PPP.

A Lei Estadual nº 17.505, de 11 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências, das quais encontram-se dispostas em seu Art. 2º:

Entende-se por Educação Ambiental os processos contínuos e permanentes de aprendizagem, em todos os níveis e modalidades de ensino, em caráter formal e não formal, por meio dos quais o indivíduo e a coletividade de forma participativa constroem, compartilham e privilegiam saberes, conceitos, valores socioculturais, atitudes, práticas, experiências e conhecimentos voltados ao exercício de uma cidadania comprometido com a preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida, para todas as espécies. (PARANÁ, 2013).

Porém, percebe-se que o Estado do Paraná fornece agasalho a tais argumentos, uma vez que a referida legislação vai de encontro com os princípios e objetivos maiores, qual seja, defender nosso ecossistema. Segundo a mesma lei estadual, descreve em seu artigo Art. 4º os são princípios básicos da educação ambiental:

[...] II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade e diversidade, considerando a interdependência entre as dimensões físicas, químicas, biológicas, sociais e culturais, sob o enfoque da sustentabilidade da vida; III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva constante do diálogo entre a diversidade dos saberes e do contexto. (PARANÁ, 2013).

É muito importante destacar que os princípios da educação ambiental estão sempre pautados na qualidade de vida das presentes e das futuras gerações, tendo em vista que os todos são responsáveis pelo meio ambiente equilibrado.

De acordo com o Art. 6º, são instituídas: políticas estaduais de EA, e o sistema estadual de EA como partes do processo educativo e da gestão ambiental ampla no Estado do Paraná, ressaltando que todos têm direitos e deveres em relação à educação ambiental, sendo a sua realização e coordenação de competência do Poder Público, por meio das secretarias de estado, com a colaboração de todos os órgãos públicos, empresas estatais, fundações, autarquias e institutos, bem como dos meios de comunicação, organizações não governamentais, movimentos sociais, demais organizações do terceiro setor e organizações empresariais (PARANÁ, 2013).

Neste norte, importante se torna a observar:

§ 1º O Sistema Estadual de Educação Ambiental será implantado com a finalidade de integrar, sistematizar e difundir informações e experiências, programas, projetos e ações, bem como realizar diagnósticos, estabelecer indicadores e avaliar a política de educação ambiental no Estado do Paraná. (PARANÁ, 2013)

Logo, percebe-se que o estado enfatiza as práticas ambientais através da sustentabilidade, dando pleno apoio e demonstrando isso em sua legislação, porém de acordo com deliberação Estadual Nº 01/13 aprovada em 11/11/13, processo Nº 1780/07 protocolo Nº 5.673.595-0, é importante identificar que a mesma trata de assuntos referentes às normas estaduais de para Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná e menciona ainda toda à trajetória paranaense referente a EA, descrevendo a importância dos movimentos sociais e ambientais locais, estaduais, globais os quais resultaram em muitas ações voltadas ao cuidado, e a preservação da natureza.

Contudo, a Lei de Nº 12.305 de 02 de Agosto de 2010, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; que altera a Lei nº 9.605, de Fevereiro de 1998, menciona em seu artigo 5º que a Política Nacional de Resíduos Sólidos integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental, regulada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, com a Política Federal de Saneamento Básico, regulada pela Lei nº 11.445, de 2007, e com a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, tendo tal legislação ampla relação com as práticas aplicadas no Distrito de Dr. Oliveira Castro.

Compreende-se que o Estado do Paraná conta com uma Política de Educação Ambiental muito consistente e que está presente nos currículos das Escolas públicas do estado, pautada em um meio ambiente equilibrado e levando em consideração as políticas públicas nacionais como elementos norteadores e que subsidiam em uma excelente identidade estadual. Assim, é de suma importância que os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) tenham de forma clara e concisa a Educação Ambiental (EA) para que se possa dia a dia levar os educandos ao diálogo ecológico, pensando no hoje e refletindo no amanhã.

2.2.1 A Educação Ambiental como Cidadania Planetária e Tema Gerador nos Projetos Políticos Pedagógicos do Ensino Médio (PPP)

Atualmente alcançamos um vasto nível de agressão que equivale a uma espécie de guerra total, dos quais atacamos a Terra no solo, no subsolo, no ar, no mar, nas montanhas, nas florestas, nos reinos animal e vegetal, em todas as partes, onde podemos arrancar algo dela para nosso benefício, sem qualquer sentido de retribuição e sem qualquer disposição de dar-lhe repouso e tempo para se regenerar

(BOFF, 2013), desse modo, a educação ambiental deve estar acoplada nos PPP'S a fim de promover a interdisciplinaridade, e concomitantemente ajudar os alunos a construir um pensamento referente às questões ambientais, devendo também auxiliar na instrumentação de compreensão dos problemas que afetam a sua vida, da comunidade e de todo o planeta.

A educação ambiental é uma complexa dimensão da educação, caracterizada por uma grande diversidade de teorias e práticas e que, portanto, não pode ser entendida no singular. Apesar de ter como preocupação comum o meio ambiente e de reconhecer o papel central da educação na melhoria da relação do ser humano e da sociedade com o ambiente, pesquisadores e educadores ambientais vêm adotando diferentes discursos, propondo diferentes correntes, ou seja, maneiras de conceber e de praticar a educação ambiental (ZAKRZEVSKI, 2007).

Para Ahlert (2003) educação é a forma na qual os diferentes povos encontraram para significar o seu mundo, entendê-lo e adaptar-se a ele ou então transformá-lo. Entretanto, é através de um processo de interação entre educadores e educandos que se reproduz o modo de ser e a concepção de mundo que esses povos foram construindo ao longo da história. Nesse processo, nos deparamos com a ocorrência e a construção de novos conhecimentos, técnicas e formas para a reprodução da vida. Considera-se criação e recriação de conhecimento. Esse processo leva práticas diferentes, preparando novas gerações, gestando novas sociedades, transmitindo culturas e formas de trabalho, e socializando processos produtivos.

Nesse contexto, depreende-se que a educação é a práxis teórica, política, pedagógica, afetiva e tecnológica, assim ante ao saber de Bragagnollo (2010, p. 36):

As necessidades práticas que emergem do cotidiano da sala de aula, entretanto, demandam uma teoria, saberes teorizados, sistematizados e legitimados como eruditos. É preciso que se estabeleça nesse processo um confronto entre teoria e prática, uma análise das práticas à luz das teorias e, ainda, que haja uma convergência de ações não dissociando os saberes da experiência, os conhecimentos científicos, dos saberes pedagógicos e didáticos.

Desse modo, um embasamento teórico é o que sustenta, o que dá suporte ao docente para que o mesmo transmita de maneira clara e objetiva os conhecimentos que conseqüentemente deverão ser colocados em prática em nossa sociedade, mas para tanto é necessário que o contexto vivenciado em sociedade e os ensinamentos

teóricos estejam entrelaçados, para que eventualmente não surta efeitos indesejados.

É importante ressaltar que a reflexão sobre o planejamento participativo deverá percorrer os pressupostos da proposta referenciada; a construção teórico-metodológica do objeto do planejamento; fazer considerações sobre os sujeitos que o projeto integra e descrever alguns instrumentos técnicos que ajudarão a viabilizar o plano, no caso, o projeto político-pedagógico da escola. Contudo, o eixo da reflexão estará em torno da capacidade de o planejamento participativo e seu produto – o projeto político-pedagógico da escola – para possibilitar a vivência da prática reflexiva, democrática e democratizante e, com isso, atuarem no sentido da construção de identidade, da escola e dos sujeitos que ela congrega (FALKEMBACH, 2005).

Portanto, o PPP vem como uma proposta na qual deverá ser executada ao longo do corrente ano letivo, neste norte convém observar:

Toda escola exercita um currículo. Consciente ou inconsciente, os que atuam no contexto escolar estão envolvidos diretamente nas tramas que forjam as identidades humanas. Nesse sentido, podemos afirmar que discutir o currículo é debater uma perspectiva de mundo, de sociedade e de ser humano. Embora quando se fale em discutir o currículo de um determinado nível de ensino, as pessoas estejam propensas a rever os conteúdos escolares [...]. (VELOSO, 2007, p. 77).

Assim sendo, na esfera ambiental é importante que metas sejam traçadas neste tipo de curriculum, para que ao longo do ano sejam executados os possíveis projetos e demais maneiras didáticas de lidar com os ensinamentos ambientais dessa geração do futuro, identificando assim, qual a melhor maneira de cuidar do meio ambiente, visando o respeito ao tempo de revigoramento que a natureza necessita para nos fornecer um pouco mais de seus recursos, e ensinando essa geração a compreender o real significado do meio ambiente, fazendo com que mudem o foco visionário sempre para o lado mais benéfico ao ecossistema.

Para Silva (2012, p. 61):

A Arte-Ambiental fundamenta-se na Arte-Educação a partir do momento em que ela emerge de uma necessidade atual, qual seja, o resgate da relação mais próxima da natureza por meio do “retorno aos elementos naturais”. A Arte-Ambiental incita à aproximação com os componentes do ambiente e à relação histórica do seu uso pela humanidade: o uso da terra, da chuva, do sol, das conchas, das folhas, das texturas... Ela acontece despertando sentidos muitas vezes adormecidos, como tato, olfato, a escuta, um olhar sensível, etc.

Presume-se então que ambas são consideradas como uma arte, e que educar ambientalmente vai além do contexto escolar, da sala de aula, fazendo com o aluno abra os horizontes e veja o nosso ecossistema como ele realmente deve ser visto.

Seguindo este entendimento Kindel (2012) vê a escola como um espaço fecundo ao trabalho no campo da EA, e o PCN oferece aos professores possibilidades concretas, pertinentes ao currículo escolar, haja vista que estão atentos às contribuições de cada área do conhecimento, dessa forma esse trabalho pode iniciar-se na escola, ampliando-se para a comunidade local e, quiçá, ajudando na formação de cidadãos atuantes local e globalmente.

Assim sendo, é importante considerar que:

A educação transforma-se num processo essencialmente coletivo no qual a aprendizagem e a construção do conhecimento se efetivam através dos relacionamentos entre os sujeitos e com toda a vida. Torna-se a educação um processo de conquista que engendra a humanização e a libertação do ser humano. (AHLERT, 2003, p. 168).

É necessário que os educadores tenham consciência que ao elaborar seu PTD esse deve estar embasado no PPP da escola, pois muitos professores acabam não elaborando conforme as exigências do PPP e acabam não envolvendo assuntos obrigatórios em suas aulas.

Na óptica de Veloso (2007) uma escola sem projeto político-pedagógico construído, discutido, pensado numa sequência lógica que relaciona objetivos, estratégias, ações e finalidades, é uma escola com altíssimo percentual e probabilidade de abrir suas portas simplesmente para cumprir as exigências mínimas do sistema de ensino, apenas colocando os alunos em sala de aula para ministrar os conteúdos escolares.

Assim Santos (2006, p. 329) acredita que “O homem busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e pouco a pouco vai substituindo a sua ignorância do entorno por um conhecimento, ainda que fragmentário”, por isso a necessidade do interesse dos docentes para ensinar, e ter o devido zelo e considerável apreço pelo que se faz, são requisitos imprescindíveis para garantir o saudável desenvolvimento na sociedade, evitando assim o saber mesquinho.

Neste sentido, Resende (2005, p. 54) discorre:

Alguns educadores menos comprometidos não alteram seu fazer. Continuam contando suas “belas mentiras” como se desejasse, por repetição, convencer-se das verdades radicais que recitam. Outros, mais preocupados, aguardam que algo aconteça, que alguém forneça “coisas práticas” para solucionar as situações do interior de suas salas de aula. Outros, ainda, procuram transformar criativamente suas práticas, impulsionados por uma angústia salutar que não permite a acomodação.

Infelizmente, é pela atuação de docentes como estes que a nossa sociedade padece, tendo em vista os mesmos não fazerem o menor esforço para executarem seu trabalho de maneira impecável, deixando os alunos a mercê da ausência de sabedoria.

Veiga (2005, p. 12-13) salienta que:

O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas, o projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Ou seja, ele nada mais é que um roteiro a ser seguido anualmente, para manter a ordem e garantir o cumprimento da aplicabilidade do conteúdo programático desta escola. Assim, segundo Bragagnollo (2010) na educação, infelizmente, um grande número de professores ainda considera que basta dominar determinados conteúdos para ensiná-los, sem levar em conta a necessidade permanente de aprimoramento, o saber compartilhar e aprender com os outros, as transformações decorrentes da ação e da interatividade nas relações humanas.

É necessário ampliar e fomentar os educadores e a toda equipe escola que a educação ambiental é dever e deve estar presente nos PPP assim bem como nos PTD de cada educador, mas não só como faz de conta, deve estar escrito e acima de tudo deve ser efetivado, aplicado e efetivado.

Bussmann (2005, p. 48) acredita que:

Não restam dúvidas de que articular, elaborar e construir um projeto pedagógico próprio, implementando-o e aperfeiçoando-o constantemente – ao envolver de forma criativa e prazerosa os vários segmentos da comunidade escolar, com suas respectivas competências, num processo coletivo –, é um grande desafio. E o é em razão da necessidade e das expectativas pela melhoria da qualidade dos serviços educacionais e dos resultados desses serviços.

No mesmo sentido, perante a perspectiva de Bragagnollo (2010, p. 97) cumpre observar que:

É inegável, portanto, que o professor tem uma função preponderante na consolidação de um relacionamento crítico-reflexivo, tendo como base, além da formação cognitiva, ações de cunho político, de relação de poder, o que envolve compromisso, tomada de decisão, transcendendo questões meramente didático-pedagógicas.

Como se sabe, de certa forma, o professor é o principal responsável pela formação de um ser mais sábio e inquieto, pois é através de aulas como sociologia e filosofia que o aluno se volta para o ato reflexivo, questionando acontecimentos culturais e sociais, sendo de extrema relevância para a esfera ambiental, pois é através de tais reflexões que o ser humano se pergunta como tem tratado o meio ambiente.

Arroyo (2004, p. 77-78) propõe que:

A escola é mais um dos lugares onde nos encontramos. Os processos educativos acontecem fundamentalmente no movimento social, nas lutas, no trabalho, na produção, na família, na vivência cotidiana. E a escola, o que tem a fazer? Interpretar esses processos educativos que acontecem fora, fazer uma síntese, organizar esses processos educativos em um projeto pedagógico, organizar o conhecimento, sociabilizar o saber e a cultura historicamente produzidos, dar instrumentos científico-técnicos para interpretar e intervir na realidade, na produção e na sociedade. A escola e os saberes escolares são um direito do homem e da mulher do campo, porém esses saberes escolares têm que estar em sintonia com os saberes, os valores, a cultura e a formação que acontece fora da escola.

No entanto, cumpre destacar que a escola é um local de aprendizagem tanto para os docentes quanto para os discentes, e que quando os objetivos almejados são executados da maneira com a qual foram traçados o resultado final é plenamente satisfatório.

Para Caldart (2004, p. 102), “A pedagogia da cultura tem como uma de suas dimensões fortes a pedagogia do gesto, que é também pedagogia do símbolo e pedagogia do exemplo”, portanto os hábitos costumeiros que nos deparamos em sociedade deve ser visto como uma forma de ensinar, uma vez que tais ensinamentos possuem tamanha valoração, que se mantem por um vasto período de tempo.

Ainda com relação ao projeto político pedagógico (PPP), Veiga (2005, p. 13), descreve que o PPP é um processo no qual estabelece a forma de organização de trabalho, viabilizando melhorias, diminuindo ou eliminando os obstáculos que

englobam o trabalho pedagógico como um todo, simbolizando um meio mais democrático de tomada das decisões, amenizando assim os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes no âmbito escolar.

Para Bussmann (2005, p. 38):

[...] o projeto político-pedagógico delinea de forma coletiva a competência principal esperada do educador e de sua atuação na escola. Ao delinear essa competência, o projeto político-pedagógico consolida a escola como lugar central da educação básica, numa visão descentralizada do sistema. Ao ser discutido, elaborado e assumido coletivamente, oferece garantia visível e sempre aperfeiçoável da qualidade esperada no processo educativo e, assim, sinaliza o processo educativo como construção coletiva dos professores envolvidos. E ainda, ao se constituir e da equipe direta ou coordenadora de cuidar da “política educativa”, do alcance e da globalidade do processo educativo na escola e de liderá-lo, administrando a consecução dos objetos.

Dessa maneira é importante destacar que os professores devam estar engajados, com a escola para que seja plenamente possível desenvolver os meios para articular a transversalidade da educação ambiental. Se os educadores elaborarem juntos um plano de ação que envolva a trans ou multidisciplinariedade dessa temática, funcionará como uma engrenagem que juntos formarão e conseqüentemente resultarão em um trabalho fantástico.

De acordo com essa transversalidade, na visão de Segura (2007, p. 100) é importante considerar que:

A transversalidade da temática ambiental na educação vieram somarem-se ainda outros aspectos para a discussão sobre inter e transdisciplinaridade: mesmo compondo ações integradas, as disciplinas ainda têm pouca entrada na vida cotidiana. Dessa maneira, a intenção dos Parâmetros Curriculares Nacionais em sua origem foi estimular o engajamento da escola, do seu projeto político-pedagógico com as questões do seu tempo conectando conceitos teóricos à realidade cotidiana: essência da educação para a cidadania.

Assim, essa transversalidade da questão ambiental é justificada pelo fato de que seus conteúdos, de caráter tanto conceituais (conceitos, fatos e princípios), como procedimentais (relacionados com os processos de produção e de resignificação dos conhecimentos) e também atitudinais (valores, normas e atitudes), formam campos com determinadas características em comum: não estão configuradas como áreas ou disciplinas; podem ser abordados a partir de uma multiplicidade de áreas; estão interligados aos conhecimentos adquiridos por meio

da experiência, como repercussão direta na vida cotidiana; envolvem fundamentalmente procedimentos e atitudes, cuja assimilação deve ser observada a longo prazo.

Dessa forma, a deliberação Estadual do Paraná sob o N° 04/13 tratam da transversalidade, mais especificamente em seu artigo 14º e incisos, dando ênfase aos assuntos ambientais, embasando-se na sustentabilidade, e na maneira com a qual o PPP deve ser pensado e construído para relacionar o meio ambiente juntamente com as demais áreas imprescindíveis para o saudável desenvolvimento da sociedade como sendo: a saúde, a cultura, as políticas públicas, a ética e cidadania, as ações que educativas, possibilitando a eventual contribuição para o desenvolvimento da EA básica da nossa comunidade.

Segundo Loureiro (2007, p. 68-69):

Os efeitos desse movimento crítico na educação ambiental são bastante visíveis. Há uma ampliação na compreensão do mundo e o repensar das relações eu-eu, eu-outro, eu-nós no mundo. Temas anteriormente tratados como meio para a preservação ou respeito à natureza (elementos importantes, mas insuficientes ao reforçarem a dicotomia cultura-natureza) são problematizados em várias dimensões (cultural, econômica, política, legal, histórica, geográfica, estética, etc.).

Dessa forma a Educação Ambiental no currículo escolar vem com a intenção de levar os alunos a refletirem sobre as questões ambientais, bem como despertar o gosto de pelo cuidado com a natureza, através de diálogo e da prática, portanto, seguindo essa vertente Segura se posiciona no mesmo sentido:

A educação ambiental sustenta-se na busca da conexão permanente entre as questões culturais, políticas, econômicas, sociais, religiosas, estética e outras, determinantes para nossa relação com o ambiente. Sua proposta é ampliar o entendimento e integrar ações, e não reduzir o foco, criar mais uma divisão do conhecimento, como ainda percebemos em alguns projetos. (SEGURA, 2007, p. 96).

Contudo, compreendemos que a EA necessita de um planejamento para ser trabalhada nas escolas, e diante de tal necessidade é possível entender que as políticas públicas tem adotado essa ideia, viabilizando que a EA seja trabalhada ao longo do ano letivo, os docentes por sua vez, tem discutido e implementado práticas ambientais nos PPP'S escolares, pois na verdade, acredita-se que a preocupação com o meio ambiente é capaz de produzir efeitos benéficos em diversas áreas, diante disso, trabalhando práticas ambientais nas escolas elas se transformarão em

hábitos costumeiros que só tendem a contribuir para diversas melhorias em nossas comunidades.

3 METODOLOGIA

Podemos compreender que trata-se de um estudo de caso qualitativo e descritivo e/ou pesquisa participativa com aplicação de questionário semiestruturado, a 30 (trinta) alunos do ensino médio, 3 (três) professores, 10 (dez) moradores da área rural e os gestores da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura.

Foram também realizadas visitas as propriedades rurais do Distrito de Oliveira Castro, Guaíra-PR, viabilizando a operacionalização dos questionários, dos quais submeteram-se ao comitê de Ética, que se encontram em anexo.

3.1 OBJETIVOS

Objetiva-se através da aludida pesquisa “Analisar práticas de educação ambiental e o impacto da ausência de coleta de Resíduos sólidos, visando à qualidade de vida da comunidade escolar do ensino médio” localizada no Distrito Oliveira Castro, Guaíra – PR.

Os objetivos específicos da pesquisa são:

- Fundamentar a pesquisa com base na relação natureza e sociedade, meio ambiente e políticas ambientais, sustentabilidade, padrões de consumo, ética, justiça ambiental e cidadania, vinculado ao Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo do Distrito de Oliveira Castro, Guaíra - PR.
- Identificar e analisar percepções sobre EA na comunidade da Escola do Campo de Guaíra - PR.
- Identificar e analisar as percepções da comunidade escolar da Escola do Campo sobre o destino dos resíduos sólidos referente à área rural.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL: A DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NA ÁREA RURAL DO DISTRITO DE DR. OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA, PARANÁ

Atualmente, podemos compreender o relevante espaço que discussões acerca do desenvolvimento sustentável adquiriu em nossa sociedade, porém a destinação correta dos resíduos sólidos contribui consideravelmente para esse desenvolvimento que almejamos, neste sentido Boff (2013, p. 128) acredita que:

Uma sociedade é sustentável quando se organiza e se comporta de tal forma que ela, através das gerações, consegue garantir a vida dos cidadãos e dos ecossistemas nos quais está inserida, junto com a comunidade de vida. Quanto mais uma sociedade se funda sobre recursos renováveis e recicláveis, mais sustentável se torna. Isso não significa que não possa usar de recursos não renováveis, mas, ao fazê-lo, deve praticar grande racionalidade, especialmente por amor à única Terra que temos e em solidariedade para com gerações futuras. Há recursos que são abundantes como o carvão, o alumínio e o ferro, com a vantagem de que podem ser reciclados.

Devemos concordar com tal posicionamento, pois se acreditarmos que o desenvolvimento sustentável se inicia em nossa comunidade, além do dever de zelo que devemos ter, é através dela que podemos desenvolver hábitos simples e que consequentemente refletirão na cooperação que o meio ambiente carece.

Boff (2013, p. 70) salienta que: “O que move as pessoas e as sociedades são os sonhos e as utopias que elas projetam e os esforços que fazem para traduzi-las em realidade”. Portanto, sabemos que a preocupação com meio ambiente vem ganhando forças, e eventos como o ECO 92, ou até mesmo o RIO +20, tiveram consideráveis impactos em nossa sociedade, alertando a mesma para que enxergássemos os problemas enfrentados, e até mesmo os problemas que poderemos enfrentar, logo o sábio posicionamento do autor supracitado menciona uma verdade, uma vez que os sonhos que a nossa sociedade têm projetado de ter um ambiente sustentável, e respeitar os limites do nosso ecossistema, só serão passíveis de realização se a mesma não medir esforços para realizá-los.

Devemos reconhecer ainda que esse ambiente no qual a nossa sociedade está inserida tem contribuído muito para o meio ambiente, assim vale destacar que:

Com a globalização, a especialização agrícola baseada na ciência e na técnica inclui o campo modernizado em uma lógica competitiva que acelera a entrada da racionalidade em todos os aspectos da atividade produtiva, desde a reorganização do território aos modelos de intercâmbio e invade até mesmo as relações interpessoais. (SANTOS, 2006, p. 304).

Assim sendo, a Lei Orgânica do Município de Guaíra – Paraná, em seu artigo 127º institui sobre:

A política do desenvolvimento urbana executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes mediante: [...] X - criação e manutenção de parques de especial interesse urbanístico, social, ambiental e de utilização pública; XI - utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e do funcionamento das atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias; XII - manutenção de sistemas de limpeza urbana, coleta, tratamento e destinação final do lixo; [...]. (GUAÍRA, 2001).

Desse modo, no aludido artigo percebe-se que o objetivo do município é desenvolver-se protegendo o meio ambiente, é importante dar ênfase ao fato de que na legislação municipal o município de Guaíra-PR deixa claro que além da manutenção de limpeza, compete ao mesmo tratar e fornecer a real destinação para os resíduos coletados.

Já no artigo 133 da Lei Orgânica do município de Guaíra-PR, o município tratou de assegurar algumas particularidades acerca do plano rural, bem como da política agrícola e agrária, vejamos:

Art. 133. O Município promoverá o desenvolvimento do meio rural, de acordo com as aptidões econômicas, sociais e dos recursos naturais, mobilizando os recursos do setor público para a atividade, mediante a elaboração de um plano de desenvolvimento rural. § 1.º. O plano de desenvolvimento rural estabelecerá objetivos e metas, a curto, médio e longo prazos, e será desdobrado em planos operativos anuais, que integrarão recursos, meios e programas dos vários organismos da iniciativa privada, governo municipal, estadual e federal. § 2.º. O plano de desenvolvimento rural contará com a efetiva participação, na sua elaboração, das organizações atuantes no meio rural, entidades representativas dos produtores e trabalhadores rurais, profissionais técnicos e líderes da comunidade, para identificação dos problemas e formulação de propostas para sua solução e execução. (GUAÍRA, 2001)

Importante observar que o município de Guaíra-PR, não deixou o setor do campo de lado, e além dos direitos o referido município tratou de impor alguns deveres, dos quais encontram-se dispostos no plano de desenvolvimento rural.

Dessa forma, o artigo 134º da Lei orgânica Municipal diz que:

Art. 134. Caberá ao Executivo Municipal coordenar a elaboração do plano de desenvolvimento rural, integrando as ações dos vários organismos com atuação na área rural do Município, mantendo consonância com a política agrária do Estado e da União, contemplando principalmente e no artigo 135º 'I - recomendar o plano de desenvolvimento rural integrado'. (GUAÍRA, 2001).

Dessa forma é passível a compreensão de que com a Lei Orgânica do Município de Guaíra a coleta de resíduos sólidos no Distrito de Dr. Oliveira Castro segue as mesmas regras da coleta no município, ou seja, as mesmas regras do âmbito urbano, assim. a EA busca identificar como a área rural procede com o descarte dos seus resíduos sólidos, atentando a população para com os impactos negativos havidos em decorrência do descarte indevido.

4.1.1 O Município de Guaíra – PR e o Distrito de Dr. Oliveira Castro

O município de Guaíra-PR é um município cuja população é relativamente pequena, com aproximadamente a 679 quilômetros de distância da Capital do Estado do Paraná. Acerca da população do município de Guaíra, convém analisar:

Quadro 1 - População Censitária Urbana/Rural do Município de Guaíra – Paraná

População Censitária Urbana/Rural	Fonte	Data	Município
População - Censitária - Urbana (habitantes)	IBGE	2010	28.206
População - Censitária - Rural (habitantes)	IBGE	2010	2.498

Fonte: Ipardes, 2017.

De acordo com os dados do IPARDES, observa-se que a população da área rural equivale a aproximadamente 8,8% em relação à população da área urbana, do município de Guaíra. Neste sentido, convém ponderar acerca de um breve relato histórico deste município, a fim de compreendermos como tal município atraiu a referida população.

O município de Guaíra-PR, no passado teve um considerável crescimento, através da relevante potência econômica da época, qual seja a extração da erva mate, vejamos:

[...] A erva-mate é, portanto, a protagonista de Guaíra. Num salto histórico de mais de 300 anos, chega-se à legendária Companhia Matte Larangeira (com g, pois seu fundador chamava-se Thomas Larangeira, que obteve em 1882, por meio de Decreto Imperial, o direito de exploração de ervais

nativos). Em 1929, após quase quatro décadas trabalhando em sociedade com a empresa Mendes & Cia., surge a nova Companhia Matte Larangeira, com sedes no Rio de Janeiro e em Buenos Aires. No Brasil, fazia-se a extração da erva-mate no Paraná e no Mato Grosso do Sul; na Argentina, o produto era industrializado e distribuído para o mercado platino. (GUAÍRA, 2017).

Logo, as coisas já iam bem, mas ainda foi possível melhorar:

Em 1902, a Mate Larangeira estabelece-se em Guaíra e funda o Porto Mojoli. Inicia-se a construção da cidade, que aos poucos ganha infraestrutura e destaque como um importante polo industrial da época. A partir de 1919, o chamado Porto Guaíra já contava com iluminação elétrica a vapor, rede de esgoto, limpeza pública, capela, biblioteca, escola, hospital, serviço telefônico, metalúrgica, policiamento, etc. A organização da cidade impressionou tanto o empresário César Prieto Martinez, que, em de 1924, ele divulga uma nota na imprensa paulista: Guaíra é uma organização que honra as sociedades industriais do Brasil, é a maior cidade pertencente a uma empresa, a maior e a mais completa porque nada lhe falta, nem mesmo um código de posturas e um serviço de policiamento que lhe proporciona asseio e ordem. A influência da Mate Larangeira começa a arrefecer na década de 1940, quando o governo nacionalista de Getúlio Vargas encampou o patrimônio da empresa, rebatizando-o de Serviço de Navegação Bacia do Prata. Getúlio também é o responsável pelo estímulo de uma Marcha para o Oeste, atraindo imigrantes para a região. Assim, a cidade, então basicamente habitada por paraguaios e descendentes, passa a abrigar outras etnias. (GUAÍRA, 2017).

Dada a constante ascensão que Guaíra vivenciava, começaram a surgir reflexos negativos da intervenção política:

Impulsionado por interesses políticos, em 1947, o então governador do Mato Grosso, Arnaldo Estevão Figueiredo, acaba com a concessão dos ervais da Matte Larangeira. Era o fim de uma era. No entanto, a empresa deixou marcas eternas por onde passou (foram várias cidades no então Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul). Em Guaíra, um dos exemplos é a construção da Igreja Nuestro Señor Del Perdón, ou simplesmente Igreja de Pedra, um dos principais pontos turísticos da cidade, além de inúmeros prédios que compõem a paisagem urbana do município. (GUAÍRA, 2017).

Após uma considerável crise enfrentada pela empresa que gerava parte da renda da cidade, e o fim de uma importante era econômica de Guaíra, surge uma nova possibilidade de melhorias, notemos:

Ironicamente, após este período de declínio da Matte, Guaíra ganha enfim status de município em novembro de 1951. A instalação dá-se em dezembro de 1952, com posse do primeiro prefeito, Gabriel Fialho Gurgel. Nas próximas décadas, a cidade ganharia aeroporto, delegacia de polícia, posto da Receita Federal, agências bancárias, uma usina elétrica em Sete Quedas, e a instalação de diversas grandes empresas, entre outros benefícios. Nesta época, a população chega a 5 mil habitantes. Os municípios de Palotina e Terra Roxa são desmembrados (pertenciam a

Guaíra). Mas a maior transformação ainda estava para chegar. E, então, Guaíra seria outra. Para sempre. (GUAÍRA, 2017).

Ao se tornar município, Guaíra começou a ganhar melhorias em termos de infraestrutura, era uma cidade cercada por belezas naturais que atraía muitos turistas, e até mesmo a população que buscava melhores condições de vida, no entanto, outra fase difícil estava por chegar, notemos:

Em 1965, é assinado entre os governos brasileiro e paraguaio a Ata de Itaipu, documento que visava iniciar entendimentos para a construção da maior hidrelétrica do mundo. Os próximos anos seriam de dúvidas e angústias para todos os moradores da cidade. A construção de uma usina em Foz do Iguaçu acarretaria no fim das Sete Quedas já consolidadas como um dos principais pontos turísticos do Sul do Brasil e para onde convergiam milhares de pessoas todos os anos. Em 1973, após o resultado de muitos estudos técnicos, é assinado o Tratado de Itaipu. O Rio Paraná teria aproveitado seu potencial hidrelétrico. Sete Quedas estava com os dias contados. Um imenso silêncio tomou conta das ruas de Guaíra em 13 de outubro de 1982, quando foram fechadas as comportas de Itaipu. O barulho constante vindo das quedas transformou-se em quietude. A dor não é só pelo que se deixou de ver, mas por aquilo que se deixou de ouvir, lembra a artesã e contadora de histórias Ana Menel. Com o fim de Sete Quedas e o sensível enfraquecimento do turismo, o município começou a encolher. Ou simplesmente parou de crescer. Na década de 1970, chegou a ter cerca de 30 mil habitantes. Depois ficou na casa dos vinte e poucos mil. Hoje, tem 32 mil habitantes com a retomada do crescimento nos últimos anos. Para compensar as perdas com o enfraquecimento do turismo, o município, ao lado de outras 14 cidades paranaenses, recebe royalties de Itaipu. Além dos royalties, a economia de Guaíra é sustentada, principalmente, pela agricultura. Milho, soja e trigo são seus principais produtos agrícolas. Também se destaca a transformação da mandioca em vários subprodutos. (GUAÍRA, 2017).

Com o declínio das atividades econômicas que sustentava o município, Guaíra-PR teve que buscar outros meios de sobreviver, explorando outras atividades, e como a agricultura tem mostrado sua estabilidade econômica, parte da população Guairense tem apostado nesse tipo de atividade. Assim sendo, foi que surgiu o Distrito de Dr. Oliveira Castro, tendo em vista que parte da população vive no campo, distanciando de certa forma da cidade.

Desse modo, o Distrito de Dr. Oliveira Castro, localidade na qual foi selecionada para compor a presente pesquisa, encontra-se situado no município de Guaíra, notemos:

Figura 1 - Distrito de Oliveira Castro



Fonte: Guaíra/PR

O referido Distrito teve sua criação efetiva aos 19 de maio de 1967, conforme dispõe o código urbanístico do referido município:

Art 1º Fica criado, no Município de Guaíra, o Distrito Administrativo e Judiciário de Dr. Oliveira Castro, com as seguintes divisas: - Ao Norte - inicia no quilômetro 17 da estrada Guaíra-Porto Mendes, seguindo pela linha divisória do lote nº 1.353, do loteamento da Cia. Mate Laranjeiras S.A., em seu extremo pela Estrada da Bota, seguindo pela linha divisória do lote nº 1.222, da mesma Gleba, até a cabeceira do Córrego Jacutinga e de lá em linha reta passando pelo lote nº 1.232 até atingir a antiga estrada de ferro Guaíra-Mendes e em linha reta passando pela Fazenda Dois Irmãos até atingir o Rio Paraná. - Ao Sul - inicia no Arroio Guaçu, no lote nº 1.741 da Companhia Mate Laranjeiras S.A., divisa com terras da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração à margem direita do Arroio Guaçu, descendo por este até encontrar sua foz no Rio Paraná. - A Leste - inicia com as terras da Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e, - A Oeste - inicia na Fazenda 2 Irmãos no Rio Paraná, seguindo por este rio à margem esquerda até atingir a foz do Arroio Guaçu. (GUAÍRA, 1967, Código Urbanístico do Município).

O Distrito se encontra um pouco afastado da cidade, porém, o mesmo foi criado com a finalidade de atender de maneira mais célere e direta os interesses desta população, ganhando unidade de saúde, escola, e até mesmo a implantação de empresa do ramo do vestuário, no entanto, embora temos nos deparado com a considerável diminuição da população do campo, boa parte do município ainda se desenvolve através das atividades no campo:

Quadro 2 – Agropecuária e Produção Agrícola do Município de Guaíra – Paraná

Agropecuária e Produção Agrícola	Fonte	Data	Município
Aves - Galináceos (cabeças)	IBGE	2015	17.000
Produção Agrícola - Soja (em grão) (toneladas)	IBGE	2015	90.265
Produção Agrícola - Milho (em grão) (toneladas)	IBGE	2015	186.825

Fonte: IparDES, 2017.

Também segundo os dados dos IPARDES, o município conta em 1º lugar com a produção agrícola de milho, em 2º lugar de soja e em 3º lugar vem à agropecuária de aves – galináceos. É um município que tem uma importante atividade no estado a qual reflete diretamente na economia local e estadual.

Atualmente o município possui como fator gerador da economia:

Guáira já conta com atividades como confecções, fábricas de bolsas e indústrias de transformação da madeira (móveis, estofados e laminados), entre outras. Guáira também aposta em uma retomada do turismo, sempre levando em consideração a força das belezas naturais em torno do Rio Paraná, que proporciona aos visitantes belíssimos passeios ecológicos. Além disso, o turismo de compras mantém-se com extrema força devido à proximidade com Salto Del Guairá (Paraguai). (GUAÍRA, 2017).

Portanto, o fato da população do campo gerar resíduos, assim como a população urbana, é em decorrência de tal fato que nos atentamos para o incentivo de práticas ambientais, e para o ensino da EA, pois como compreendemos anteriormente, devemos globalizarmos sustentavelmente, e é através da EA que iremos conseguir atingir o nosso objetivo almejado.

4.1.2 A Política Municipal de Meio Ambiente, Educação Ambiental ante aos Resíduos Sólidos

Considerando que temos articulado acerca do desenvolvimento sustentável, a importância de práticas relacionadas a EA e real destinação dos resíduos sólidos, sabemos que o município de Guaíra-PR instituiu em sua legislação algumas práticas que observam alguns requisitos para a globalização, priorizando assim o desenvolvimento sustentável do município. Desse modo, o desenvolvimento sustentável vai muito além das exigências municipais, devendo os integrantes desta sociedade na qual estamos inseridos, se adequarem as normas e implementarem esse tipo de sistema sustentável em seu cotidiano.

Neste sentido, vale destacar:

Sendo o espaço geográfico um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, sua definição varia com as épocas, isto é, com a natureza dos objetos e a natureza das ações presentes em cada momento histórico. Já que a técnica é também social, pode-se lembrar que sistemas de objetos e sistemas de ações em conjunto constituem sistemas técnicos, cuja sucessão nos dá a história do espaço geográfico. (SANTOS, 2006, p. 21)

Essa ideia de seguir adiante com práticas sustentáveis, incentivando a EA é um assunto que tem cercado não apenas o município de Guaíra-PR, mas também o Brasil, assim tomo a liberdade em dizer que em grande parte do mundo essas ações são incentivadas, e provavelmente em alguns países esse tipo de sistema deve funcionar de maneira mais efetiva que no Brasil, e isso se dá em decorrência de legislações mais rígidas ou até mesmo por políticas fiscalizatórias mais eficazes.

Assim, em nosso país, percebemos que a Educação Ambiental (EA) está prevista em Lei, vejamos:

De acordo com lei 9.795, de 27 de Abril de 1999, regulamentada pelo decreto nº4. 281 de 25 de Junho de 2002 dispõem especificamente sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, como componente essencial e permanente da educação nacional. Devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidade do processo educativo. (BRASIL, 1999).

Além da legislação Federal o município de Guaíra-PR, regula sobre o assunto em sua Lei Orgânica do Município de Guaíra – Paraná:

Art. 161^º A política do meio ambiente do Município de Guaíra, respeitadas as competências da União e do Estado, objetiva manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo, para a presente e futuras gerações. (GUAÍRA, 2001).

Todavia, é passível a compreensão de que o objetivo do referido dispositivo é elencar acerca da manutenção da qualidade de vida do nosso ecossistema, demonstrando assim que além do direito inerente a sociedade de usar e gozar do ecossistema, é também nosso dever respeitar suas limitações, e sempre que possível restituir os danos que causamos, bem como incentivar a preservação para garantir um meio saudável para as demais gerações.

Ademais, cabe ao município:

Art. 163º Ao Município, no exercício de suas competências constitucionais e legais relacionadas com o meio ambiente, incumbe mobilizar e coordenar suas ações e recursos técnicos e científicos, bem como a participação da população, na consecução dos objetivos e interesses estabelecidos nesta lei, devendo: I - planejar e desenvolver ações e promoção, proteção, conservação, preservação, recuperação, restauração, reparação, vigilância e melhoria da qualidade ambiental; [...] III - elaborar e implementar o plano municipal de proteção ao meio ambiente; [...]. (GUAÍRA, 2001).

Identificamos no dispositivo supra a imposição que a legislação do município de Guaíra-PR fornece para com o incentivo de práticas que viabilizam melhorias no ecossistema. Logo, quando se trata de estabelecer, criar ou identificar normas ambientais o art.163, inciso VIII, da Lei Orgânica do município de Guaíra-PR propõe que o município deve: “estabelecer normas e padrões de qualidade ambiental, aferição e monitoramento dos níveis de poluição e contaminação do solo, atmosférica, hídrica, acústica, dentre outros”, portanto, compreendemos ante a redação do referido artigo que o município de Guaíra-PR traz para si o dever de regular e de fiscalizar práticas que agridem o ecossistema, e isso deve ocorrer com a destinação dos resíduos sólidos, evitando danos ambientais.

Percorrendo ainda sobre a Legislação orgânica do município de Guaíra-Paraná, percebemos que o art. 163, inciso XIII, tem como objetivo primordial: “promover a conscientização pública para a proteção do meio ambiente e a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, formal e informal”, assim, com relação a conscientização sabemos que a população tem cada dia mais entendido a importância de zelar do meio ambiente, até mesmo porque as inovações que trazem como consequência esse zelo, traz também inúmeras economias para a população em diversos aspectos. Já com relação ao incentivo dos projetos ambientais e a inserção da educação ambiental, podemos articular no sentido de que cada dia temos evoluído mais, no entanto, ainda há muito para ser avançado.

É muito importante incentivar o desenvolvimento para que se possa obter uma melhoria na qualidade de vida é fundamental, e de acordo com os incisos XIV, XV e XVI, ainda do art.163, da Lei orgânica do município de Guaíra-PR, é possível verificar que:

[...] XIV - incentivar o desenvolvimento, a produção de equipamentos e a criação, absorção e difusão de tecnologia compatíveis com a melhoria da qualidade ambiental; XV - implantar e operar o sistema de monitoramento ambiental; XVI - garantir a participação comunitária no planejamento,

execução e vigilância das atividades que visem a proteção, recuperação ou melhoria da qualidade ambiental. (GUAÍRA, 2001).

É possível entender o relevante incentivo dado pelo município para o desenvolvimento de qualquer meio que colabore com a saúde do meio ambiente, bem como para as práticas fiscalizatórias mais efetivas.

Já no que quesito qualidade ambiental, verifica-se claramente no art.163, inciso XX, da Lei orgânica do município de Guaíra-PR, que cabe ao município: “executar outras medidas consideradas essenciais à conquista e manutenção de melhores níveis de qualidade ambiental” (GUAÍRA, 2001), portanto, tudo o que for relevante ao ecossistema, e estiver ao alcance do município, o mesmo não deve medir esforços para que seja possível melhor a qualidade do meio ambiente.

Todavia, a Lei orgânica do município de Guaíra-PR, reservou alguns dispositivos específicos para tratar das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente:

Art. 165º As condutas e as atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentes da obrigação de reparar os danos causados. (GUAÍRA, 2001).

Este artigo da ensejo as condutas inerentes aos infratores, demonstrando seu repúdio aos que atentarem contra o meio ambiente, através de práticas que o degradam e que coloquem sua saúde em risco.

Ao longo deste temos reafirmado a cada pouco a importância da EA para o futuro do meio ambiente, bem como para o futuro da manutenção da sociedade, pois não é novidade que o ser humano é plenamente dependente dos recursos do ecossistema, assim nada mais justo do que zelar desse meio no qual tiramos nossa subsistência.

Nesta vertente, a legislação orgânica do município de Guaíra-PR fornece total agasalho a prática da EA nas escolas, vejamos:

Art. 166: A educação ambiental será promovida: I – na rede escolar do Município, através de atividades curriculares e através de conteúdos de programas que despertem nas crianças a consciência da preservação do meio ambiente, conforme programa a ser elaborado pela secretaria municipal de educação, seguindo orientações do conselho do meio ambiente; II – junto à comunidade, pelos meios de comunicação e através de atividades dos órgãos e entidades do Município. (GUAÍRA, 2001).

Podemos compreender que o intuito de ensinar a EA nas escolas, é demonstrar a extrema importância do ecossistema, conscientizando os alunos, desde as séries iniciais a cuidar do meio ambiente, pois ele é vital para a nossa manutenção.

Contudo, a legislação nos mostra que a educação ambiental deve ser compreendida como:

Art. 275 Entende-se por educação ambiental um instrumento para proteção do meio ambiente, capaz de traduzir o conhecimento e o reconhecimento para a atitude de cuidado com o meio ambiente, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade: § 1º A educação ambiental deve servir como instrumento de conhecimento e reconhecimento das dinâmicas naturais para o uso sustentável e o manejo correto dos recursos ambientais pelas atividades extrativistas: 2º A educação ambiental deve servir como instrumento para tomada de decisão. (GUAÍRA, 2008).

Desse modo, a principal função da EA é apontar os aspectos negativos dos nossos atos, e transmitir os conhecimentos básicos inerentes as melhorias que o meio ambiente necessita, é de extrema relevância a transmissão de ensinamentos que estejam voltados as decisões pertinentes para a proteção do meio ambiente e da sustentabilidade. Assim de acordo com a redação do artigo 254, do Código Urbanístico de Guaíra (2008) é possível compreender que os espaços territoriais, a EA, os meios inerentes a pesquisa, e os bens sócio ambientais, são instrumentos que carecem da nossa proteção ambiental, portanto, com os ensinamentos da EA os educandos saberão desde cedo que tais instrumentos merecem atenção redobrada.

O município de Guaíra destaca ainda em seu Código Urbanístico que:

Art. 276 A educação ambiental é um componente essencial e permanente da gestão municipal, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Parágrafo único. A educação ambiental deve integrar de forma transversal o currículo oficial nas escolas municipais. (GUAÍRA, 2008).

Incentivando a integração da EA nas escolas, incentivando as práticas voltadas ao meio ambiente também na educação municipal. O interessante foi compreender que o município de Guaíra incentiva ainda, com respaldo em seu Código Urbanístico, mais especificamente no art. 277, as práticas voltadas para a pesquisa científica, que viabilizam a atuação de ações voltadas a conservação, preservação e demais atos que visam o desenvolvimento sustentável.

No entanto, no artigo 278 do Código Urbanístico de Guaíra (2008) cuidou de incentivar as pesquisas científicas, mas com a ressalva de respeitar os limites do ecossistema, sabemos o quanto as pesquisas contribuem para melhorias, porém de nada adiantaria buscar soluções mais efetivas, e através desta busca degradar o meio ambiente.

4.1.3 O Passivo Ambiental Urbano – Rural e o Desenvolvimento Rural Sustentável

É iminente que as causas ambientais vêm sendo motivo de grande atenção nos últimos anos, porém devemos nos atentar não só as áreas urbanas devemos também abrir nossos olhos para as áreas rurais, onde na grande maioria das vezes essa temática ambiental acaba não atingindo nem metade desta população.

A educação ambiental tem como uma de suas maiores finalidades despertar o nosso dever de zelo para com o meio ambiente, portanto, ante a visão de Boff (2013, p. 108):

Somos um elo singular da rede da vida, o ser mais complexo, conhecido em nosso sistema e a ponta avançada do processo evolutivo por nós conhecido, pois somos portadores de consciência, de sensibilidade, de inteligência e de amor, qualidades supremas produzidas pelo processo da evolução. Sentimos que somos chamados a cuidar e guardar a Mãe Terra. Garantir a sustentabilidade da vida humana é garantir a continuidade da civilização sob vigilância também nossa capacidade destrutiva de natureza e de nós mesmos.

Todavia, ante a esses sentimentos que fazem parte do ser humano, é plenamente possível compreender a necessidade do direito de garante que o ser humano tem para com o meio ambiente, por isso reforçamos a extrema relevância da EA, no entanto, temos articulado de maneira simples a necessidade de inserir a EA, como podemos compreender temos o respaldo do legislativo para inserção desta modalidade nas escolas, porém sabemos dos obstáculos tendem a surgir.

Portanto, com relação aos obstáculos enfrentados Fernandes (2004, p. 23) nos mostra que:

Um primeiro desafio que temos é perceber qual educação está sendo oferecida ao meio rural e que concepção de educação está presente nessa oferta. Ter isto claro ajuda na forma de expressão e implementação da nossa proposta. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas, sobretudo deve ser

educação, no sentido amplo de *processo de formação humana*, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade, visando a uma humanidade mais plena e feliz.

Logo, além do dever de zelo, os ensinamentos da EA devem atingir o patamar cultural da sociedade, sendo esta sociedade tanto urbana como rural, pois atingindo o patamar cultural as práticas ambientais passarão a serem rotineiras, é exatamente isso que nosso meio ambiente precisa, de total atenção, para que essa necessidade de proteção não seja esquecida um só momento.

Para Boff (2013, p. 107) o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade como um todo, devem ser compreendidos como os atos que se destinam a manutenção da qualidade do meio ambiente, e da energia que compreende o mesmo como por exemplo as informacionais, físico-química que são relevantes para nossa subsistência e para a subsistência de todos os seres, a Terra viva, viabilizando a manutenção e o desenvolvimento todos os seres que habitam o ecossistema.

Arroyo (2004, p. 79) ressalta que além da cultura urbana temos também a cultura rural, que utiliza da terra para produção como um meio de sobrevivência e de labor, sendo considerado um estilo de vida por aqueles que habitam, é uma rotina sofrida, porém que representa um alto benefício para a população urbana, por ser desses recursos que tal população tira sua subsistência. Ressalta ainda que o papel do professor é ensinar essa população a tirar proveito do meio ambiente de maneira consciente, transformando assim a cultura já existente, em uma cultura benéfica para ambas as partes.

É importante destacarmos o posicionamento de Guimarães (2007, p. 87) no qual evidencia que a sociedade explora os recursos naturais como se os mesmos não fossem chegar ao fim, não se preocupando com o futuro do meio ambiente, não respeitando os limites do ecossistema, refletindo assim em diversos problemas.

Desse modo, é possível compreender o nível de irresponsabilidade do ser humano, uma vez que o mesmo só tem extraído os recursos que necessita. Assim Santos (2006, p. 235) ressalta que: “Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida”, mas até quando o ser humano teria recursos para sobreviver? Tudo na vida tem um princípio da continuidade, e não é diferente com o meio ambiente, por isso devemos utilizar de maneira consciente, o ser humano tem uma

mente brilhante, já passamos por diversas evoluções, é perfeitamente possível desenvolver um método que respeite um pouco mais os limites ambientais.

Na visão de Carvalho (2007, p.136) o sujeito ecológico é incorporado pelos indivíduos ou pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas, bem como, pode ter efeito sobre instituições que se definam por esta orientação, contudo o ser humano deve ver a necessidade de respeito ao meio ambiente como um estilo de vida.

Para Zakrzewski (2007, p. 201):

As escolas do campo precisam de uma educação ambiental específica, diferenciada, isto é, baseada em um contexto próprio, voltada aos interesses e às necessidades dos povos que moram e trabalham no campo. Não podemos esquecer que a realidade do campo é heterogênea, é diversa e, portanto, a educação ambiental não pode ser idêntica para todos os povos, mas deve ser articulada às demandas e especificidades de cada território, de cada localidade, de cada comunidade.

Acredita-se que isso se dá pois o campo está intimamente ligado às práticas extrativas do meio ambiente e pelo simples fato da população rural estar mais atrelada ao mesmo, tendo ele como principal fonte de renda, e de subsistência, por isso a EA deve ser trabalhada de maneira diversa da população urbana, é claro que visando os mesmos objetivos, e tendo como base princípios básicos que protegem o meio ambiente, e a legislação que o ampara.

Na Lei Complementar Nº 1, de 02/01/2008, em seu Art. 7º são apresentadas as funções sociais do município e da propriedade urbana e rural, permitindo a integração do território municipal. A função Social é definida como garantida a “todos os cidadãos ao direito à cidade e ao acesso à moradia digna, ao trabalho remunerado, ao lazer, a cultura, a terra, aos espaços coletivos com equipamentos e serviços públicos, ao saneamento ambiental, a mobilidade e a acessibilidade”.

Ainda, no Art. 7º, parágrafo 1º, a função social do município se cumpre quando é garantido a toda população:

I - condições adequadas para assegurar a sustentabilidade econômica e o acesso ao trabalho; II - sustentabilidade ambiental considerado todo o seu território; III - formação contínua e incentivo à organização sócio-política para participação da população nos espaços de gestão democrática e controle social; IV - espaços de gestão democrática e controle social participativos, descentralizados e transparentes. (GUAÍRA, 2008).

Portanto, para que a função social seja efetivamente cumprida, é necessário que o quesito sustentabilidade seja desenvolvido por toda a sociedade, neste sentido o Art. 8º nos mostra que o desenvolvimento sustentável tem como definição a proteção do meio ambiente, com o intuito de diminuir as desigualdades e efetuar melhorias na saúde da população urbana e rural, bem como melhorias na saúde do meio ambiente.

É necessário ainda que o município tenha atividades voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, estas atividades podem ser ministradas através de palestras, seminários ou conferências de ordem municipal, regional, estadual e nacional. Os agricultores precisam ter essa formação seja através de troca de informações ou de novos saberes, para que essas informações possam se refletir em práticas saudáveis ao meio ambiente.

Ainda com relação a função social do município, tanto da propriedade urbana quanto da propriedade rural, o Art. 13 da Lei Complementar Nº 1, de 02/01/2008, salienta que devem compor as políticas de desenvolvimento: a garantia das condições indispensáveis a sociedade; o acesso à terra legalizada que englobam a prestação de todos os serviços públicos básicos, bem como a garantia ao acesso aos meios urbanos e rurais indispensáveis a sobrevivência.

Já o art 14º da Lei Complementar Nº 1, de 02/01/2008, demonstra que para materializar as políticas da promoção e diversificação é necessário: englobar políticas de uso da terra com as políticas da flexibilidade urbana; é necessário o incentivo do desenvolvimento de comércios vicinais nos bairros do município de Guaíra-PR.

Percorrendo a Lei Complementar Nº 1, de 02/01/2008, compreendemos ainda o forte incentivo ao equilíbrio das riquezas socioambientais, o incentivo a conservação e da diversificação da promovendo a interação entre a tecnologia e os recursos existentes.

Contudo, além de trabalhar com o desenvolvimento da EA no Distrito de Dr. Oliveira Castro no município de Guaíra-PR, para que seja possível garantir a função social prevista na legislação municipal busca-se identificar na comunidade escolar do campo como a garantia de acesso a área rural está sendo ofertada, analisando ainda ante a referida comunidade a promoção e a recuperação do ambiente natural e a destinação dos resíduos sólidos, visando o equilíbrio ecológico e a qualidade da vida.

4.1.4 Os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Ações Educativas

Temos observado ao longo do presente a importância dos ensinamentos da EA para que a população rural compreenda como se deve destinar os resíduos, e como se deve extrair os recursos necessários à sua subsistência de maneira consciente.

Os resíduos sólidos encontram-se inseridos na Lei Orgânica Municipal de Guaíra – Paraná, ante a redação do artigo 153^º percebe-se que o município de Guaíra-PR, juntamente com o Estado, deverá promover o programa de saneamento, tanto na área urbana, quanto na área rural, promovendo ainda o fornecimento de água tratada, da coleta, do tratamento e da destinação final dos resíduos sólidos, do esgotos, e afins, objetivando a manutenção dos serviços básicos inerentes a população, bem como a saúde do meio ambiente, pois quando se dá a destinação correta a tais resíduos diminuímos os impactos ambientais.

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Guaíra -PR, resolução nº 02 de 20 de novembro de 2001, em seu artigo 154, salienta que o projeto viabiliza o fornecimento do saneamento básico residencial, comercial e industrial, o que ao nosso ver é um dos maiores problemas enfrentados pelos municípios em se tratando da saúde do meio ambiente, enfatizando o cumprimento dessas determinações, estando sujeito as interdições e sanções inerentes, aplicáveis pelas autoridades ambientais.

Neste sentido como determina a Lei Orgânica do município de Guaíra (2001), em seu art. 155, compreendemos que os serviços de saneamento, fornecimento de água potável, bem como a coleta e a destinação dos resíduos sólidos são de responsabilidade e de controle do poder público, importante se torna a observância de como é feita a gestão de descarte de resíduos sólidos na comunidade escolar, levando em consideração as políticas públicas municipais e nacionais.

Sabe-se que o descarte indevido dos resíduos sólidos, causam inúmeros problemas ambientais, desde poluição do solo, degradação da natureza e poluição das águas, assim o Art. 157 da Lei orgânica do município de Guaíra (2001) dispõe que deve ser realizada a coleta seguida da rigorosa destinação dos resíduos sólidos, tendo em vista que somente dessa maneira será plenamente possível prevenir quaisquer tipos de contágios, obtendo a consequente saúde ambiental que tanto

almejamos. Para contribuir com tal fato, de acordo com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Guaíra – Paraná, 2016 foi implantando dois ecos pontos na zona rural com a finalidade de estimular a coleta seletiva, na comunidade do Maracajú dos Gaúchos e distrito de Dr. Oliveira Castro, que são duas localidades rurais pertencente ao município de Guaíra-PR.

Os Ecopontos são compreendidos como pontos de entrega voluntária de materiais recicláveis e estão à inteira disposição dos moradores e agricultores, para que possam proceder com o descarte consciente de seus resíduos. Os Ecopontos receberão materiais como: papel/papelão, plástico, metal e vidros, papelão, ferro, embalagens (exceto de agrotóxicos), garrafas pet, jornais, revistas e outros papéis, caixas de leite (limpa), alumínio, tubos de pasta de dente, e outros produtos que, se jogados em qualquer lugar, podem causar enchentes, riscos à saúde e a contaminação do meio ambiente.

A destinação da coleta dos reciclados armazenados nestes ecopontos fica a cargo do Departamento de Meio Ambiente, para que seja destinada até a Associação dos Catadores, bem como, o trabalho de conscientização e sensibilização das comunidades será de responsabilidade da ação conjunta com, FEA, desbravadores e comunidade local, portanto, o presente se justifica ao passo que visa orientar as escolas, setores públicos e comunidades, sob a ministração de palestras para incentivar com que a população proceda com o uso deste local para o descarte seguro.

Ecoponto Maracajú dos Gaúchos, Endereço: Rua principal (ao lado da Escola municipal José de Alencar) Informações: 44 3642-0010.

Ecoponto Distrito Dr. Oliveira Castro, Endereço: Leonardo Pinto (pátio do postinho) Informações: 44 3642-0010 e 3683-1213.

Figura 2 – Instalação do Eco ponto Distrito Oliveira Castro



Fonte: Acervo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Guaíra – Paraná (2016)

Segundo a secretária de agricultura e meio ambiente 14 instituições de ensino fundamental do município sendo: 11(onze) escolas urbanas, 3 (três) escolas rurais, sendo uma delas localizada no distrito de Dr. Oliveira Castro que receberam Contêineres para coleta seletiva, dos quais foram adquiridos através do projeto Cultivando Água Boa da Itaipu Binacional e em parceria com a prefeitura municipal de Guaíra-PR.

De acordo com o Diretor de meio ambiente esses contêineres serviriam para instigar a comunidade a trazer os resíduos sólidos para que os mesmos pudessem descartados ali, em parceria a com a associação de catadores coletam e destinam de forma correta e segura.

Figura 3 – Contêiner para coleta seletiva



Fonte: Acervo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Guaíra – Paraná (2016)

O contêiner está instalado no pátio da Escola Municipal João Camarim onde a comunidade realiza o descarte dos resíduos sólidos como papel, plástico, vidro e metal, para serem descartados. Esse coletor também faz parte do projeto do FEA, que é desenvolvido no município de Guaíra-PR, e em todos os municípios limieiros, cuja Itaipu Binacional tem atuado na formação de educadores ambientais os quais possam disseminar os assuntos e as preocupações com o meio ambiente por todas as partes da cidade, bem como atuar diretamente no que diz respeito ao meio ambiente equilibrado e ao direito da vida.

Figura 4 – Contêiner para coleta seletiva



Fonte: Acervo da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Guaíra – Paraná (2016)

Segundo a secretária de agricultura e meio ambiente o município conta com Formação de Educadores Ambientais (FEA) dirigido pela Itaipu Binacional nos municípios limieiros. A FEA é desenvolvido por meio da metodologia da Pesquisa-Ação-Participante (PAP), também conhecida como Pessoas-que-Aprendem-Participando, a qual se desenvolve mediante círculos de diálogos que amplia e constitui as mais conhecidas “mandalas” multiplicadoras de saberes e cuidados socioambientais.

Esse processo abrange questões socioambientais diversas, escolhidas e oferecidas pelas instituições do Coletivo Educador em função da realidade regional, tendo como objetivo final fortalecer a construção de políticas públicas que transformem todos os municípios da região em Municípios Sustentáveis, por meio do diálogo entre coletivos, colegiados, redes, fóruns, projetos, programas e ações socioambientais desenvolvidas no âmbito local e articuladas em outros níveis.

A educação ambiental pode ser entendida com toda ação educativa que contribui para a formação de cidadãos conscientes da preservação do meio ambiente e apto a tomar decisões coletivas sobre questões ambientais necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável. Dessa forma, sua aplicação não se restringe ao universo escolar, mas deve permear este para facilitar o entendimento dessas questões e suas aplicações no seu cotidiano. (Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, 2016)

Conforme informações divulgadas pela Itaipu (2017) essa “mandala”, o PAP1 é composta pela equipe idealizadora – dos Ministério do Meio Ambiente e da Educação; o PAP2, pelo coletivo educador, com 57 instituições parceiras; o PAP3, processo de formação de 207 educadores/as ambientais representando todos os segmentos sociais dos 29 municípios da BP3, que por sua vez desencadeiam o PAP4, constituído por 119 comunidades de aprendizagem, com 2.900 atores sociais envolvidos. (Fonte: <https://www.itaipu.gov.br/en/node/182>).

Esse tipo de processo abarca questões socioambientais diversas, escolhidas e oferecidas pelas instituições do Coletivo Educador em função da realidade regional. Contudo, o objetivo final é fortalecer a construção de políticas públicas que transformem todos os municípios da região em Municípios Sustentáveis, por meio do diálogo entre coletivos, colegiados, redes, fóruns, projetos, programas e ações socioambientais desenvolvidas no âmbito local e articuladas em outros níveis. (Fonte: <https://www.itaipu.gov.br/en/node/182>).

Portanto, ainda que seja um meio rural, percebe-se que ações efetivas estão sendo praticadas, seguindo à risca o que a legislação municipal de Guaíra-PR propõe, contudo, a inserção das atividades e do desempenho relacionado à EA só tendem a fortalecer essas práticas.

4.2 PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DOS MORADORES DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR.

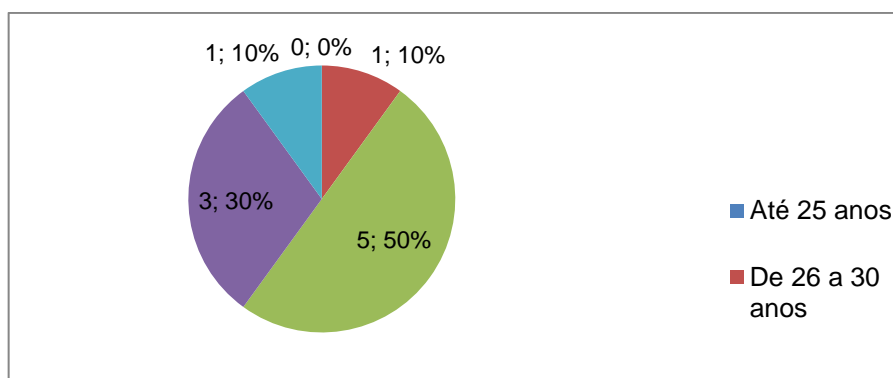
De acordo com os dados coletados através de entrevistas aos moradores do Distrito de Oliveira Castro, foi possível perceber que estes estão entre 26 (vinte e seis) e acima de 50 (cinquenta) anos de idade.

Convém ressaltar que aqueles que encontram-se entre 31 (trinta e um) e 40 (quarenta) anos correspondem à 50% dos entrevistados, e os que estão entre 41

(quarenta e um) e 50 (cinquenta) anos a 30% dos entrevistados, com relação aos moradores que possuem acima de 50 (cinquenta) anos, correspondem a 10% dos moradores entrevistados, já os de 26 (vinte e seis) à 30 (trinta) anos, correspondem à 10% dos entrevistados.

Verificou-se ainda que dos 10 (dez) entrevistados, 8 (oito) foram do sexo feminino e 2 (dois) foram do sexo masculino, conforme pode-se analisar no gráfico adiante:

Gráfico 1 - Faixa etária dos moradores entrevistados



Fonte: Dados obtidos através da pesquisa

De acordo com os moradores entrevistados, foi possível relatar que eles residem na área rural do referido Distrito há vários anos, verifica-se, que a maioria dos moradores nasceu, cresceu e formaram suas famílias com pessoas do próprio distrito, logo, com relação ao tempo de moradia convém analisar o gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Tempo de Moradia no Distrito de Dr. Oliveira Castro



Fonte: Dados obtidos através da pesquisa

Ante ao relato dos moradores, durante a entrevista, 50% possuem ensino superior completo, 20% ensino médio incompleto, 20% ensino médio completo e 10% ensino fundamental.

Observou-se ainda que a média de moradores nas residências é de 3 a 4 pessoas, e que as características das moradias segundo o levantamento dos dados: 80% das residências são de alvenaria/tijolo com revestimento e 20% são residências de madeira com revestimento, sendo 9 (nove) dos moradores entrevistados possuem residência própria e apenas 1 (um) reside em uma casa alugada.

Contudo, dos 10 moradores entrevistados observou-se ao longo da entrevista que nenhum deles recebe algum benefício do governo, sendo todos agricultores (as), que moram na área rural, mas que também trabalham na área urbana.

4.3 PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO D. DE DR. OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR SOBRE EA E DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

A correta destinação dos resíduos sólidos é capaz de proporcionar para a população melhor qualidade de vida, pois com a destinação certa os resíduos não ficam ocupando espaço, poluindo o ambiente, assim após a aplicação do questionário é interessante apontar a opinião de alguns moradores sobre o tema.

Viabilizando melhor compreensão, chamaremos os moradores de: Morador 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10. Quando questionados sobre as dificuldades e vantagens de morar na área rural e sobre o que é qualidade de vida, obteve-se as seguintes respostas:

Não temos uma estrada boa e farmácias, bancos e outros comércios, dessa forma preciso ir até a cidade sempre. Porém é muito mais tranquilo em questão de perturbadores, e podemos produzir nossos próprios alimentos. Pra mim a qualidade de vida é poder ter meus animais, cuidar e zelar deles e da natureza. (Morador 1)

Já o morador 2, acredita que “A vantagem é de plantar e comer alimentos mais naturais e com menos agrotóxico, dificuldades é o acesso” (Morador 2), o morador 3 destaca as mesmas qualidades e dificuldades, “A vantagem é a produção de alimentos saudáveis, orgânicos e a dificuldade é acesso” (Morador 3).

Com relação ao questionamento, o morador 4 ressalta que: “As vantagens é a tranquilidade, amizade, trabalho, mas temos muita dificuldade em meios de

locomoção, estradas ruins, falta de saneamento básico, dificuldade em área de saúde” (Morador 4).

Para o morador 5 a “Vantagem é o ar puro, alimentos sem agrotóxicos, mas a desvantagem é a falta de acesso a saúde, bancos”. Já o morador 6 aponta que: *“A vantagem é o sossego, a alimentação ser mais saudável. Isso pra mim é vida com qualidade e boa”*.

O morador 7 destaca que *“Vantagem é alimentos sem veneno, ar mais puro, poder plantar vários tipos de alimentos e a desvantagem falta de emprego. Qualidade de vida é não ter o stress da cidade, não temos tanta violência e ter bons vizinhos”*, já para o morador 8 *“Vantagem é a tranquilidade, a natureza, o ar puro, o problema é quando chove. Não troco o sítio pela cidade, isso é minha qualidade de vida”*.

O morador 9, já tem uma visão mais otimista acerca da qualidade de vida:

A vantagem é abrir a janela e ver pássaros, a natureza e sentir o cheiro da terra, as desvantagens é a falta de segurança. Morando aqui na área rural posso acordar com o barulho dos pássaros, posso ir pescar isso sim é qualidade de vida.

Por fim, o morador 10, destaca que: *“Vantagem é alimentação saudável, poder plantar e colher o próprio alimento, desvantagem o salário. Seria melhor se houvesse mais segurança na área rural”*.

De acordo com os dados coletados no distrito não há coleta seletiva realizada pela prefeitura Municipal de Guáira, e que desconhecem ali locais para descartes de resíduos sólidos. Em suas propriedades realizam o descarte do lixo (resíduos sólidos) através de incineração, descarte no lixo convencional ou acabam enterrando. Observou-se ainda que os restos de alimentos que servem para alimentar os animais e/ou serve como adubo pra plantas são depositados de acordo com a natureza do alimento. Já com relação aos frascos de materiais provenientes de defensivos agrícolas são na maioria das vezes devolvidos as cooperativas e que às vezes são descartados em buracos juntos do lixo seco ou deixados em depósito na propriedade.

Portanto, para os entrevistados a falta de reciclagem implica no meio ambiente, mas que muitas vezes é complicado fazer o transporte de certos materiais até a área urbana dada a situação das estradas de acesso. Somente no distrito há coleta de lixo por isso muitas vezes acabam fazendo o transporte da área rural até

os locais que possam ser destinados a catadores ou a coleta convencional do município de Guaíra-PR.

Os dados referentes à solicitação junto ao poder público para que haja uma destinação mais apropriada para o lixo nas propriedades rurais do distrito revelou que dos 10 (dez) entrevistados, 4 (quatro) disseram ter buscado alternativas para solucionar o problema e 6 (seis) alegaram não ter interesse em ir atrás, haja vista que o descarte dos lixos são feitos segundo os que seus pais e avós faziam.

Assim alguns moradores relatam que: “Poderia ser bem melhor, muitas vezes nos sentimos esquecidos, pelos órgãos públicos” (Morador 2), o morador 4 segue a mesma vertente, ressaltando que: “Só recebo o básico e às vezes de má qualidade. Estradas ruins, falta de saneamento, transporte público péssimo”, já o morador 10 questiona acerca da: “falta de coleta de lixo”.

Segundo eles viver na área rural nos dias de hoje ainda tem alguns benefícios, porém fatores como acesso, transporte e segurança vêm tornando a vida no campo cada vez mais difícil, para eles viver na área urbana é muito complicada devido os costumes, por vezes, seus filhos e filhas tem ido estudar na cidade e acabam ficando por lá, deixando o trabalho do campo cada vez mais pesados aos mais velhos.

Um dado relevante apontado pela pesquisa é que devido os filhos irem morar na área urbana o interesse em ficar na área rural tem caído, 3 (três) dos entrevistados disseram que pretendem ficar no campo até morrer, já os outros 7 (sete) pretendem, assim que se aposentarem se mudarem para a cidade, devido à proximidade com os filhos e os recursos voltados à saúde.

Durante as vistas realizadas no campo a maioria respondeu que na área rural procuram cuidar da natureza, e que o bem mais precioso é ela, também foi citado o plantio de mais árvores, e a preservação das nascentes e dos rios. Outro item relevante é que dos 10 (dez) moradores, 8 (oito) mantêm sua vida desde jovem no campo, e que nunca se mudaram para a cidade, seus filhos e seus netos a maioria estão no campo, somente os mais novos estão na cidade estudando, mas sempre em áreas voltadas ao campo, como: agronomia, veterinária, zootecnia, assim os moradores acreditam que de alguma forma podem contribuir com o meio ambiente, e esse tipo de aprendizagem pode ser passado para os demais moradores que ali residem, e dessa forma, como coletividade, podem colaborar para a destinação

correta dos resíduos sólidos, melhorando o ambiente e a conseqüente qualidade de vida de todos

As observações acerca das propriedades rurais quanto ao descarte de resíduos sólidos constatou que o descarte em algumas propriedades é feito a céu aberto em “buracos”, onde não há separação de materiais recicláveis, é tudo jogado ali e posteriormente enterrado, em outras se constatou que materiais orgânicos são destinados às criações, e outros são destinados na horta ali existente, e materiais que podem ser recicláveis e que podem ser vendidos estavam em sacos separados, outros recicláveis estavam guardados pra ser destinada a Escola Vereador Samuel Benck para ter seu correto destino. Em outras duas propriedades verificaram-se que os lixos são todos queimados inclusive, pneus, latas de aerossóis, vidros e plásticos.

Estas vistas procuravam identificar as formas de descarte que estavam sendo realizadas, segundo alguns dos moradores entrevistados suas formas de descartes estavam totalmente erradas, porém respondeu dizendo ser a única maneira de descartar seus lixos.

Em todas as propriedades visitadas observou-se a preocupação com a natureza, inclusive em uma dessas propriedades comprovou-se o respeito pela natureza onde uma nascente é cuidada com muito carinho e seriedade, esta estava toda limpa ao redor, o acesso estava em perfeitas condições, não havia entulhos em suas proximidades nem animais que a possa poluir.

Visualizaram-se canteiros de hortas para o consumo dos moradores, onde os entrevistados responderam não usar nenhum tipo de veneno nos canteiros, disseram fazer controle de pragas apenas com soluções feita a partir de plantas naturais, um entrevistado alegou que em sua propriedade há várias árvores de Santa Bárbara a qual indica os teores de agrotóxico nas proximidades.

Já outro entrevistado, disse ter tentado fazer o plantio de soja orgânica, porém devido a inúmeros problemas e muitos prejuízos não persistiu no cultivo da cultura orgânica. Por fim, destes 10 (dez) moradores, 2 (dois) fazem feira na cidade e nas proximidades locais, assim sendo, abastecem mercearias e mercados no Distrito, vendem hortaliças, legumes, verduras, carnes e panificados caseiros, alegaram ser uma renda extra da família.

Desse modo, percebe-se que num geral as reclamações são as mesmas, a precariedade no acesso a saúde, as estradas, e alguns outros serviços básicos

relacionados ao conforto que se tem na cidade, que não se tem no campo. Por outro lado, com relação a qualidade de vida, foi unânime, nada paga o acesso a alimentos fresquinhos, livres de agrotóxicos, a criação de animais, à tranquilidade, e por isso é tão importante dar a destinação correta, para que esse estilo de vida possa ser conservado, sem que o mesmo sofra com as alterações ambientais, principalmente as advindas dos reflexos negativos dos resíduos sólidos.

4.4 PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DOS PROFESSORES DA ESCOLA DO CAMPO DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR

Dos três professores entrevistados dois são do sexo feminino e um do sexo masculino. A faixa etária dos professores é de 41 a 50 anos em dois dos entrevistados e o outro possui mais de 50 anos. Segundo eles estão no magistério a mais de 20 anos e residem no Distrito de Oliveira Castro desde que nasceram.

4.5 PERFIL PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DA ESCOLA

Foram entrevistados 3 (três) professores do Colégio Vereador Samuel Benck, os quais são moradores do campo, sendo que um deles leciona a mais de 20 (vinte) anos, outro leciona a mais de 15 (quinze) anos e o outro a mais 10 (dez) anos, e são moradores desde crianças do Distrito de Oliveira Castro, trabalhavam na roça e iam para a cidade a noite para estudar, se formaram e continuam residindo na área rural.

Os três educadores lecionam nesta escola a mais de 5 (cinco) anos, trabalham nos turnos matutino e vespertino, segundo eles não possuem outra renda a não ser o próprio magistério. São especialistas em diversas áreas do conhecimento.

Na escola do Campo os professores entrevistados disseram lecionar no Ensino Médio e Fundamental, sendo eles nas disciplinas de Educação Física, Língua Portuguesa e a outra entrevistada atuando como pedagoga da escola. Com relação à carga horária, alegaram ser de 40 h/a na escola do campo, distribuído nos períodos matutino e vespertino. Os dados coletados são de que todos são formados em licenciatura plena na área de atuação, e que concluíram suas graduações a mais de 20 (vinte) anos.

4.6 PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE O DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR

Enquanto morador da área rural, os professores responderam não haver coleta de lixo em suas propriedades, bem como em qualquer outro local nas proximidades. Verificou-se que em suas propriedades eles fazem a separação dos resíduos sólidos que podem ser reciclados os quais são trazidos até a escola onde está instalado o contêiner da coleta seletiva, já os resíduos provenientes de defensivos agrícolas são devolvidos as empresas que os forneceram, evitando depósito de frascos que possam causar poluição ambiental em suas áreas.

Constatou-se ainda que no Distrito não existe coleta seletiva, mas segundo eles deveria haver coleta na área rural mesmo que fosse uma vez por semana, pois dessa maneira seria possível descartar os resíduos sólidos de forma correta, pois segundo eles a ausência da coleta nas propriedades rurais gera vários problemas ambientais.

Também foi possível verificar que os acessos e serviços no distrito são complicados, pois ele está localizado a mais ou menos 25 (vinte e cinco) km de distância do município de Guaíra- PR, para quem mora na área rural pode chegar até 50 (cinquenta) km e em outros casos até mais. De acordo com o levantamento das informações as estradas da área rural quando chovem ficam prejudicadas e acabam em alguns locais dificultando o acesso e tornando impossível se dirigir até o distrito.

Sobre os depósitos de lixo na área rural, para os professores é visto como um problema sério, mas que infelizmente não há muito o que se fazer, somente através de parcerias e projetos dos quais são plenamente possíveis amenizar o problema, não o resolve, apenas suaviza.

Foi relatado ainda sobre a atividade da Itaipu Binacional no Distrito, a qual vem realizando visitas periódicas nas propriedades e, através do programa de formação de educadores ambientais, o FEA, vem difundindo no Distrito a preocupação em cuidar e preservar o meio ambiente. Para eles, os projetos que são desenvolvidos na Escola do Campo, o contêiner e o ecoponto somam uma possibilidade de descarte dos resíduos sólidos que os alunos e a comunidade vêm descartando dia a dia.

Segundo a pedagoga, no início que o contêiner foi instalado não houve tanto impacto, mas após reunião pedagógica com os professores iniciou-se o projeto coleta participativa, onde os alunos que são moradores da área rural traziam de suas casas os resíduos, e os descartavam no contêiner.

Assim sendo, a pesquisa foi uma importante ferramenta para disseminar informações dos locais corretos de descarte no referido Distrito, que era desconhecido pela comunidade escola e pelas propriedades rurais.

4.7 PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINAR E EDUCAÇÃO AMBIENTAL DOS PROFESSORES DA ESCOLA DO CAMPO DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR

De acordo com os professores entrevistados o tema interdisciplinaridade esteve abordado entre as disciplinas do curso de graduação, de forma teórica e prática, porém quando questionados sobre experiências concretas em projeto interdisciplinar, quando aluno do curso superior os três responderam não ter tido nenhuma.

Já em sua carreira docente responderam trabalhar temas interdisciplinar, inclusive o tema da educação ambiental, disseram ainda achar necessário trabalhar o tema EA em suas disciplinas. Pautaram que o tema EA vem sendo trabalho na Escola do Campo através de palestras, ações participativas e de forma interdisciplinar e relataram que no colégio há projetos e que os demais educadores trabalham com essa temática, haja vista que a escola está localizada na área do campo e que praticamente todos os alunos são da área rural. Saliaram ainda que o tema educação ambiental é um tema muito importante e necessário, e que dentro da própria escola existe um projeto em funcionamento, com relação aos dados referente à forma que trabalham, bem como para com as formas de destinação, foram respondidos pelos três professores, alegando ser feita somente através do método teórico.

Segundo eles as PNEA, PNRS, PNRH, PNMA estão inseridas no contexto escolar de suas disciplinas seja em forma de trabalhos, pesquisas ou em aulas expositivas.

Contudo, os educadores citaram projetos multidisciplinares relacionado a EA que vem sendo trabalhado, enfatizaram a instalação do contêiner nas dependências

da escola, e comentaram sobre os resultados positivos que as aulas prática vem desempenhado.

4.8 PERCEPÇÕES DOS GESTORES AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA – PR SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO

De acordo com o gestor de meio ambiente do município de Guaíra – Paraná está em atividade o Projeto Recicla Guaíra e a Comunidade de Aprendizagem do FEA, verificou-se que o município conta com a Associação de Catadores e que a coleta seletiva não acontece, segundo o gestor as pessoas precisam ter o hábito de separar os materiais que possam ser reciclados e dessa forma contribuir com a equipe dos catadores, frisou que há projetos em andamento a fim de viabilizar a coleta seletiva no referido município.

Com relação ao Distrito de Oliveira Castro, o gestor relatou haver um Ecoponto que está instalado ao lado do posto de saúde, conhecido como ponto de entrega voluntária e que no Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck há um projeto de coleta seletiva, assim, no Colégio municipal João Camarim está disponível para a comunidade o contêiner amarelo.

De acordo com a secretária de agricultura e meio ambiente o município conta com apoio de algumas instituições para auxiliá-los em projetos que visam o desenvolvimento rural sustentável, no município e no Distrito, entre elas o SENAR via FAEP, Universidades estaduais, federais e particulares. Para o secretário em exercício, ocorre que no campo o uso de agrotóxicos pode não estar contribuído ao desenvolvimento rural sustentável, porém várias propriedades têm se preocupado cada vez mais com os excessos de agroquímicos utilizados na lavoura.

Os moradores do Distrito de Oliveira Castro haviam dito que já tinham solicitado junto à secretária municipal de agricultura e meio ambiente, à coleta de matérias recicláveis, o gestor informou que a secretária recebeu somente a solicitação do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck o qual estava com uma quantidade considerável de resíduos sólidos, dos quais foram prontamente coletados da comunidade escolar via projetos internos na escola, e que não houve solicitação de nenhum outro morador referente à coleta.

O secretário informou ainda que os reflexos desse projeto desenvolvido na Escola do Campo, bem como o Ecoponto instalado no distrito só podem ser efetivados se todos se conscientizarem que tais ações refletem ao Meio Ambiente, e a todas as pessoas.

Com relação ao desenvolvimento rural e sua efetivação em práticas municipais, essas só ocorrem através de bons exemplos, dos quais deram certo em outras localidades, através da observância e da análise sistêmica dos moradores para que se possam pensar em quais atitudes possam ser tomadas. Que implicam em respostas, isso não implicam, mas a boa vontade nos leva a refletir e averiguar os erros e acertos, informou o gestor municipal.

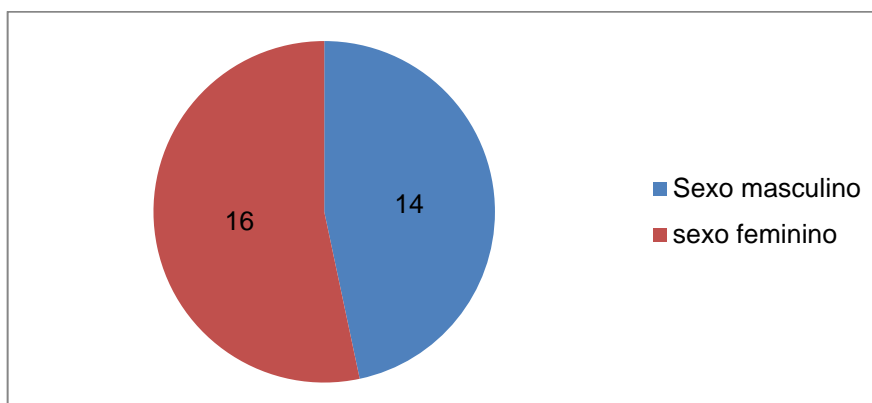
Todavia, o município está com vários projetos em andamento para viabilizar alternativas sustentáveis de coleta dos resíduos sólidos, mas que não depende só do gestor, dependem também do fornecimento dos recursos estaduais e federais.

4.9 PERFIL SÓCIO DEMOGRÁFICO DOS ESTUDANTES DA ESCOLA DO CAMPO DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR

Como o presente estudo foi elaborado na escola do campo e, parte dos entrevistados foram alunos desta, é importante destacar que a idade dos 25 (vinte e cinco) alunos entrevistados está compreendida entre 15 (quinze) à 17 (dezesete) anos, e outros 5 (cinco) possuem entre 18 (dezoito) à 25 (vinte e cinco) anos, sendo este um fator muito importante, pois é a idade ideal para se trabalhar com o desenvolvimento ambiental e tratar como deve ser a destinação dos resíduos sólidos, uma vez que os moradores com idade mais avançada não dão a importância necessária para esta questão

A quantificação dos dados, constata que 28 (vinte e oito) alunos moram na área rural desde que nasceram, apenas 2 (dois) vieram morar na área rural depois dos 5 (cinco) anos de idade.

Gráfico 3 – Alunos entrevistados por sexo.



Fonte: Dados obtidos através da pesquisa

Constatou-se também que 7 (sete) alunos recebem auxílio do governo federal como o bolsa família e os outros 23 (vinte e três) desses alunos não recebem nenhum tipo de auxílio.

Destes, 19 (dezenove) moram em residências de alvenaria/tijolo com revestimento, 5 (cinco) moram em residências alvenaria/tijolo sem revestimento, 4 (quatro) moram em residência de alvenaria e madeira e 2 (dois) moram em casa de madeira sem revestimento. Sendo que 25 (vinte e cinco) residências dos entrevistados são próprias e outras 5 (cinco) são cedidas.

4.10 PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES DA ESCOLA DO CAMPO DO DISTRITO DE OLIVEIRA CASTRO – GUAÍRA – PR, SOBRE O DESTINO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Verificou-se ainda que a maior dificuldade de morar na área rural é à distância entre os moradores e os recursos, e conforto que só se encontra na área urbana. Também se observou que com relação ao quesito qualidade de vida na área rural, para eles é o sossego, a calma, paz, proximidade com a natureza e a alimentação saudável.

Após a coleta de dados em relação à forma de destinação domiciliar 27 (vinte e sete) responderam queimar os resíduos sólidos como: plásticos, papéis, fraudas descartáveis e pneus em suas casas, e 3 (três) costumam enterrar esse tipo de lixo. Com relação às latas/metais/alumínio 18 (dezoito) juntam para vender, 5 (cinco) jogam em buracos na propriedade e 7 (sete) trazem para a escola para ser

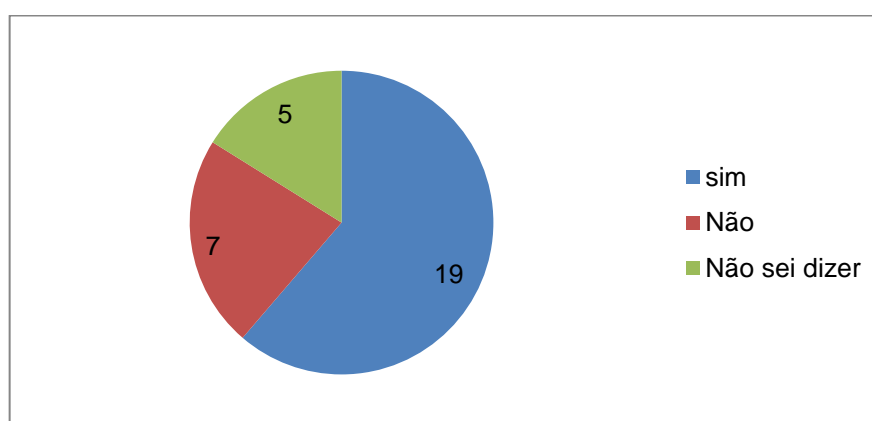
descartado no contêiner. Com relação aos materiais provenientes dos defensivos agrícolas 15 (quinze) dos entrevistados disseram devolver as empresas que os venderam, 10 (dez) jogam no mato e 5 (cinco) costumam enterrar. Restos de alimentos, chamados de materiais orgânicos, foi respondido ainda por 27 (vinte e sete) que servem como alimento para os porcos e galinhas, já 3 (três) responderam jogar em buracos na propriedade.

Verificou-se ainda que os entrevistados se preocupam com os impactos da falta de coleta do lixo na área rural, que eles tem plena consciência que causam poluição, que prejudicam o meio ambiente, contaminam as águas, mas que infelizmente, devido não haver coleta na área rural fica complicado dar o destino correto a esses materiais e conseqüentemente acabam descartando como podem ou como é de costume.

Relataram ainda que, poderia haver um sistema de coleta nas propriedades rurais mesmo que fossem 1 (uma) vez a cada 15 (quinze) dias, ou 1 (uma) vez ao mês, dessa forma seria mais fácil separar e guardar esses resíduos sólidos para ser descartado de forma correta.

Dos 30 (trinta) entrevistados, 29 (vinte e nove) responderam que a ausência de coleta de resíduos sólidos é um problema, apenas 1 (um) respondeu não ver problema em descartar o lixo em buracos em sua propriedade.

Gráfico 4 – Descarte apropriado do lixo



Fonte: Elaboração própria

Após o levantamento dos dados, foi possível perceber que o descarte dos lixos são importantes e significativos ao meio ambiente, assim 19 (dezenove) alunos disseram descartar corretamente seus resíduos sólidos através do ecoponto instalado no Distrito, no contêiner do colégio, 7 (sete) não fazem o descarte de forma

apropriada pois toma tempo para separar e trazer até os locais de descarte no Distrito e os outros 5 (cinco) não souberam dizer sobre o descarte apropriado, segundo eles os pais e avós fazem o descarte em buracos e acreditam ser o correto.

Dos entrevistados, 8 (oito) disseram participar de projetos ambientais da Itaipu Binacional o “Cultivando Água Boa”, 10 disseram não participar de nenhum movimento e 12 responderam não ter intenção em estar participando de nenhum projeto relacionado a EA.

Verifica-se a falta de interesse desses estudantes em participar de atividades voltadas a EA, o que gera preocupações. Após esse levantamento de dados a pesquisa contribuiu para que a escola realizasse o trabalho de motivação nesses estudantes.

A Escola do Campo após ser informada dos dados coletados organizou uma palestra motivacional referente aos assuntos ambientais com um Educador Ambiental do programa FEA, que desenvolveu por meio da metodologia da Pesquisa-Ação-Participante (PAP), também conhecida como Pessoas-que-Aprendem-Participando, círculos de diálogos que amplia e constitui “mandalas” multiplicadoras de saberes e cuidados socioambientais. A palestra abrangeu questões socioambientais em função da realidade regional.

Referente ao Estatuto da Juventude documento que tem um item sobre: Direito ambiental e sustentabilidade, 23 (vinte e três) disseram não conhecer esse item e nem conhecer o estatuto, 7 (sete) alegaram conhecer o estatuto, porém não esse pela pesquisa. Destes 28 (vinte e oito) todos relataram interesse em conhecer esse item do estatuto, então em parceria com a professora de Sociologia da Escola do Campo foi trabalhado o item Direito ambiental e da sustentabilidade aos alunos do ensino médio dessa comunidade escolar, onde muitos ressaltaram o interesse para com a importância dos deveres ambientais inerente a todos.

Constata-se que o tema “Educação ambiental e Sustentabilidade” está sendo discutido durante as diferentes disciplinas e segundo os entrevistados, os mesmos têm aprendido tanto em sala de aula, quanto nas palestras desenvolvidas na escola, bem como nas aulas práticas e de campo.

Dos entrevistados, todos foram unânimes em dizer que no Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck existem alternativas de coleta seletiva de resíduos sólidos e que nas dependências da escola há um contêiner para o descarte de materiais reciclados.

Já com relação aos meios sustentáveis na área rural, visualizou-se também que em muitas propriedades os canteiros eram feitos em pneus velhos, caixas d'água quebradas e o controle das pragas são feitos somente com recursos naturais, pensando na qualidade dos alimentos e na segurança alimentar, colaborando assim para uma nova alternativa de descarte a este tipo de resíduos.

Outro dado importante foi à preocupação dos estudantes com a natureza, segundo eles, já é hora de despertar a população dos riscos que estamos correndo, pois os recursos naturais tem cada vez se esgotado mais, o que é alarmante e perigoso para as futuras gerações, houve alunos que disseram fazer o possível para não poluir a natureza e não desmatar, o que reflete de maneira positiva, demonstrando que grande parte dos conhecimentos ambientais ensinados em sala de aula foram aproveitados pelos alunos desta escola.

De acordo com os dados coletados um chamou atenção a pesquisa, dos 30 (trinta) alunos entrevistados, 24 (vinte e quatro) deles responderam que vão estudar fora e que não pretendem voltar para o campo depois de concluírem suas graduações, segundo eles a vida na área rural é muito difícil, e nos últimos anos não tem proporcionado bons ganhos para as suas famílias. Observa-se ainda que se trata de uma geração de jovens que estão indo para as áreas urbanas e deixando o campo, devido à falta de motivação, rendimentos e estabilidade financeira.

A entrevista buscou saber dos entrevistados quais as áreas eles pretendem estudar no ensino superior, e mais uma vez a obteve-se dados alarmantes, destes estudantes 8 (oito) pretendem estudar Engenharia, 12 (doze) Direito, 1 (um) Publicidade, 1 (um) Arquitetura, 5 (cinco) Medicina, 2 (dois) pretendem seguir na carreira militar e somente 1 (um) tem a pretensão de estudar Agronomia. Portanto, com relação aos dados fornecidos pelos estudantes, os mesmos revelam que viver na área rural tem seus valores, mas que não há perspectiva de futuro melhor.

Chamaremos os estudantes do ensino médio de 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10..., para facilitar a compreensão através de seus depoimentos. O estudante 2 (dois) disse em seu questionário que: "Não quero ficar, como meus pais velhos e trabalhando pra sobreviver."

Já o estudante 12 (doze) disse: "*No campo não tenho perspectiva de bom salário*". Para o estudante 25 (vinte e cinco): "Quando tiver meus filhos eles vão querer estudar na cidade, ir as festas, e aqui no campo é muito complicado tudo isso".

Já com relação aos dizeres do estudante 18 (dezoito) “temos que trabalhar de sol a sol, não paramos, é muito cansaço e pouco lucro”, para a estudante 9 (nove) “O sonho de salvar vidas vem desde criança e que sua família vem guardando dinheiro para pagar um curso de Medicina em uma boa Universidade”.

Portanto, infelizmente, a maioria desses alunos que residem no campo não veem potencial e perspectiva de vida no campo, o que é uma pena, assim foi possível perceber que estes estudantes só conseguem ver melhorias na qualidade de vida saindo do campo e indo para a cidade, tendo em vista já estarem saturados do sofrimento que a vida no campo oferece tanto para eles, quanto para suas famílias, bem como a ausência do fornecimento de alguns recursos, e o oferecimento tardio de outros, pois como foi possível perceber, a destinação correta dos resíduos sólidos no campo só tem sido efetivamente fornecida nos dias atuais, de maneira parcial.

4.11 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INSERÇÃO NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO VEREADOR SAMUEL BENCK

De acordo com os educadores da Escola do Campo, esta possui em seu PPP o tema transversal Educação Ambiental, buscou-se identificar ainda se realmente o tema EA estava descrito de maneira que atenda as diretrizes curriculares trazendo claramente no que diz respeito ou se estava apenas incutida nas disciplinas de forma informal.

Constatou-se que a escola faz menção em seu PPP sobre o tema EA de maneira informal, e não atende as resoluções estaduais de que esta deve estar especificada, devendo estar claramente descrita e não somente citada em alguns trechos do texto. Outro dado identificado no PPP, que merece relevante destaque, é a falta da descrição dos projetos voltados a EA, que são desenvolvidos pela comunidade escolar.

Em análise ao texto, observa-se no item 5.9 do PPP do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck:

Os Desafios Educacionais Contemporâneos (Cidadania, Educação Fiscal, Educação Ambiental, Enfrentamento à violência na Escola, Prevenção ao uso Indevido de Drogas, História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Sexualidade) é hoje uma realidade no currículo com caráter

interdisciplinar e contextualizador de forma que os conteúdos são entendidos e percebidos em sua totalidade como uma produção sócio histórica da humanidade. Nesse sentido o Colégio procura trabalhar os desafios, focando a concepção de cidadania, que segundo Boff 'é um processo onde o ser humano capacitasse objetivando uma prática que o leve a constituir como sujeito histórico com identidade própria'. (SEED, 2017).

Está claro no fragmento 5.9 que o tema EA está descrito como desafio educacional contemporâneo, trazendo como realidade no currículo interdisciplinar. Nessa óptica não há clareza no que diz respeito às formas de trabalho voltadas a ela, desse modo deve haver uma considerável ligação entre as disciplinas para que ocorra a multidisciplinariedade.

Todavia, de acordo com o item 6.2 – Concepções do PPP seu subitem “Diversidade e Inclusão Educacional”, menciona que:

Sobre a Educação Ambiental Lei 9795/99, entendeu-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. Como parte do processo educativo mais amplo, todos têm direito à educação ambiental. (SEED, 2017).

Nesse caso, a EA mais uma vez vem apenas como uma mera revisão bibliográfica e que novamente não descreve seus objetivos e formas de trabalho dentro do currículo.

Noutro trecho do PPP, o item “6.3.9- Interdisciplinaridade e contextualização” encontra-se descrito sobre a interdisciplinaridade e a contextualização de conteúdos diversos inclusive o da educação ambiental, mas em nenhum momento do documento existe um item que esteja em consonância com as diretrizes curriculares da educação ambiental.

Assim, a pesquisa contribui para que a Escola do Campo tivesse seu PPP reformulado e que atendesse as diretrizes curriculares nacionais e estaduais de EA, visando consideráveis melhorias na didática adotada pela escola.

4.12 PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA DO CAMPO

No Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, foi identificado a necessidade de trabalhar possíveis destinações para alguns dos resíduos que foram descartados incorretamente na comunidade, portanto, em conjunto com a equipe escolar foi realizado nas dependências do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck, um seminário sobre “Desenvolvimento Rural Sustentável”.

Neste evento os alunos do ensino médio e fundamental prepararam uma exposição com materiais reciclados, como nos mostra as figuras a seguir:

Figura 5 – Ornamentação com pneus



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Foi possível identificar durante as vistas no campo que nas propriedades rurais muitos pneus estavam sendo depositados de forma errada, e que alguns se encontravam no mato, já outros em buracos esperando para serem incinerados, portanto, buscou-se coletá-los e reutilizá-los.

Após serem devidamente limpos, eles receberam uma atenção e tornaram objetos de ornamentação nas dependências da Escola do Campo., de forma multidisciplinar os professores demonstraram aos alunos a necessidade de reutilizar e reciclar os resíduos sólidos, em questão, os pneus que antes eram lixo, após serem devidamente repaginados tornaram-se reutilizáveis, trabalhando assim com o desenvolvimento da logística reversa

Figura 6 - Brinquedo confeccionado a partir de Garrafa pet



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Com o “projeto lixo solidário” coletou-se através do contêiner inúmeras garrafas pet, que haviam sido descartadas pela comunidade, buscou-se então alternativas de reutilização através da confecção de vasos e brinquedos pedagógicos, que trabalham a motricidade, e servem como uma opção econômica para a recreação, desenvolvendo ainda as práticas ambientais trabalhadas em sala de aula. Foram produzidos cerca de 30 (trinta) brinquedos diferentes feitos a partir de lixo, que foi devidamente pesquisado e estudado em sala de aula.

Figura 7 - Brinquedo confeccionado a partir de restos de madeira



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Restos de madeiras que estavam jogadas pela comunidade não se tornaram somente brinquedos, se transformaram em obras de arte, as quais foram

confeccionadas pelos alunos em aulas de Arte e depois foi aberta uma exposição para toda a comunidade escolar.

Para a pesquisa essas reutilizações com garrafas pet, madeiras e outros materiais institui a aliança entre a comunidade escolar e a natureza, minimizando os impactos gerados pelos lixos, que outrora fora identificado. A pesquisa também contribui para a organização do currículo da Escola do Campo referente à EA, e instituindo assim as aulas no campo visando levar os conceitos teóricos para a prática.

Ademais, juntamente com a secretária de agricultura e meio ambiente do município de Guaíra – Paraná firmou-se uma parceria para viabilizar aulas experimentais no campo, com os alunos desta Escola do Campo, observamos:

Figura 8 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Em parceria com o diretor de meio ambiente efetuou-se a aula experimental a campo, onde os alunos do ensino médio se dirigiram em uma propriedade rural no distrito de Dr. Oliveira Castro, e receberam informações de preservação, cuidado com o meio ambiente, nascentes de água e outras informações importantes para colocar em prática os ensinamentos ambientais repassados em sala de aula, como nos mostra a figura a seguir:

Figura 9 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Observou-se ainda que os conceitos teóricos trabalhados em sala de aula foram aplicados na prática, através da aula a campo, nomes científicos das espécies que eram trabalhadas na escola foram apresentadas aos alunos correlacionando aos nomes populares dos quais os alunos conhecem.

Figura 10 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Em parceria com a UEMS, a estagiária e aluna do curso de Ciências Biológicas esteve ministrando juntamente com a professora regente de Biologia da

Escola do Campo, aula a campo na trilha, disseminando os assuntos ligados a preservação da natureza, da fauna e da flora.

Figura 11 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Observou-se ainda que durante essa aula a campo os alunos realizaram a coleta de lixo nas proximidades do rio, aprenderam que a água é um bem precioso e que devemos buscar preservar, levando em consideração as futuras gerações. Assim sendo, instituiu-se uma aula sobre a PNRH para que os alunos pudessem correlacionar teoria e prática.

Figura 12 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Aula expositiva em uma nascente de água em local de preservação ambiental onde se coletou amostra de água, dos quais foram realizados testes rápidos de qualidade, onde possibilitou que os alunos visualizassem os resultados desta nascente. Observou-se portanto, a preocupação dos estudantes em como estava à qualidade dessa nascente.

Figura 13 - Aula a campo “Práticas e Vivências de Desenvolvimento Rural Sustentável”



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Houve também, a realização de atividade com Diretor de meio ambiente da prefeitura municipal de Guaíra – PR, no qual apresentou conceitos ligados à biodiversidade e a preservação dos recursos naturais foram exploradas e trabalhadas.

Assim, foi possível verificar que durante as aulas práticas a campo os alunos se mostravam interessados, realizavam várias perguntas, e esclareciam suas dúvidas, trocando assim relevantes informações.

Convém destacar algumas falas e perguntas dos alunos do ensino médio da Escola do Campo durante as aulas experimentais, dessa forma, para melhor identificação e compreensão chamaremos de aluno 1,2,3,4,5, em diante.

O aluno 7 ponderou que com relação a espécie demonstrada: “Temos em nossa propriedade essa espécie, mas não sabia que o nome científico dela é....”.

O aluno 13, alegou que: “Em nossa propriedade rural temos duas nascentes, costumamos fazer a limpeza regularmente próximo dela, evitando assim sujeiras, e cuidando para que ela sempre tenha água pura”. Já o aluno 4, fez um importante questionamento: “Quais são espécies que devemos plantar para sabermos sobre

indicadores biológicos de agrotóxicos?”. O aluno 9, demonstrou sua preocupação com as nascentes, fazendo tal questionamento: “Como devemos fazer a limpeza de nascentes?”, assim, com relação a nascente aluno 23 afirmou: “Nossa que água cristalina!”, já o aluno 12, destacou que: “Como tem mudas dessa árvore por aqui!”, portanto, a referida aula foi de extrema importância para aproximar os alunos com o meio ambiente, com que os mesmos tenham outra visão do meio ambiente.

Observou-se também que os conhecimentos levados aos alunos em relação aos cuidados com natureza foi de extrema importância, pois na visão de alguns alunos não existiam problemas relacionados a preservação da natureza. Logo, em momentos de ministração verificou-se falas sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, leu-se trechos da carta da terra, e quando estavam próximos a nascente apresentou-se a Política Nacional de Recursos Hídricos, desse modo os alunos coletaram os lixos que encontraram durante a aula, visando a cooperação com a manutenção saudável do meio ambiente, assim os alunos coletaram os materiais recicláveis que encontraram, vejamos:

Figura 14 - Coletor de materiais recicláveis



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Após as entrevistas com os moradores do Distrito, e após a realização da aula verificou-se a necessidade de desenvolver uma alternativa para cooperar com a coleta dos resíduos sólidos, foi possível perceber a necessidade da prática da coleta seletiva no Distrito, portanto se instalou nas dependências do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck o Coletor de materiais recicláveis. Desse modo, é importante demonstrar algumas atividades realizadas em sala de aula visando as práticas ambientais no Distrito de Dr. Oliveira Castro, no município de Guaíra-PR:

Figura 15 - Palestra “Água Fonte de Vida”



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

A palestra sobre “Água Fonte de Vida”, foi desenvolvida com o objetivo de conscientizar a comunidade sobre os desperdícios e a poluição da água. Convidaram-se os pais dos alunos da Escola do Campo, lideranças e moradores do Distrito da área rural para conhecer técnicas e meios de uso e de reutilização da água, onde também se disseminou a PNRH, PNEA, PNRS. Foi perceptível ainda, a ocorrência de diversas trocas de informações, sendo estas positivas no que tange à limpeza das nascentes, bem como a conservação destas na região de Dr. Oliveira Castro, no município de Guaíra-PR.

Convém observar ainda algumas atividades desenvolvidas pelos alunos incentivando a proteção do nosso meio ambiente, notemos:

Figura 16 - Painel confeccionado a partir de lixo simbolizando uma nascente



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Foi confeccionado pelos alunos, nas dependências da Escola do Campo, um painel informativo referente aos cuidados com as nascentes de água, portanto, sua representação foi constituída a partir de lixo que ilustrou uma nascente, assim toda a confecção foi realizada durante as diferentes disciplinas em sala de aula, efetivando a multidisciplinariedade de EA.

Verificou-se ainda a elaboração de painéis informativos nas dependências da Escola do Campo sobre a água, notemos:

Figura 17 - Painel Informativo “Água é fonte de Vida”



Fonte: Arquivo pessoal do Colégio Estadual do Campo Vereador Samuel Benck (2016)

Contudo, o objetivo dessas atividades é alertar os alunos, e até mesmo a comunidade para o consumo consciente da água, evitando desperdícios e propiciando os alunos a repensarem a cada instante sobre como eles tem agido em relação à água. Já para os educadores da escola esse tipo de atividade serve para trabalhar na reflexão do tema e na construção do pensamento crítico.

5 CONCLUSÃO

Inicialmente, realizamos uma pesquisa com o objetivo principal de elaborar uma análise das práticas de educação ambiental e o impacto da ausência de coleta de resíduos sólidos na área rural da comunidade escolar de ensino médio localizada no Distrito de Dr. Oliveira Castro no município de Guaíra – Paraná.

Em nosso ecossistema, diariamente, nos deparamos com problemas ambientais causados pela própria sociedade e, isso se relaciona com o consumo acelerado, o desleixo da sociedade para com o meio ambiente, o descarte incorreto dos resíduos e demais fatores, assim, como leciona o saudoso Boff (2013, p. 17) “Se olharmos a nossa volta, damo-nos conta do desequilíbrio que tomou conta do Sistema Terra e do Sistema Sociedade”, dessa forma, foi possível observar que os impactos relacionados à ausência da coleta de resíduos sólidos tem gerado inúmeros danos à natureza, e não só a ela, mas também ao ser humano.

Após o levantamento dos dados pertinentes para compor a pesquisa e, posteriormente a realização das visitas nas propriedades, com a aplicação dos questionários, verificou-se que os resíduos sólidos estavam sendo descartados de forma indevida, em algumas propriedades os mesmos eram descartados em buracos a céu aberto, já em outros casos eram queimados, sendo tal fato extremamente alarmante, uma vez que determinados materiais demoram anos para se decompor, como por exemplo; plásticos; vidros e pneus, dos quais encontravam-se jogados nas propriedades sem a devida atenção, já em outras propriedades foi possível perceber que os lixos recicláveis estavam separados e guardados para serem trazidos ao município, viabilizando a destinação correta.

Após a coleta das informações através das entrevistas, constatou-se que a comunidade julga extremamente necessária a destinação correta dos resíduos sólidos, a fim de evitar danos ambientais. Constatou-se ainda que os serviços de coleta de resíduos sólidos estão sendo realizado no Distrito, de maneira parcial, e que na área rural não existe nenhuma forma de coleta realizada por parte da prefeitura municipal de Guaíra – PR, porém observou-se que no Distrito existe instalado um ecoponto para depósito de materiais recicláveis, e que nas dependências da Escola do Campo também há um contêiner para coleta seletiva, sendo estas as únicas formas de coleta.

Os dados da pesquisa mostram ainda que alguns dos moradores da área rural do distrito não efetuam em suas áreas rurais o descarte de resíduos como determina a PNRS, observando-se ainda que o destino dos resíduos não segue ao distrito devido ao acesso e à distância, sabe-se que o acesso e as vias em duas propriedades, ora pesquisadas, revelam que é muito complicado seguir ao distrito em dias de chuvas.

A pesquisa constatou que as informações referentes aos assuntos ambientais muitas vezes passam despercebidos por parte dos moradores dessa comunidade, referente aos prejuízos que causam em queimar, enterrar ou acumular os resíduos sólidos em suas propriedades, portanto, verificou-se que muitas políticas públicas voltadas ao meio ambiente são desconhecidas por parte dos moradores, como por exemplo, a PNRS, PNRH, PNMA. Já com relação às propriedades que possuem reserva legal a pesquisa buscou identificar o conhecimento do programa Bolsa verde, constatando ainda que de todos os entrevistados desconhecem o referido programa.

Todavia, com relação ao projeto político pedagógico (PPP) da Escola Estadual do Campo Vereador Samuel Benck verificou-se que a Educação Ambiental (EA) não estava atendendo as resoluções e as diretrizes curriculares, após análise e estudo junto aos educadores o texto foi reescrito de maneira que o mesmo viesse a atender as exigências nacionais e estaduais. Foi possível identificar junto à comunidade escolar (direção, professores, pais e alunos) da Escola Estadual do Campo Vereador Samuel Benck, iniciativas de gestão ambiental de resíduos sólidos voltados ao consumo consciente e práticas sustentáveis (de reutilização, de reciclagem, recuperação e o aproveitamento energético e outras destinações admitidas) nas dependências da Escola do Campo.

Posteriormente, após a realização da pesquisa juntamente com os alunos, foi possível compreender que os mesmos julgam esse tipo de matéria extremamente relevante, pois os ensinamentos da escola acabam refletindo na prática, diante da atuação dos alunos em casa e, algumas das atividades práticas de reciclagem proporcionaram uma melhor organização nas propriedades, bem como uma maior atenção para com a destinação dos resíduos sólidos de cada propriedade.

Assim sendo, de acordo com o levantamento dos dados confirma-se que a qualidade de vida e do meio ambiente equilibrado, na área rural está inteiramente ligada as práticas sustentáveis, ao cuidado com a natureza, solo, ar e água. Para os

moradores da área rural qualidade de vida está relacionada ao poder de plantio dos seus próprios alimentos de forma saudável e segura, acordarem com o canto dos pássaros, poderem pescar, terem liberdade, tranquilidade e contemplarem as belezas da natureza ao seu redor.

Após análise das entrevistas dos moradores e gestor do município de Guaíra – Paraná, verificou-se que a realização de coleta de resíduos sólidos em cada propriedade na área rural do Distrito de Dr. Oliveira Castro, é inviável, por conta da localização das propriedades, mas que atividades exercidas na comunidade como Contêiner, Ecoponto e os projetos desenvolvidos pela Escola do Campo, resultam em meios alternativos para descartar os resíduos de maneira segura e que atenda as políticas públicas existentes, já com relação as comunidades de formadores de educação ambiental (FEA), percebe-se que está contribui diretamente para que os assuntos ambientais venham a serem disseminados na localidade.

Um fator importante que a pesquisa revelou é a falta de interesse dos alunos dessa comunidade em permanecerem na área rural, para os alunos ficarem no campo é muito árduo e a cada dia que se passa tem se tornado mais difícil, devido ao acesso, saúde e ao estudo. Dos 30 (trintra) alunos da Escola do Campo entrevistado apenas 1 (um) demonstrou interesse em estudar na graduação curso ligado as atividades rurais, 29 (vinte e nove) jovens pretendem estudar outros cursos que não tenham nenhum tipo de ligação com meio rural.

Esses dados são preocupantes, pois o futuro da área rural depende diretamente desses jovens. Os cursos de graduação cuja ligação é o campo precisam voltar seus olhos nessa questão, pois é de extrema importância que as instituições de ensino superior desenvolvam atividades de conscientização, disseminação dos conhecimentos e que projetos de extensão sejam difundidos aos jovens, visando à construção do pensamento para a área rural.

Outra questão observada durante as visitas nas propriedades rurais e após quantificar os dados dos moradores foi que os mesmos desconheciam projetos no Distrito relacionados a EA, referente ao descarte de resíduos sólidos, dessa maneira a pesquisa contribuiu efetivamente na divulgação dos locais e dos projetos em exercício. No início da pesquisa verificou-se, que a quantidade de resíduos depositados nesses locais eram praticamente zero, após realizar as visitas e entrevistar com os moradores, fazendo a divulgação dos locais obteve-se uma

quantidade considerada de materiais que antes eram descartados de maneira indevida e que provocavam poluição ambiental.

Na metodologia qualitativa descritiva, contribui, constata, discute e avalia as tarefas da extensão dos assuntos ambientais, proporcionando aos sujeitos da pesquisa uma visão sistêmica do que é a Educação Ambiental (EA), gerando um impacto positivo na comunidade escolar. Devemos considerar que também levou-se ao conhecimento dos gestores municipais a preocupação dos moradores da área rural de que a falta da coleta de lixo gera impactos negativos para natureza, e consequentemente para nossa saúde

A presente pesquisa de mestrado do PPGDRS visualiza muitas potencialidades que podem ser desenvolvidas nessa comunidade, e que questões referentes ao desinteresse dos jovens em se manterem na área rural é um fator preocupante, do qual subsidia a implementação de políticas ambientais municipais de educação ambiental e ações do ensino médio, pautadas nos fundamentos da proteção ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado como direito à vida, bem como ao Desenvolvimento Rural Sustentável.

Logo, os dados da pesquisa sinalizam que a realização de coleta dos resíduos sólidos em cada propriedade é inviável, em decorrência da localização, as visitas no campo revelam práticas sustentáveis de educação ambiental em 8 (oito) das propriedades, nas outras duas verifica-se ainda a ausência de tais ações, visualizando que os resíduos sólidos ainda continuam sendo descartados em buracos, sendo queimados ou enterrados, propiciando ainda mais a tão temida poluição ambiental e, oportunizando a contaminação dos solos e das águas.

Diante do que fora anteriormente destacado, após a realização das visitas na escola do campo, da aplicabilidade do questionário a comunidade do Distrito de Dr. Oliveira Castro, e posteriormente ao acompanhamento dos projetos executados pela escola, foi plenamente possível compreender que a EA tem um importante papel em nossa sociedade, haja vista que, posteriormente a inserção da EA, e dos projetos relacionados ao meio ambiente foi possível compreender que a comunidade contribuiu consideravelmente para as melhorias em nosso meio ambiente, além do mais que foi possível reciclar e fornecer a destinação correta aos resíduos sólidos que possivelmente estariam poluindo o meio ambiente.

Por fim, sabe-se que inserindo a EA em comunidades como a de Dr. Oliveira Castro, com a finalidade de incentivar e conscientizar a população se torna cada vez

mais possível atingir o tão almejado objetivo, qual seja, ter um meio ambiente sustentável para a nossa subsistência e para a subsistência das gerações futuras.

REFERÊNCIAS

AHLERT, A. **A eticidade da educação**: o discurso de uma práxis solidária/universal. 2. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

ARROYO, G.M. A educação básica e o movimento social do campo. In: MOLINA, C.M.; CALDART, S.R.; ARROYO, G.M. **Por uma educação no campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 65-86.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRAGAGNOLLO, R. **Desafios da educação**: formação e práticas – uma abordagem diagnóstico-reflexiva. Toledo: Editora Jofel, 2010.

BRASIL. (Constituição, 1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. 08 jan. 2007. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 08 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. 03 ago. 2010. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 08 de jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011**. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. 17 out. 2011. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm>. Acesso em: 08 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. 02 set. 1981. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 08 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 23 dez. 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 08 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos

Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. 09 jan. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.HTM>. Acesso em: 08 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 08 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, p. 70, 18 jun. 2012. Disponível em: <https://sead.ufba.br/sites/sead.ufba.br/files/resolucao_cne_cp_no_02_2012_estabelece_as_diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_ambiental.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente saúde**. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro091.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

BUSSMANN, C.A. O Projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, A.P.I. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 20. ed. Campinas: Papirus, 2005. p. 37-52.

CALDART, S.R.A. Escola do campo em movimento. In: MOLINA, C.M.; CALDART, S.R.; ARROYO, G.M. **Por uma educação no campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 87-132.

CALDART, S.R.A. Por uma Educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: MOLINA, C.M.; CALDART, S.R.; ARROYO, G.M. **Por uma educação no campo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 147-160.

CARTA da terra. Disponível em: <<http://www.cartadaterrabrasil.org/prt/index.html>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

CARVALHO, M.C.I. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades culturais e a escola. In: TRAJBER, R.; MELLO, S.S. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007. p. 123-134.

DIEHL, S.L.; GONÇALVES, S.C. Integrando sala de aula e ambiente. In: KINDEL, I.A.E.; LISBOA, P.C. **Educação ambiental da teoria a prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 29-38.

FALEMBACK, F.M.E. Planejamento participativo: uma maneira de pensá-lo e encaminhá-lo com base na escola. In: VEIGA, A.P.I. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 20. ed. Campinas: Papirus, 2005. p. 131-192.

GUAÍRA. Câmara Municipal. **Resolução nº 2, de 20 de Novembro de 2001**. Altera, acrescenta e suprime dispositivos da Lei Orgânica do Município de Guaíra. 22 maio 1973. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/lei-organica-guaira-pr>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

GUAÍRA. Lei complementar nº1 de 02 de Janeiro de 2008 que Institui o Código Urbanístico, que define Princípios, Políticas, Estratégias e Instrumentos para o Desenvolvimento Municipal e para o Cumprimento da função Social da Cidade e da Propriedade do Município de Guairá, também denominado Plano Diretor. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/a1/plano-diretor-guaira-pr>>. Acessado em 08 de Janeiro de 2017.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental: participação para além dos muros da escola. In: TRAJBER, R.; MELLO, S.S. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007. p. 85-94.

IPARDES. **Perfil avançado do município de Guairá**. 2017. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=195&btOk=ok>. Acesso em: 05 jan. 2017.

KINDEL, I.A.E. Educação Ambiental nos PCN. In: KINDEL, I.A.E; LISBOA, P.C. **Educação ambiental da teoria a prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 21-28.

LAZZAROTTO, E.M. **Educação Ambiental, saúde e sociedade: gestão comunitária**. Cascavel: Coluna do Saber, 2007.

LEFF, E. **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, E. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez. 2010.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Cortez, 2010.

LISBOA, P.C. Itinerário de formação: reflexões acerca de um curso sobre educação ambiental. In: KINDEL, I.A.E; LISBOA, P.C. **Educação ambiental da teoria a prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 99-120.

LOUREIRO, B.F.C. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: TRAJBER, R.; MELLO, S.S. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007. p. 65-72

LUCIANO, S.G. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

MENDONÇA, R.P. Políticas de formação continuada de professores (as) em educação ambiental no Ministério da Educação. In: TRAJBER, R.; MELLO, S.S. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007. p. 45-54.

MIRANDA, X. Educação Indígena: uma visão a partir do meio ambiente. In: TRAJBER, R.; MELLO, S.S. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007. p. 189-198.

MOUSER, K.P.; MULDER, H.D.; TROUT, D.J. **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NALINI, J.R. **Ética ambiental**. 3. ed. Campinas: Millenium, 2010.

OLIVEIRA, T.H. Educação ambiental: ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?! In: TRAJBER, R.; MELLO, S.S. **Vamos Cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007. p. 103-114.

ONU. **Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e**

Desenvolvimento: Agenda 21. Brasília: Senado Federal, 1995. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/agenda21.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação Estadual Nº 04/13**

aprovada em 12/11/13. Normas estaduais para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal nº 9.795/1999, Lei Estadual nº 17.505/2013 e Resolução CNE/CP nº 02/2012. 12 nov. 2013. Disponível em:

<http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2013/deliberacao_04_13.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PARANÁ. Decreto nº 4167, 20/01/2009. Dispõe sobre a obrigatoriedade da separação seletiva dos resíduos sólidos recicláveis gerados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 7897, 26 jan. 2009. Disponível em:

<http://www.meioambiente.mppr.mp.br/arquivos/File/decreto_4167.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PARANÁ. Lei n, 17.505 de 11 de janeiro de 2013. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências. **Diário Oficial**, Curitiba, n. 8875, 11 jan, 2013. Disponível em:

<<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibir&codAto=85172>>. Acesso em: 06 jan. 2017.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação do campo**. Curitiba, 2006. Disponível em:

<<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/diretrizescurricularesestadauaisdaeducacaodocampo.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

RESENDE, G.M.L. Paradigma – relações de poder – projeto político-pedagógico: dimensões indissociáveis do fazer educativo. In: VEIGA, A.P.I. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 20. ed. Campinas: Papirus. 2005. p. 53-94.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2006.

SEGURA, B.S.D. Educação ambiental nos projetos transversais. In: TRAJBER, R.; MELLO, S.S. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007. p. 95-102.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Disponível em: <<http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/AgrobCap4ID-1B89GA0bdo.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2017.

SILVA, W.F.; SAMMARCO, M.Y.; TEIXEIRA, F.A. Educação ambiental lúdica: diálogos do corpo, lazer e arte. In: KINDEL, I.A.E; LISBOA, P.C. **Educação ambiental da teoria a prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 49-70.

TRAJBER, R. Cidadania e consumo sustentável: nossas escolhas em ação conjuntas. In: TRAJBER, R.; MELLO, S.S. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: UNESCO, 2007. p. 143-154.

TRAJBER, R.; SORRENTINO, M. Políticas de educação ambiental do órgão gestor. In: TRAJBER, R.; MELLO, S.S. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: UNESCO, 2007. p. 13-22

TRIGUEIRO, A. (org.) **Meio Ambiente no Século 21**: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VEIGA, A.P.I. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, A.P.I. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 20. ed. Campinas: Papyrus, 2005. p. 11-36.

VELOSO, N. Entre camelos e galinhas, uma discussão acerca da vida na escola. In: TRAJBER, R.; MELLO, S.S. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: UNESCO, 2007. p. 73-84.

ZAKRZEVSKI, B.S. A educação ambiental nas escolas do campo. In: TRAJBER, R.; MELLO, S.S. **Vamos cuidar do Brasil**: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília: UNESCO, 2007. p. 199-208.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário De Entrevista: Moradores

Universidade Estadual Do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Curso: Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável
Professora Orientadora: Marli Renate Von Borstel Roesler
Acadêmico: Fernando Alvacir Rodrigues

Objeto de estudo: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AOS RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO MÉDIO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA: ESTUDO DE CASO DE ESCOLA LOCALIZADA NO DISTRITO DE Drº OLIVEIRA CASTRO DE GUAÍRA – PR

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar práticas de consumo responsável e sustentável e o impacto da ausência de coleta de Resíduos sólidos, visando a qualidade de vida da comunidade escolar do ensino médio localizada no Distrito Dr. Oliveira Castro no município de Guaíra – Paraná. Eixos norteadores: Política Nacional de Meio Ambiente (1981), Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental (2012).

Instrumento de coleta de dados: Entrevista semiestruturada com o uso de questionário.

Participantes da Pesquisa: 10 (Dez) Moradores da Área Rural do Distrito de Drº Oliveira Castro de Guaíra – Paraná.

1- Dados referentes à identificação dos sujeitos da pesquisa.

Nome: _____.

Em qual faixa etária você está incluído?

() Até 25 anos

() De 26 a 30 anos

() De 31 a 40 anos

() De 41 a 50 anos

() Mais de 50 anos

Sexo: () Masculino () Feminino

Profissão: _____.

2- Tempo de moradia no distrito de Distrito de Dr. Oliveira Castro: _____.

3- Escolaridade:

() Não é alfabetizado

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

4- Pessoas que moram na Residência: _____.

5- Renda Familiar:

- () 0 – 1 Salário mínimo
() 1 – 3 Salários mínimos
() 3 – 5 Salários mínimos
() 5 ou mais Salários mínimos

6- Quantos trabalham? _____.

7- Recebe algum benefício do Governo? () Sim () Não

Qual: _____.

8- Qual o material predominante na construção da residência?

- () Alvenaria / Tijolo com Revestimento.
() Alvenaria / Tijolo sem revestimento.
() Alvenaria e Madeira.
() Madeira com revestimento.
() Madeira sem revestimento.
() outros.

9- Condição de Moradia:

- () Própria.
() Alugada.
() Cedida.

10- Quais as dificuldades e vantagens de se morar na área rural?

11- O que é ter qualidade de vida na área rural?

12- No distrito de Dr. Oliveira Castro há o serviço de coleta e destinação para o lixo orgânico e inorgânico? () Sim () Não

13- Quais as formas de destinação de lixo domiciliar?

Plástico: _____.

Papéis: _____.

Vidro: _____.

Fraudas descartáveis: _____.

Latas/Metals/Alumínio: _____.

Materiais orgânicos: _____.

Animais: _____.

Materiais provenientes de defensivos agrícola: _____.

Pneus: _____.

Outros: _____.

14- Você acha que esses tipos de lixo têm implicação para o meio ambiente?

15- Quais as formas de destinação dos resíduos sólidos adotados em sua residência?

16- Em seu distrito você sabe onde são descartados os resíduos sólido? (Lixo)

17- A coleta dos resíduos domiciliares traria benefícios para sua família e para o meio ambiente? De que forma?

18- Você, através da associação de moradores ou outros grupos organizados, já solicitaram junto ao poder Público para que haja uma destinação mais apropriada para o lixo?

() Sim () Não

19- Como você vê a área rural hoje, quanto ao acesso aos serviços públicos?

APÊNDICE B – Questionário De Entrevista: Professores

Universidade Estadual Do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Curso: Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável
Professora Orientadora: Marli Renate Von Borstel Roesler
Acadêmico: Fernando Alvacir Rodrigues

Objeto de estudo: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AOS RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO MÉDIO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA: ESTUDO DE CASO DE ESCOLA LOCALIZADA NO DISTRITO DE Drº OLIVEIRA CASTRO DE GUAÍRA – PR

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar práticas de consumo responsável e sustentável e o impacto da ausência de coleta de Resíduos sólidos, visando a qualidade de vida da comunidade escolar do ensino médio localizada no Distrito Dr. Oliveira Castro no município de Guaíra – Paraná. Eixos norteadores: Política Nacional de Meio Ambiente (1981), Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental (2012).

Instrumento de coleta de dados: Entrevista semiestruturada com o uso de questionário.

Participantes da Pesquisa: 3 (Três) Professores da Escola Estadual Vereador Samuel Benck, que residem na Área Rural do Distrito de Drº Oliveira Castro de Guaíra – Paraná.

1- Dados referentes à identificação dos sujeitos da pesquisa.
Informações pessoais – Educador

Nome: _____.

Sexo: () Masculino () Feminino

Profissão: _____.

Tempo de moradia no distrito de Distrito de Dr. Oliveira Castro: _____.

2 - Em qual faixa etária você está incluído?

- () Até 25 anos
- () De 26 a 30 anos
- () De 31 a 40 anos
- () De 41 a 50 anos
- () Mais de 50 anos

3 - Há quanto tempo você exerce o magistério?

- () 1 ano ou menos
- () Mais de 1 até 3 anos
- () Mais de 3 até 5 anos
- () Mais de 5 até 10 anos
- () Mais de 10 até 15 anos
- () Mais de 15 até 20 anos

() Mais de 20 anos

4 - Você é professor nesta escola há:

() menos de 1 ano

() de 1 a 2 anos

() de 2 a 5 anos

() de 5 a 10 anos

() de 10 a 15 anos

() de 15 a 20 anos

() mais de 20 anos

5 - Nesta escola você leciona para: [EF = Ensino Fundamental / EM = Ensino Médio]

() Somente EF

() Somente EM

() EF e EM

6 - Que disciplina(s) leciona nesta escola?

() Biologia

() Ciências

() Educação Física

() Ensino Religioso

() Espanhol

() Física

() Geografia

() História

() Inglês

() Matemática

() Português

() Química

Outra. Indique: _____

7 - Em qual turno trabalha?

() Matutino

() Vespertino

() Noturno

8 - A sua carga horária semanal total de trabalho nesta escola é:

() até 20 horas/aulas

() de 20 a 40 horas/aulas

() mais de 40 horas/aulas

9 - Nesta escola você tem outra atividade além de ministrar aulas?

() Sim: coordenação de área de conhecimento/disciplina

() Sim: coordenação de laboratórios

() Sim: coordenação de séries/turmas

() Sim: coordenação de turno

() Sim: direção ou vice-direção

() Sim: supervisão

() Sim: outra. Indique: _____

() Não. Somente ministro aulas

10 - A carga horária semanal dedicada a essa outra atividade é:

- até 20 horas/aulas
- de 20 a 40 horas/aulas
- mais de 40 horas/aulas

11 - Você tem outra atividade remunerada além do magistério?

- Sim
- Não

Qual? _____

12 - Em que tipo de curso superior você se graduou?

- Bacharelado
- Licenciatura
- Licenciatura e Bacharelado
- Pós graduação. Qual o curso:_____.

13 - Há quanto tempo você concluiu este curso superior?

- 1 ano ou menos
- Mais de 1 ano até 5 anos
- Mais de 5 anos até 10 anos
- Mais de 10 anos até 15 anos
- Mais de 15 anos até 20 anos
- Mais de 20 anos

14 - No seu curso superior e pós-graduação, você teve alguma disciplina que abordou o tema da interdisciplinaridade?

- Sim
- Não

15 - Essa abordagem foi:

- apenas teórica
- apenas prática
- teórica e prática

16 - Você teve alguma experiência concreta em projeto interdisciplinar quando aluno/a do curso superior?

- Sim
- Não

17 - Em sua carreira docente tem usado temas interdisciplinares?

- Sim
- Não

18 - Já trabalhou com tema de Educação Ambiental como tema interdisciplinar?

- Sim
- Não

19 - Essa experiência foi concretizada a partir de um projeto:

- da sua própria disciplina
- de outra(s) disciplina(s)

() de várias disciplinas, incluindo a sua

20 - Acha necessário trabalhar com Educação Ambiental em sua disciplina?

() Sim

() Não

21 - Em sua escola o tema educação ambiental tem sido trabalhado frequentemente?

() Sim

() Não

Como: _____

22 - O tema Educação Ambiental está inserido em seu PTD?

() Sim

() Não

23- Como educador você trabalha a coleta de Resíduos sólidos? Dê que forma?

24- Como você trabalha ou debates as formas de destinação de lixo. Quanto:

Plástico: _____.

Papéis: _____.

Vidro: _____.

Fraudas descartáveis: _____.

Latas/Metals/Alumínio: _____.

Materiais orgânicos: _____.

Animais: _____.

Materiais provenientes de defensivos agrícola: _____.

Pneus: _____.

25- Você acha que esse tipo de lixo tem implicação para o meio ambiente?

26- Já leu, ouviu, ou conhece qual ou quais dessas leis?

() Lei nº 9.795 – Política Nacional de Educação Ambiental

() Lei nº 12.305 – Política Nacional de Resíduos Sólidos

() Lei nº 9.433 – Política Nacional de Recursos Hídricos

() Lei nº 6.938 – Política Nacional de Meio Ambiente

() Lei nº 12.512 – Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais

() Resolução nº2, de 15 de Junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

() Lei nº 12.512 – Bolsa Verde

27- Como é feita a gestão de Resíduos sólidos em sua escola?

28- Enquanto morador em sua propriedade/residência há coleta de lixo?
() Sim () Não

29- Em sua propriedade/residência, como você lida com a ausência da coleta de resíduos sólidos?

30- Quais as formas de destinação dos resíduos sólidos adotados em sua residência?

31- No distrito de Dr. Oliveira Castro há o serviço de coleta e destinação para o lixo orgânico e inorgânico?

32- Visto que em sua propriedade/residência não há coleta de resíduos, quais as implicações que isso traz?

33- Em sua opinião deveria haver coleta de resíduos em sua propriedade/residência? Porque?

34- Quanto a ausência de coleta de resíduos na sua propriedade/residência, você a vê como problema? () Sim () Não

35- Em seu distrito você sabe onde são descartados os resíduos sólido? (Lixo)

36- A coleta dos resíduos domiciliares traria benefícios para sua família e para o meio ambiente? De que forma?

37- Você, através da associação de moradores ou outros grupos organizados, já solicitaram junto ao poder Público para que haja uma destinação mais apropriada para o lixo?
() Sim () Não

38- Como você vê a área rural hoje, quanto ao acesso aos serviços públicos?

**APÊNDICE C – Questionário de Entrevista: Secretário de Meio Ambiente e
Agricultura, Diretor de Meio Ambiente**

Universidade Estadual Do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Curso: Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável
Professora Orientadora: Marli Renate Von Borstel Roesler
Acadêmico: Fernando Alvacir Rodrigues

Objeto de estudo: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AOS RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO MÉDIO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA: ESTUDO DE CASO DE ESCOLA LOCALIZADA NO DISTRITO DE Drº OLIVEIRA CASTRO DE GUAÍRA – PR

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar práticas de consumo responsável e sustentável e o impacto da ausência de coleta de Resíduos sólidos, visando a qualidade de vida da comunidade escolar do ensino médio localizada no Distrito Drº Oliveira Castro no município de Guaíra – Paraná. Eixos norteadores: Política Nacional de Meio Ambiente (1981), Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental (2012).

Instrumento de coleta de dados: Entrevista semiestruturada com o uso de questionário.

Participantes da Pesquisa: Secretário (a) de Meio Ambiente e Agricultura e Diretor (a) de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Guaíra – Paraná

1- Dados referentes à identificação dos sujeitos da pesquisa.

Nome: _____.

Sexo: () Masculino () Feminino

2- Profissão:

() Secretário (a) de Meio Ambiente e Agricultura

() Diretor (a) de Meio Ambiente

3- Há quanto tempo trabalha na Secretária de Meio Ambiente? _____.

4- Escolaridade:

() Não é alfabetizado

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Pós Graduação. Qual: _____.

Dados referente ao objeto pesquisado:

5- Quais os projetos / ações desenvolvidas pelo Município que visam o Desenvolvimento Sustentável em relação ao Meio Ambiente?

6- Quais as dificuldades e potencialidades encontradas como gestor dos serviços de coleta e destinação de Resíduos Sólidos no município em observância a Política Nacional de Resíduos Sólidos?

7- O município de Guaíra tem coleta seletiva? Existe algum projeto para que o
isso seja efetivado?

8- O Município possuem Aterro Sanitário ou ainda faz seu descarte no modelo antigo lixão?

9- Como funciona no Distrito de Dr. Oliveira Castro a coleta e destinação de resíduos sólidos?

10- O município de Guaíra – Paraná possui algum projeto relacionado à coleta de resíduos sólidos no Distrito de Dr. Oliveira Castro? Quais?

11- O município conta com apoio de alguma instituição de Ensino Superior para auxiliar em projetos que vise o Desenvolvimento Rural Sustentável?

12- Qual é a preocupação da Secretária de Meio Ambiente do Município de Guaíra – Paraná em Relação ao Desenvolvimento Rural Sustentável?

13- A secretária já recebeu alguma reclamação ou solicitação dos moradores de Distrito de Dr^o Oliveira Castro para que haja a coleta dos resíduos sólidos nas áreas rurais?

14- Acredita que a forma como está sendo feita a destinação dos resíduos sólidos pelos moradores do Distrito de Dr. Oliveira Castro pode interferir ou trazer implicações para o meio ambiente?

15- Em sua opinião se houvesse a coleta de Resíduos sólidos nas áreas rurais dos distritos do município de Guaíra – Paraná isso traria reflexos positivos na qualidade de vida e para o meio ambiente?

16- Como você vê o termo Desenvolvimento Rural Sustentável e sua efetivação em práticas municipais?

17- Existe algum projeto de lei que esteja tramitando na câmara de vereadores do município de Guaíra – Paraná em relação ao Desenvolvimento Rural Sustentável? Qual?

APÊNDICE D – Questionário de Entrevista: Alunos do Ensino Médio

Universidade Estadual Do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Curso: Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável
Professora Orientadora: Marli Renate Von Borstel Roesler
Acadêmico: Fernando Alvacir Rodrigues

Objeto de estudo: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AOS RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO MÉDIO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA: ESTUDO DE CASO DE ESCOLA LOCALIZADA NO DISTRITO DE Drº OLIVEIRA CASTRO DE GUAÍRA – PR

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar práticas de consumo responsável e sustentável e o impacto da ausência de coleta de Resíduos sólidos, visando a qualidade de vida da comunidade escolar do ensino médio localizada no Distrito Drº Oliveira Castro no município de Guaíra – Paraná. Eixos norteadores: Política Nacional de Meio Ambiente (1981), Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental (2012).

Instrumento de coleta de dados: Entrevista semiestruturada com o uso de questionário.

Participantes da Pesquisa: 30 (Trinta) Alunos da Área Rural do Distrito de Dr. Oliveira Castro de Guaíra – Paraná.

1- Dados referentes à identificação dos sujeitos da pesquisa.

Nome:_____.

Em qual faixa etária você está incluído?

- () De 11 a 15 anos
() De 15 a 17 anos
() De 18 a 25 anos
() De 26 a 30 anos
() De 31 a 40 anos
() De 41 a 50 anos
() Mais de 50 anos

Sexo: () Masculino () Feminino

2- Tempo de moradia no distrito de Distrito de Drº Oliveira Castro:_____.

3- Série que estuda:_____

4- Renda Familiar:

- () 0 – 1 Salário mínimo
() 1 – 3 Salários mínimos
() 3 – 5 Salários mínimos
() 5 ou mais Salários mínimos

5- Quantos trabalham? _____.

6- Recebem algum benefício do Governo? () Sim () Não
Qual: _____.

7- Qual o material predominante na construção da residência?

- () Alvenaria / Tijolo com Revestimento.
- () Alvenaria / Tijolo sem revestimento.
- () Alvenaria e Madeira.
- () Madeira com revestimento.
- () Madeira sem revestimento.
- () outros.

8- Condição de Moradia:

- () Própria.
- () Alugada.
- () Cedida.

9- Quais as dificuldades e vantagens de se morar na área rural?

10- O que é ter qualidade de vida na área rural?

11- Quais as formas de destinação de lixo domiciliar?

Plástico: _____.

Papéis: _____.

Vidro: _____.

Fraudas descartáveis: _____.

Latas/Metals/Alumínio: _____.

Materiais orgânicos: _____.

Animais: _____.

Materiais provenientes de defensivos agrícola: _____.

Pneus: _____.

Outros: _____.

12- Você acha que esse tipo de lixo tem implicação para o meio ambiente?
Quais?

13- Em sua propriedade/residência há coleta de lixo? () Sim () Não

14- Em sua Residência, como você lida com a ausência da coleta de resíduos sólidos?

15- Quais as formas de destinação dos resíduos sólidos adotados em sua residência?

16- No distrito de Dr. Oliveira Castro há o serviço de coleta e destinação para o lixo orgânico e inorgânico?

17- Visto que em sua propriedade/residência não há coleta de resíduos, quais as implicações que isso traz?

18- Em sua opinião deveria haver coleta de resíduos em sua propriedade/residência? Porque?

19- Quanto a ausência de coleta de resíduos na sua propriedade/residência, você a vê como problema? () Sim () Não

20- Em seu distrito você sabe onde são descartados os resíduos sólido? (Lixo)

21- A coleta dos resíduos domiciliares traria benefícios para sua família e para o meio ambiente? De que forma?

22- Você, através da associação de moradores ou outros grupos organizados, já solicitaram junto ao poder Público para que haja uma destinação mais apropriada para o lixo?

() Sim () Não () Não sei dizer.

23- Como você vê a área rural hoje, quanto ao acesso aos serviços públicos?

24- Você participa de algum projeto no Distrito de Dr. Oliveira Castro que trata sobre a Educação Ambiental? Qual?

25- Você conhece Estatuto da Juventude? Sabia que neste documento há um item sobre: Direito Ambiental e sustentabilidade. Gostaria de conhecê-lo?

26- Em sua escola há projetos voltados à educação ambiental e sustentabilidade? Quais?

27- Em que disciplina (s) é abordado o tema de Resíduos sólidos?

28- Em sua escola é feita coleta seletiva de resíduos sólidos?

() Sim () Não

Onde são depositados os resíduos? _____.

29- Gostaria de conhecer sobre assuntos voltados a meio ambiente e sustentabilidade?

ANEXOS

ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - Professor

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AOS RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO MÉDIO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA: ESTUDO DE CASO DE ESCOLA LOCALIZADA NO DISTRITO DE Dr. OLIVEIRA CASTRO DE GUAÍRA – PR

Fernando Alvacir Rodrigues

Fone: (44) 9726-4147 / (44) 9726-4150

quimico_quimico@hotmail.com

Convidamos você Professor (a), a participar de nossa pesquisa que tem objetivo Geral: Analisar práticas de consumo responsável e sustentável e o impacto da ausência de coleta de Resíduos sólidos, visando à qualidade de vida da comunidade escolar do ensino médio localizada no Distrito Dr. Oliveira Castro no município de Guaíra – Paraná. Eixos norteadores: Política Nacional de Meio Ambiente (1981), Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental (2012). Para tanto, será realizada entrevista semiestruturada com o uso de questionário a ser realizado na Escola Estadual Vereador Samuel Benck localizada no distrito de Drº Oliveira Castro – Guaíra, Paraná. Durante a execução da pesquisa utilizaremos uma linguagem cotidiana a qual todos possam entender. As identidades dos participantes não serão reveladas, nem mesmo citadas em momento algum, às informações fornecidas será apenas para fomentar o estudo desse caso. No caso das perguntas elas serão direcionadas exclusivamente ao objeto de estudo, evitando-se constrangimentos e deixando a liberdade de escolha para as respostas. No caso de ocorrer, quaisquer constrangimentos no momento de responder o questionário, o participante poderá comunicar o pesquisador, o qual estará verificando e analisando, assim bem como esclarecendo, e resolvendo tais ações. Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas fins científicos. Os participantes não pagarão e nem receberão para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados acima ou o Comitê de Ética pelo número 3220-3272. Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregue ao sujeito da pesquisa.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto da pesquisa.

**ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - Secretário
de Meio Ambiente e Diretor de Meio Ambiente**



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

*Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP*



*Aprovado na
CONEP em 04/08/2000*

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AOS RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO MÉDIO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA: ESTUDO DE CASO DE ESCOLA LOCALIZADA NO DISTRITO DE Dr. OLIVEIRA CASTRO DE GUAÍRA – PR

Fernando Alvacir Rodrigues

Fone: (44) 9726-4147 / (44) 9726-4150

quimico_quimico@hotmail.com

Convidamos você Secretário de Meio Ambiente e Diretor de Meio Ambiente do Município de Guaíra - PR, a participar de nossa pesquisa que tem objetivo Geral: Analisar práticas de consumo responsável e sustentável e o impacto da ausência de coleta de Resíduos sólidos, visando à qualidade de vida da comunidade escolar do ensino médio localizada no Distrito Dr. Oliveira Castro no município de Guaíra – Paraná. Eixos norteadores: Política Nacional de Meio Ambiente (1981), Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental (2012). Para tanto, será realizada entrevista semiestruturada com o uso de questionário. Durante a execução da pesquisa utilizaremos uma linguagem cotidiana a qual todos possam entender. As identidades dos participantes não serão reveladas, nem mesmo citadas em momento algum, às informações fornecidas será apenas para fomentar o estudo desse caso. No caso das perguntas elas serão direcionadas exclusivamente ao objeto de estudo, evitando-se constrangimentos e deixando a liberdade de escolha para as respostas. No caso de ocorrer, quaisquer constrangimentos no momento de responder o questionário, o participante poderá comunicar o pesquisador, o qual estará verificando e analisando, assim bem como esclarecendo, e resolvendo tais ações. Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas fins científicos. Os participantes não pagarão e nem receberão para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados acima ou o Comitê de Ética pelo número 3220-3272.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto da pesquisa.

ANEXO C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Aluno

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AOS RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO MÉDIO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA: ESTUDO DE CASO DE ESCOLA LOCALIZADA NO DISTRITO DE Dr. OLIVEIRA CASTRO DE GUAÍRA – PR

Fernando Alvacir Rodrigues

Fone: (44) 9726-4147 / (44) 9726-4150

quimico_quimico@hotmail.com

Convidamos você aluno (a), a participar de nossa pesquisa que tem objetivo Geral: Analisar práticas de consumo responsável e sustentável e o impacto da ausência de coleta de Resíduos sólidos, visando à qualidade de vida da comunidade escolar do ensino médio localizada no Distrito Dr. Oliveira Castro no município de Guaíra – Paraná. Eixos norteadores: Política Nacional de Meio Ambiente (1981), Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental (2012). Para tanto, será realizada entrevista semiestruturada com o uso de questionário em sala de aula, Escola Estadual Vereador Samuel Benck localizada no distrito de Drº Oliveira Castro – Guaíra, Paraná. Durante a execução da pesquisa utilizaremos uma linguagem cotidiana a qual todos possam entender. As identidades dos participantes não serão reveladas, nem mesmo citadas em momento algum, às informações fornecidas será apenas para fomentar o estudo desse caso. No caso das perguntas elas serão direcionadas exclusivamente ao objeto de estudo, evitando-se constrangimentos e deixando a liberdade de escolha para as respostas. No caso de ocorrer, quaisquer constrangimentos no momento de responder o questionário, o participante poderá comunicar o pesquisador, o qual estará verificando e analisando, assim bem como esclarecendo, e resolvendo tais ações. Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas fins científicos. Os participantes não pagarão e nem receberão para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados acima ou o Comitê de Ética pelo número 3220-3272. Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregue ao sujeito da pesquisa.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto de pesquisa.

ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - Filho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AOS RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO MÉDIO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA: ESTUDO DE CASO DE ESCOLA LOCALIZADA NO DISTRITO DE Dr. OLIVEIRA CASTRO DE GUAÍRA – PR

Fernando Alvacir Rodrigues

Fone: (44) 9726-4147 / (44) 9726-4150

quimico_quimico@hotmail.com

Convidamos seu filho, a participar de nossa pesquisa que tem objetivo Geral: Analisar práticas de consumo responsável e sustentável e o impacto da ausência de coleta de Resíduos sólidos, visando à qualidade de vida da comunidade escolar do ensino médio localizada no Distrito Dr. Oliveira Castro no município de Guaíra – Paraná. Eixos norteadores: Política Nacional de Meio Ambiente (1981), Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental (2012). Para tanto, será realizada entrevista semiestruturada com o uso de questionário em sala de aula, Escola Estadual Vereador Samuel Benck localizada no distrito de Drº Oliveira Castro – Guaíra, Paraná. Durante a execução da pesquisa utilizaremos uma linguagem cotidiana a qual todos possam entender. As identidades dos participantes não serão reveladas, nem mesmo citadas em momento algum, às informações fornecidas será apenas para fomentar o estudo desse caso. No caso das perguntas elas serão direcionadas exclusivamente ao objeto de estudo, evitando-se constrangimentos e deixando a liberdade de escolha para as respostas. No caso de ocorrer, quaisquer constrangimentos no momento de responder o questionário, o participante poderá comunicar o pesquisador, o qual estará verificando e analisando, assim bem como esclarecendo, e resolvendo tais ações. Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas fins científicos. Os participantes não pagarão e nem receberão para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados acima ou o Comitê de Ética pelo número 3220-3272. Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregue ao sujeito da pesquisa e deverá ser autorizado pelo pai, mãe ou responsável do aluno com idade inferior a 18 (dezoito) anos.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto ou autorizo (nome do menor) a participar da pesquisa.

Nome do participante

Assinatura de autorização do
Responsável

Eu, Fernando Alvacir Rodrigues, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

_____, _____ de _____ de _____.

ANEXO E – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE - Morador

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

*Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP*



*Aprovado na
CONEP em 04/08/2000*

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADA AOS RESÍDUOS SÓLIDOS E O ENSINO MÉDIO COMO INSTRUMENTO DE FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA: ESTUDO DE CASO DE ESCOLA LOCALIZADA NO DISTRITO DE Dr. OLIVEIRA CASTRO DE GUAÍRA – PR

Fernando Alvacir Rodrigues

Fone: (44) 9726-4147 / (44) 9726-4150

quimico_quimico@hotmail.com

Convidamos você morador do Distrito de Dr. Oliveira Castro, a participar de nossa pesquisa que tem objetivo Geral: Analisar práticas de consumo responsável e sustentável e o impacto da ausência de coleta de Resíduos sólidos, visando à qualidade de vida da comunidade escolar do ensino médio localizada no Distrito Dr. Oliveira Castro no município de Guaíra – Paraná. Eixos norteadores: Política Nacional de Meio Ambiente (1981), Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010) e as Diretrizes Curriculares da Educação Ambiental (2012). Para tanto, será realizada entrevista semiestruturada com o uso de questionário a ser realizado na Escola Estadual Vereador Samuel Benck localizada no distrito de Dr. Oliveira Castro – Guaíra, Paraná. Durante a execução da pesquisa utilizaremos uma linguagem cotidiana a qual todos possam entender. As identidades dos participantes não serão reveladas, nem mesmo citadas em momento algum, às informações fornecidas será apenas para fomentar o estudo desse caso. No caso das perguntas elas serão direcionadas exclusivamente ao objeto de estudo, evitando-se constrangimentos e deixando a liberdade de escolha para as respostas. No caso de ocorrer, quaisquer constrangimentos no momento de responder o questionário, o participante poderá comunicar o pesquisador, o qual estará verificando e analisando, assim bem como esclarecendo, e resolvendo tais ações. Sua identidade não será divulgada e seus dados serão tratados de maneira sigilosa, sendo utilizados apenas fins científicos. Os participantes não pagarão e nem receberão para participar do estudo. Além disso, você poderá cancelar sua participação na pesquisa a qualquer momento. No caso de dúvidas ou da necessidade de relatar algum acontecimento, você pode contatar os pesquisadores pelos telefones mencionados acima ou o Comitê de Ética pelo número 3220-3272.

Este documento será assinado em duas vias, sendo uma delas entregue ao sujeito da pesquisa.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar do projeto de pesquisa.